

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

Julie Engel-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca

IZABELA LIZ SCHLINDWEIN

JOINVILLE

2011

IZABELA LIZ SCHLINDWEIN

Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville. Área de concentração: Patrimônio e Memória Social.

Orientadora: prof^a. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto

JOINVILLE

2011

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

S344j Schindwein, Izabela Liz
Julie Engell-Günter: um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca / Izabela Liz Schindwein; orientadora Dra. Sílvia Sell Duarte Pillotto – Joinville: UNIVILLE, 2011.

142f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Julie Engell-Günter – Jornalista alemã. 2. Colônia Dona Francisca – Joinville, SC. 3. Colonização – Joinville, SC. 4. Imigração Alemã – Joinville, SC. 5. Jornal Ilustrado de Leipzig. 6. Colonização alemã – Joinville, SC – 1849 a 1851. I. Pillotto, Sílvia Sell Duarte (orient.). II. Título.

CDD 981.642

Termo de Aprovação

“Julie Engell-Günther: um novo olhar sobre a colônia Dona Francisca”,

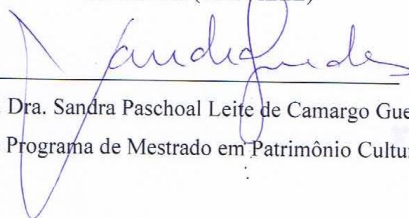
por

Izabela Liz Schlindwein

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto
Orientadora (UNIVILLE)

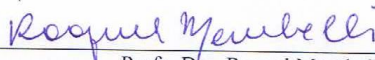


Prof. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

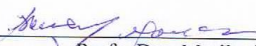
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Raquel Mombelli
(UFSC)



Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Joinville, 15 de dezembro de 2011.

Dedico este trabalho para Elza Pereira. Nascida em 1921 e sempre viva, minha avó é minha noção mais doce de memória.

RESUMO

Esta dissertação analisa o texto sobre a formação da Colônia Dona Francisca publicado pela jornalista Julie Engell-Günther no “Leipziger Illustrierte Zeitung”, em 3 de maio de 1851. O artigo foi o primeiro registro público da fundação de Joinville para alemães interessados em emigrar e foi traduzido para esta pesquisa pela tradutora do Arquivo Histórico de Joinville Helena Remina Richlin. Julie teria chegado às terras da futura Joinville vestida como um “pobre homem” – já que mulheres não poderiam viajar sem suas famílias. Ela teria vindo em companhia do diretor da Colonizadora de Hamburgo, Hermann Günther, que mais tarde foi demitido acusado de estimular a criação da colônia em ambiente de mata fechada e úmido, pouco propício para a saúde dos novos moradores. Estes fragmentos das memórias encontrados têm como base as informações deixadas em livro pelo capitão e engenheiro-geógrafo do exército da Prússia e membro da Sociedade Hamburguesa de Colonização Theodor Rodowicz-Oswiecimsky. Para ele, enquanto “amásia” de Günther, Julie teria feito uma propaganda enganosa da colônia para conseguir mais imigrantes. Para além da memória única de uma personagem “pitoresca” no processo de imigração de Joinville, esta dissertação procura situar Julie em um novo momento: o de jornalista preocupada também com causas sociais e temas que vão desde os problemas enfrentados pelas mulheres até a escravidão, apresentando uma nova visão sobre o processo migratório de Joinville e do Sul do Brasil. O primeiro texto publicado em jornal alemão sobre a formação da Colônia Dona Francisca será analisado pela metodologia da análise do discurso.

Palavras-chave: Julie Engell-Günther – Colônia Dona Francisca – memória

ABSTRACT

This dissertation analyzes the text of Colony Dona Francisca published by Julie Engell-Günther in "Lepiziger Illustrierte Zeitung" on May 3, 1851. The article was the first about Joinville, for interested in emigrating to Germany and was translated by Helena Remina Richlin, from Historical Archives of Joinville. Julie was in land of future Joinville dressed as a "poor man" – because women could not travel without their families. She came with director of Colonization of Hamburg, Hermann Günther, who was later dismissed charges. The fragments of memories are based on information written by Theodor-Oswiecimsky Rodowicz, that was engineer of army of Prussia and member of Sociedade Colonizadora de Hamburgo. For him, Julie wrote a false advertising to get more immigrants. Besides the memory of interested character in immigration process of Joinville, this dissertation describe something new about Julie: a journalist also concerned with social causes, women and slavery, presenting a new insight about migratory process in Joinville in southern Brazil. The first text published in German newspaper about the creation of Dona Francisca Colony will be analyzed by the methodology of discourse analysis.

Keywords: Julie Engell-Günther - Colônia Dona Francisca - memory

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 1 – Recorte do texto Crianças Brasileiras | 32 |
| Imagem 2 – Recorte do texto Uma Noite de Natal | 33 |
| Imagem 3 – Recorte do texto Filha de colonos. Novela brasileira | 34 |
| Imagem 4 – Recorte do texto Vida de escravo no Brasil | 35 |
| Imagem 5 – Recorte do texto Lendas Suíças | 36 |
| Imagem 6 – Recorte do texto Faustiana | 37 |
| Imagem 7 – Recorte do texto O Brasil atual | 38 |
| Imagem 8 – Correspondências | 41 |
| Imagem 9 – Capa do livro “Raça, ciência e sociedade” | 52 |
| Imagem 10 – Recorte dos textos de Elly Herkenhoff | 57 |
| Imagem 11 – Ilustração da Colônia feita por Rodowicz | 63 |
| Imagem 12 – Cabeçalho de 1856 do “Jornal Ilustrado de Leipzig” | 67 |
| Imagem 13: Cabeçalho de 1961 do “Jornal Ilustrado de Leipzig” | 68 |
| Imagem 14 – Exemplo de capa do “Jornal Ilustrado de Leipzig” | 68 |
| Imagem 15 – Segundo exemplo de capa do “Jornal Ilustrado de Leipzig” | 68 |
| Imagem 16 – Primeiro texto sobre as terras onde seria Joinville | 81 |
| Imagem 17 – Reprodução da imagem da Colônia | 95 |
| Imagem 18 – A visão de Eugênio Colin sobre a Colônia | 96 |
| Imagem 19 – Segunda obra de Eugênio Colin sobre a Colônia | 96 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| RESUMO | 6 |
| ABSTRACT | 7 |
| LISTA DE IMAGENS | 8 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 UM NOME | 16 |
| 1.1 A carta | 24 |
| 1.2 Textos escritos por Julie | 32 |
| 1.3 Estudos no Brasil e na Alemanha | 39 |
| 1.4 Duas visões sobre o Brasil | 42 |
| 1.4.1 “Noites de Natal no Brasil (1862)” | 43 |
| 1.4.2 “Vida de escravo no Brasil” (1901) | 47 |
| 2 PREPARATIVOS PARA A CRIAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA | 54 |
| 2.1 A chegada dos imigrantes | 61 |
| 2.2 Sistema de classificação falível | 63 |
| 3 PERFIL EDITORIAL DO “JORNAL ILUSTRADO DE LEIPZIG” | 66 |
| 4 A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS | 73 |
| 5 A PROPAGANDA ENGANOSA SE DESFAZ | 81 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 99 |
| REFERÊNCIAS | 106 |
| ANEXO | 112 |
| Anexo 1 – MEMORIAL | 113 |
| Anexo 2 – TRADUÇÕES DE TEXTOS DE JULIE ENGELL-GÜNTHER | 119 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa registros recém-traduzidos da Colônia Dona Francisca, de autoria de Julie Engell-Günther, jornalista alemã que escreveu impressões do processo de colonização de Joinville. Ela passou por estas terras ao lado do agrimensor e diretor da Colonizadora de Hamburgo, Hermann Günther e, mais tarde, fundou uma escola para meninas em Limeira, no interior de São Paulo.

Apesar da breve passagem pela Colônia para preparar a vinda da primeira leva de imigrantes, Julie relatou no “Jornal Ilustrado de Leipzig” o que conheceu para alemães que desejassem vir ao Brasil.

Levando-se em consideração que a autora preocupava-se com temas sociais relacionados à condição da mulher e à sociedade, por meio desta pesquisa, coletamos uma amostragem de como foi seu envolvimento também no processo migratório. Ao estratificarmos a dissertação para o período da estada de Julie na Colônia Dona Francisca, surgem novos argumentos para a história da formação de Joinville.

O desejo de investigar mais sobre esta personagem de menção tão escassa na história de Joinville nos ofereceu inúmeras possibilidades: jogaríamos luz sobre quais textos dentro do universo de intensa produção? Entrevistaríamos pessoas ligadas à sua memória ou reuniríamos os documentos e imagens e analisaríamos os dados? Onde estariam as informações? Em bibliotecas da Alemanha? Mesmo correndo o risco de não avançarmos nos dados, textos ou material iconográfico, decidimos ir em frente com esta aventura.

No Arquivo Histórico de Joinville, boletins da época da formação da Colônia Dona Francisca traziam apenas informações oficiais. Quem se lembraria de registrar a história da figura feminina que chegou em companhia do agrimensor demitido da Colonizadora?

Por muito tempo, a única visão que se tinha de 1849 a 1851 era a relatada nos documentos históricos, boletins e relatórios da colônia ou livros de

autores como Theodor Rodowicz-Oswiecimsky (escrito em alemão em 1853 e em português em 1992) e Carlos Ficker (1965). Documentos recentemente traduzidos pela pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Elke Dislich mostram um pouco mais sobre os princípios do povoamento pelos olhos desta escritora alemã. Assim como o trabalho da tradutora do Arquivo Histórico Municipal de Joinville Helena Remina Richlin.

A pintura exposta no Arquivo Histórico de Joinville, e tida como a primeira imagem panorâmica da cidade, pode não ser uma releitura da obra de Julie. O trabalho originalmente publicado no “Jornal Ilustrado de Leipzig” pode ser uma fotografia ou uma figura meramente ilustrativa. Pois foram justamente as novas informações que iam chegando que deram fôlego à pesquisa.

Estudos mais recentes de pesquisadoras da USP evidenciam que a história de Julie não parava ali, no ponto em que ocupava o papel de coadjuvante, de mulher do agrimensor, ou de escritora/jornalista que teria descrito a colônia Dona Francisca como a Terra Prometida.

O problema de pesquisa é identificar a percepção sobre a Colônia Dona Francisca descrita no artigo de Julie Engell-Gunther e quais as memórias construídas a partir da interpretação dos escritos do viajante Rodowicz-Oswiecimsky (1853 e 1992), que propagou que a jornalista construiu uma propaganda enganosa da Colônia para estimular novas levas colonizatórias.

O primeiro passo foi a tradução do texto inédito no Brasil de Julie Engell-Günther sobre a Colônia Dona Francisca, em parceria com a tradutora do Arquivo Histórico de Joinville, mestre em Letras, Helena Remina Richlin, e da pesquisadora Elke Dislich, do grupo Relações Linguísticas e Literárias Brasil-Alemanha (Rellibra), alocado junto à USP e CNPq.

A proposta foi analisar estes registros da Colônia Dona Francisca feitos por Julie Engell-Günther, como o artigo publicado no “Jornal Ilustrado de Leipzig” de maio de 1851 e a crônica publicada no “Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central” (Jahrbuch der Mittelschweizerischen Geographisch-Commerciellen Gesellschaft), Bd. IV, 1889, p. 69-80 (Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo).

As traduções foram importantes para mapear os textos da jornalista alemã (narrativas, antologia, poemas, crônicas, cartas, resenha, crítica e citações) e que serviram de base para a construção de uma nova narrativa.

Outro texto fundamental da pesquisa foi o da palestra sobre a vida de Julie Engell-Günther apresentada em junho de 2004 no Congresso “Transculturalism and Memory: Understanding Transitions through Life Writings” (“Transculturalismo e Memória: Compreendendo Transições por meio da Escrita da Vida”), apresentado pela professora doutora Eva Schöck-Quinteros, titular da cadeira de História Contemporânea e Social na Universidade de Bremen. O conteúdo foi acessado por meio dos estudos de Elke Dislich, da Universidade de São Paulo, em trocas de e-mail.

O trabalho auxiliou na composição do perfil de Julie Engell-Günther e a encontrar o tom das proposições da presente dissertação. O recorte utilizado pela professora são os textos escritos por Julie entre 1862 e 1902, depois do retorno à Europa e o mote é a imagem do Brasil que a autora construiu para si.

As traduções de documentos em alemão gótico escritos por Julie Engell-Günther e os textos em que a personagem é citada foram recuperados do Instituto Martius-Staden¹, na capital paulista, do próprio Arquivo Histórico de Joinville e acervo de Adolfo Bernardo Schneider.

Os capítulos desta dissertação estão divididos pelas seguintes abordagens: a primeira parte apresenta a vida e a obra de Julie Engell-Günther em forma de carta. A remetente é Juliane, a criança que se transformará na Julie Engell-Günther, jornalista casada que escreve sobre a Colônia Dona Francisca. A carta tem como base informações das pesquisadoras Eva

¹ O Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão é um centro de estudo para assuntos ligados à imigração dos povos de língua alemã é uma entidade de utilidade pública sem fins lucrativos com sede na capital paulista.

Criado em 1916, como uma associação de professores alemães, o local nasceu para oferecer cursos de alemão aos brasileiros e de português para os alemães que chegavam ao Brasil. Também eram organizadas festas, concertos e apresentações teatrais. Durante a Segunda Guerra Mundial, as atividades foram interrompidas e retomadas em 1947.

Em 1997, a Fundação Visconde de Porto Seguro, mantenedora do Colégio Visconde de Porto Seguro (o antigo Colégio Alemão), assume o Instituto Hans Staden, extinguindo a Fundação Martius, mas preservando o nome do patrono. As duas personalidades alemãs, Hans Staden e Carl Friedrich Philipp von Martius, passam a ser homenageadas pela contribuição de suas pesquisas.

Schöck-Quinteros, da Universidade de Bremen, e Elke Dislich, da Universidade de São Paulo.

Já nesta parte, é possível perceber quais são as questões que mais instigaram Julie, como o processo migratório e o papel social da mulher. No mapeamento das obras da jornalista, aparecem impressões do cotidiano para o jovem imigrante, registros sobre as crianças brasileiras, filhas de colonos, noites de Natal, vida de escravo no Brasil, fragmentos do Fausto de Goethe, crônicas de notícias sobre o Brasil e cartas a Karl Kautsky.

A participação de Julie Engell-Günther no pensamento feminista é também registrada. O gênero enquanto categoria de estudo aparece pelos conceitos de natureza e cultura de autoras da linhagem de Sherry Ortner (1979).

Outras categorias abordadas neste capítulo inicial são os conceitos de imigração e raça trabalhados por Giralda Seyferth (1982). Para análise das publicações de Julie, o olhar do texto/contexto de Michael Halliday (1993) ajudou a amalgamar as informações. Assim como o conceito de discurso de Michel Foucault (2004) norteou as reflexões sobre os estudos de Julie enquanto método.

As expressões: “Use-me como fogos de artifício, que se iluminam e logo se apagam” ou “Use-me e me ultrapasse” deixam claro o quão aberto é Foucault (2004). Prova disso são as diferentes fases que atravessou, seja nos estudos do discurso (arqueologia), relações de poder (genealogia) e cuidado de si (ética). Sem posturas rigorosas sobre as coisas, por muitas vezes se desdisse. Portanto, estudar Foucault (2004) nem sempre é segui-lo, mas usá-lo como uma caixa de ferramentas, usar o que disse para ir além.

A parte do trabalho do autor francês que nos ajuda nos estudos sobre Julie Engell-Günther é a primeira fase de seus estudos, de 1960. Com a arqueologia do saber (ser/saber), Foucault (2004) fala da verdade constituída a partir do discurso, como construção histórica, hermenêutica e a regularidade discursiva da ciência.

No capítulo seguinte desta dissertação, OS PREPARATIVOS PARA A COLÔNIA DONA FRANCISCA, é apresentada a relação de Julie Engell-

Günther com as terras da Colonizadora de Hamburgo. Os subsídios são documentos, livros e artigos conservados no Arquivo Histórico de Joinville de Carlos Ficker (1965), Elly Herkenhoff (1976), Carlos Adolfo Schneider (1976), Rodowicz-Oswiecimsky (1853 e 1992) e Thereza Böbel (2001).

Os jornais, no entanto, aparecem como elementos-chaves desta pesquisa, já que tangem informações sobre Julie Engell-Günther em diferentes épocas. Estudos autodidatas de Adolfo Bernardo Schneider ou os relatos de Elly Herkenhoff constroem imagens sobre a personagem, enfatizando pontos e enfraquecendo outros.

Este capítulo da pesquisa não está sustentado nas ideias evolucionistas. Por trás do discurso da colonização aqui enunciado está a crença de que o sujeito é resultado de determinações culturais e históricas, rompendo com a visão essencialista que encaixa homens e mulheres em identidades fixas estabelecidas pela natureza. É dentro deste plano que o discurso da imigração se move (BOAS, 2004).

No capítulo PERFIL EDITORIAL DO “JORNAL ILUSTRADO DE LEIPZIG”, é analisado o conteúdo editorial da publicação que circulou de 1843 até 1944 em Leipzig, considerado centro comercial alemão e sede de uma das mais antigas universidades da Alemanha para os negócios e a música.

O “Jornal Ilustrado de Leipzig” era caracterizado como um periódico com xilogravuras, pinturas e imagens capturadas pelo daguerreótipo, aparelho precursor da máquina fotográfica; tinha papel refinado e foi implantado após o francês “L’Illustration” (1843-1944) e o inglês “Illustrated London News” (1842-1971).

Além da reflexão sobre o “Jornal Ilustrado de Leipzig”, são citados os exemplos de outras publicações alemãs e de como era a recepção destes periódicos no Brasil. A imprensa da Colônia Dona Francisca também é mencionada, assim como o relato dos viajantes que escreveram sobre o Brasil ou a Alemanha, realçando o sentimento de germanidade.

No capítulo A CIRCULARIDADE DOS DISCURSOS são abordados textos que derivam do livro “Die Colonie Dona Francisca”, publicado por Rodowicz (1853 e 1992) no século seguinte. Novos dizeres são expostos sobre a

demissão do agrimensor Hermann Günther e a autoria da imagem publicada no “Jornal Ilustrado de Leipzig”. Para esta parte da pesquisa, são acionados os conceitos de história, retórica e prova do antropólogo italiano Carlo Ginzburg (2002).

O foco do último capítulo, A PROPAGANDA ENGANOSA SE DESFAZ, é a edição de 3 de maio de 1851, do jornal de Leipzig. No periódico, Julie Engell-Günther revelou sua posição aos alemães que sonhavam em sair da crise e comprar terras brasileiras.

No artigo, Julie expõe as dificuldades que os imigrantes encontrariam no Brasil, além de informar sobre os preparativos na Colônia Dona Francisca para receber a primeira leva de imigrantes da Colonizadora de Hamburgo.

Este capítulo se confirma como crucial para cumprir os objetivos propostos por esta dissertação. Ao traduzir o texto escrito por Julie, surgem argumentos para um novo olhar sobre a Colônia Dona Francisca – diferente do proposto por Rodowicz (1853 e 1992), no qual Julie aparece como “amásia” de Hermann Günther.

Não ousaria dizer que esta dissertação é fruto de uma pesquisa etnográfica no sentido da “descrição densa” de Clifford Geertz (1989). O distanciamento do tempo permitiu o levantamento de dados e interpretações pela via da análise do discurso de textos de uma personagem, mas não permitiu a vivência em certa cultura nem a compreensão aprofundada sobre os primeiros moradores (sejam eles brasileiros, europeus ou africanos). Neste caso, o campo não é o local onde se vive, mas o que se disse sobre este lugar.

A leitura crítica é o “esforço intelectual” para a compreensão da fala de Julie Engell-Günther, mas esta análise não é neutra nem isenta. Estão impressos nos textos os valores de quem analisa, sujeito que está 160 anos distante dos fatos. Portanto, há o ponto de vista da jornalista e da mulher Izabela implícito nesta dissertação baseada em conceitos da linguagem e da antropologia para pensar a memória.

Capítulo 1

UM NOME

“Que é um nome?”, pergunta Mariza Corrêa (2003) ao tentar entender as relações de gênero dos Xavantes do Mato Grosso. O menino recebe o primeiro nome aos seis anos. Depois, ganha outros. Durante uma vida, pode ser chamado de quatro formas diferentes. As mulheres Xavantes podem crescer sem nome. Algumas nem sabiam o seu.

A cultura de Julie Engell-Günther (1819-1910) permitia que as mulheres tivessem seu próprio nome e fossem chamadas e reconhecidas por ele. Mas além do nome de batismo – Juliane –, Julie teve outros. Um para cada fase, texto ou relação. Assinava Julie ou Julia, diminutivos de Juliane. Ou também J. Engell-Günther.

Havia várias formas de chamá-la. Além de ter nomes e codinomes, tinha muitas profissões. Era educadora, escritora, jornalista. Mesmo com tantas possibilidades, ficou conhecida como “amásia” de Hermann Günther na passagem pela Colônia Dona Francisca. Ou mesmo “pobre criado”.

Não foi por acaso que Julie foi escrita na história desta maneira. As palavras têm significados e imprimem sistemas de hierarquizações. A palavra “amásia” significa [do lat. amasia, primitivamente ‘namorada’] S.f.v. amante: “Alguns até conservaram uma espécie de velha amásia oficial, que chegara a conquistar a quase honorabilidade duma esposa segunda.” (José Régio, *Histórias de Mulheres*, p. 289). Amasiar-se: amancebar-se. Amásio: amante. Isto na definição do dicionário Aurélio (1999).

“Pobre” é quem não tem o necessário à vida. Cujas posses são inferiores à sua posição ou condição social. Que revela pobreza. Pouco produtivo. Mal dotado, pouco favorecido. Digno de lástima; que inspira compaixão. Ex.: É uma pobre mulher. Pessoa pobre. Mendigo, pedinte. Pobre de Cristo. Pessoa de condição muito humilde, e /ou paupérrima. Pobre de espírito. Pessoa simplória, ingênua, parva, tola. Dos pobres. Irônico. Diz-se do que é de qualidade inferior, posto em confronto com o bom ou excelente. E “criado” é homem ou rapaz empregado em serviço doméstico, servo, empregado. Também nas palavras do dicionário Aurélio.

A sociedade patriarcal escolheu falar sobre Julie Engell-Günther assim, como “amásia” ou um “pobre criado”. Identificada pelo estado civil e não pela função. Mas por que Hermann era pronunciado pelo seu papel – engenheiro, agrimensor, diretor da Colonizadora Hamburguesa? Apesar de ter sido acusado de ter arruinado a formação da Colônia Dona Francisca até hoje?

A historiografia encontrou uma culpada para o fracasso do engenheiro. Tanto no livro de Rodowicz (escrito em alemão em 1853) quanto nos textos do século seguinte, o relacionamento de Julie Engell-Günther aparece como o motivo da derrota de Günther no empreendimento da Colonizadora.

Mas pelos registros escritos deixados, percebemos que Julie não veio para as terras da colônia a passeio, de sapatinhos delicados e muitos criados a abaná-la. Ela não estava vestida como uma dama. Veio como um “pobre criado”. Além disso, anotou o entorno e fez relações com os autores da época e suas ideologias, demonstrando noções sobre propriedade fundiária. Publicou textos, organizou seu pensamento para outras pessoas também terem sua opinião sobre o processo migratório. Afinal de contas, “quem deveria migrar?” era sua principal pergunta.

Ao demonstrar domínio diante destes temas, é difícil de acreditar que Julie tivesse vindo para a Colônia Dona Francisca para tirar a atenção de Günther ao trabalho. Ao contrário, seria sensato afirmar que ela influenciou o companheiro com ideias e posturas muito maduras.

Julie não foi a primeira nem a última mulher ocultada pela profissão do marido. Pouquíssimas pessoas sabem dizer quem foi Dina Strauss. A mulher que acompanhou Claude Lévi-Strauss nas pesquisas no Brasil, quando foi contratado como professor de sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

Dina atuou na Sociedade da Etnografia e Folclore, criada por Mario de Andrade. Na correspondência com o modernista sobre as pesquisas, ela pouco aparece. Quando mencionada é nas notas de rodapé, nas categorias de “o casal Lévi-Strauss” ou “a mulher de Lévi-Strauss”.

Ao refletirmos sobre a notoriedade retrospectiva de Lévi-Strauss e ao ‘esquecimento’ de Dina, começamos a nos perguntar o que tinha sido feito das pesquisadoras nessa história – personagens ainda mais secundárias do que os exemplos mencionados na extensa correspondência de Pierson. Salvo poucas exceções, elas aparecem, naquele momento, como ‘esposas’ – a esposa de Donald Pierson, a esposa de Charles Wagley, a esposa de Eduardo Galvão, a esposa de David Maybury-Lewis, a esposa de Robert Murphy, a esposa de Charles Watson... a lista certamente poderia continuar. Todas elas adotaram o nome do marido ao casar, a ponto de ser muito difícil redescobri-las com seu próprio nome, mesmo quando descasadas, como no caso de Dina. Todas estiveram no campo e parecem ter sido auxiliares de pesquisas inestimáveis, segundo os relatos de seus próprios maridos. (CORRÊA, 2003, p. 21)

A invisibilidade da mulher é apenas um tópico dentro da complexa teia de discursos. Minha intenção neste capítulo inicial não é confrontar dizeres. É começar de novo. É contar a história de Julie Engell-Günther que gostaria de ter lido nos livros, mas que vi escondida em prateleiras empoeiradas e em documentos comidos pelas traças. Meu objetivo é tirar o pó deste papel amarelado e reimprimi-lo em papel branquinho. Para que as pessoas que desejem acessar ao passado possam encontrar outras possibilidades de discursos, incluindo o feminino.

Nesta espécie de biobibliografia, espaço onde vou falar da vida e da obra de Julie, procuro desenhar o retrato de alguém que nunca vi. Soube da existência de Julie por uma tecnologia de estocagem e compartilhamento de informações tão veloz e eficiente que ela jamais imaginaria ser possível: a internet (há um texto disponível na web, escrito pela pesquisadora Elke Dislich,

do grupo de pesquisas Rellibra – Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP). Antes disso, só ouvi histórias da boca de pessoas que tinham Julie como uma figura pitoresca.

Os arquivos públicos e particulares foram aliados. Por outro lado, muitos e-mails que enviei para os ditos estudiosos nunca foram respondidos. Enfim. O que segue foram as partes que busquei unir.

No exercício de “biobibliografar” Julie, a inspiração não foram conceitos rígidos, mas a simplicidade do modelo apresentado pela biografia de Clarice Lispector escrita por Teresa Cristina Monteiro (1999). Com o instigante título “Eu sou uma pergunta”, o livro é derivado da dissertação da autora.

O modo de contar a história de vida da escritora eslava, intercalando imagens de documentos e recortes de jornais, pareceu a ideal para a proposta de escrever sobre Julie Engell-Günther, sempre com a consciência de que seria impossível reconstruir fielmente a sua imagem.

A narrativa sobre Julie Engell-Günther dentro desta “biobibliografia” nasce de como ela escolheu se pronunciar, no movimento de olhar o texto e o contexto, de relacionar autora/obra (HALLIDAY, 1993).

A mulher que viajou sozinha para o Brasil também tinha fraquezas, como é possível perceber nos textos em que encarna Mathilde. Mas nos momentos de pesquisadora, Julie evidencia força ao desafiar editores. Ela lutava para que seus textos fossem publicados na íntegra. Sem esconder ideologias, deixava transparecer inquietude quando interlocutora da mulher recém-liberta da escravidão, mas aprisionada pelo sentimento evolucionista. Julie mantinha a poesia apesar do medo. Importava-se com os diferentes quando a maioria desejava oprimi-los.

Lúcida, acreditava no processo migratório como única alternativa para alemães com baixo poder aquisitivo. E foi acompanhar o sistema de perto. Se mulheres desacompanhadas não podiam viajar sozinhas, Julie encontrava formas sutis de transgressão. Suprimiu sua identidade porque viver no mundo “vestida” de gênero masculino seria mais fácil.

Sua caricatura chama a atenção justamente para o que mimetiza: os jogos de poder entre gêneros e classes. Por ter se apresentado como “um pobre criado”, mostrou-se como alguém sem posses, mas disposto a trabalhar. Um perfil declaradamente desejado pela Colonizadora de Hamburgo. Vestir-se de homem a despeito da “sociedade dos homens” foi um ato de heroísmo e ironia. Ela não deixou que seu corpo fosse governado (FOUCAULT, 2009). Enfrentou o fato biológico. Era mulher e se transformou em homem. Viveu sua identidade como fato político.

Sua ideologia que servia como pano de fundo para tudo o que fazia. Ao expressar a posição no mundo que ocupava, entrava no campo de disputas de poder. Tensões que não provocaram covardia.

Distante da imagem da mulher que casa e fica em casa, Julie era mulher segura e independente. Talvez por amor, ela se permitisse algumas concessões. Como receber um segundo nome ao casar-se. Na Colônia Dona Francisca, era esposa de Günther em primeiro lugar, sendo identificada pela relação com ele.

Mas a esposa e mãe também foi jornalista. Recebeu esta definição das pessoas que escreveram sobre ela ao longo do tempo. Há possibilidade de nem ter se dado conta disso. Era jornalista porque escrevia em jornais, mas não porque entrevistava pessoas importantes. Seu forte eram os artigos. Opinião pura e restrita aos corajosos.

E sua tendência vinha da ideologia de uma mulher livre pensadora, iluminista, uma feminista da geração de 1848. Sem diluir seu ponto de vista em palavras que soassem mais levemente aos ouvidos da tradição, ela foi firme nas posições.

Fico pensando como o que teria acontecido se Julie tivesse permanecido na recém-criada Joinville? Não vejo suas descendentes como aprendizes das aulas de bordado para o enxoval da professora Marieta Stock, na Sociedade Harmonia-Lyra. Vejo as mulheres de sua família visitando a biblioteca do Clube Joinville, onde hoje é a Casa Sofia, criando novos discursos.

Foi depois de ter voltado para Europa que Julie atuou mais intensamente no movimento feminista. O que comprova a participação são as cartas no

acervo da escritora alemã Ricarda Huch (1864-1947). A autora está na lista das mais reconhecidas poetisas de língua alemã da primeira metade do século 20, ao lado de Else Lasker-Schüler, Elisabeth Langgässer e Gertrud Le Fort.

O artigo de pesquisador Elcio Loureiro Cornelsen para a revista “Contingentia” coloca Ricarda como uma das primeiras mulheres alemãs a receber o título de doutora, chamada por Thomas Mann de “primeira mulher da Alemanha” (CORNELSEN, 2010). Pelo legado intelectual, pode-se dizer que ela foi uma das principais pensadoras da chamada emigração interior², desenvolvendo a atividade literária como forma de protesto ao nazismo.

Em suas reflexões sobre Julie, a pesquisadora de Joinville Elly Herkenhoff situa a jornalista como também companheira de Luise Otto-Peters, feminista que em 1848 escrevia sobre os direitos da mulher exercer outras funções remuneradas e que não fossem somente as domésticas.

Desafiando intransigentemente a opinião tradicional e generalizada, segundo a qual a mulher não possuía a capacidade ética e intelectual necessária ao desempenho de outras funções. Luise Otto-Peters e suas companheiras de luta, ainda assim exigiam infinitamente pouco, em face da situação dramática, insustentável, da mulher solteira da classe média – a mais sacrificada em nome da tradição e dos bons costumes. Os ideais defendidos pelas feministas pioneiras – que não podem e não devem ser confundidas com as feministas da atualidade – seriam concretizados apenas lentamente e bem mais tarde, inclusive com a admissão da mulher ao estudo da universidade. (HERKENHOFF, 1977, p. 56)

Na Universidade de Bremen, a professora doutora Eva Schöck-Quinteros, do departamento de história contemporânea, estuda a personagem Julie sob aspecto feminista.

Afinal, a mulher de passagem pela colônia Dona Francisca não veio para fortalecer o mito do herói alemão disciplinado, que mais tarde seria

² A expressão “innere emigration” foi criada pelo escritor alemão Frank Thiess (1890-1977), em 1933, para designar que optaram por uma emigração intelectual dentro da Alemanha durante o período nazista.

exaustivamente divulgado. Ela não tinha uma união estável, não compartilhava do ideal da vida calma do campo.

Onde estaria o vestido dela quando chegou ao local que seria colonizado? Chapéus, lenços ou sapatos delicados? Qual a aparência física desta mulher? Era miúda? Tinha cabelos longos, mas sempre presos em formato de coque? Tinha covinhas quando ria? Demonstrava formosura na fala? Tinha um andar elegante? Será que tinha cacoetes? Vícios? Angústias ou medos?

Elke Dislich (do grupo de pesquisas Rellibra – Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP) me dizia em e-mail que havia uma pequena ilustração do rosto de Julie Engell-Günther no jornal de Milwaukee, nos Estados Unidos. Imagem que ainda não chegou até mim.

Sem um rosto, mas com muitas evidências deixadas por seus dizeres, imagina-se como poderia ter sido a relação entre Julie e os (as) primeiros (as) moradores (as) da cidade que se formava, caso tivesse ocorrido este encontro. As tensões, o trabalho e as sociabilidades das mulheres em Joinville no século 19 são descritas pela pesquisadora Janine Gomes da Silva na dissertação de mestrado em história do Brasil, defendida em 1997 na Universidade Federal de Santa Catarina.

Entre os modelos construídos para as mulheres nos diferentes tempos históricos, as que viveram em Joinville no século 19 teriam de ser boas esposas, mães e donas de casa. A análise feita dos periódicos impressos em português por Janine Gomes da Silva mostra como foram divulgados os ditos valores da família civilizada.

A historiadora cita como exemplo os artigos do jornal “Folha Livre” (1887), com discursos carregados de preocupação com a educação feminina voltada para o lar e com o caráter moral. Os textos falam até sobre o que é certo ou não as mulheres lerem.

As que lêem muito são ruins para casar, pensam que sabem tudo, menos “a confecção de uma omelete, a teoria do pesponto e as maravilhas econômicas do remendo”.

Sobre a leitura feminina, o artigo começa dizendo que: “as senhoras talvez só possuam dois livros: o “Dicionário das Flores” e o “Cozinheiro Imperial”; e fazem muito bem: detesto as [...] sabichonas. E ainda: “As mulheres que leem ‘Proud’home, os romances de Montepin e os sinapismos de Bellot são excelentes pares de cotillon, porém, péssimas casadeiras; esquecem a tríplice missão da mulher entre duas páginas de crítica literária. [...] o romance é uma praga que rouba o sono e inocula nas verdes fantasias de 15 anos, milhares de ilusões impossíveis”. (SILVA, 1997, p. 13).

Julie Engell-Günther fazia parte do grupo de sabichonas citado pelo jornal com o sugestivo nome “Folha Livre”. Declarações como estas fazem surgir no mundo todo um interesse cada vez mais afiado pelos estudos de gênero.

Quando vemos “homens” e “mulheres” como entidades diferentes, preenchidas por conteúdos variáveis, o gênero passa a ser uma questão antropológica etnograficamente documentável.

Uma série de trabalhos surgiu com a tendência à universalidade da hierarquia de gênero como uma estrutura de subordinação. Autoras como Rayna Reiter (1975), Sherry Ortner (1979), Louise Lamphere (1979), Michelle Rosaldo (1979), Rita Laura Segato (1998) e Gayle Rubin (2003) instituíram a antropologia de gênero como área específica de estudos – cada uma com uma abordagem própria. Elas tentaram explicar porque há uma tendência geral apesar dos relativismos culturais.

Ao apontar para a relatividade e a variabilidade dos conteúdos associados com as categorias “mulher” e “homem” através dos tempos e das culturas, provou que elas são produtos histórico-culturais e não fatos da natureza. Desta forma, instalou as bases do discurso crítico do sexismo que, como forma de discriminação, encontra seu suporte na afirmação das determinações biológicas sobre as nossas faculdades e comportamentos.” (SEGATO, 1998, p. 9)

Nestes processos tão variáveis, Sherry Ortner (1979) acredita que o homem, dotado de masculinidade e prestígio social, é capaz de contaminar com seu status as tarefas de seu campo de atuação. No artigo, “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”, Sherry detalha que não seria o trabalho que lhe daria este status, mas ele conferiria importância e masculinidade ao que realizasse.

A matriz heterossexual inscreve o gênero masculino como sujeito falante, ativo no âmbito público. Ao mesmo tempo em que a estrutura de relações e adesão destes personagens é fluida, mas nem sempre aleatória. “O gênero, enquanto categoria, é um modelo instável e fugidio de processos de instanciações”. (SEGATO, 1998)

Para Sherry Ortner, a posição secundária da mulher na sociedade é uma das verdades universais. Visão que originou na máxima de que a mulher é mais natureza e menos “cultura” que o homem.

A mulher está sendo identificada com alguma coisa que cada cultura desvaloriza, alguma coisa que cada cultura determina como sendo uma existência inferior a si própria. (SHERRY, 1979, p. 114).

O papel de agente da cultura é exercido pela mulher no ambiente doméstico. É ela quem deve se preocupar com a socialização das crianças na conversão da natureza para a cultura. Assim, a mulher está posicionada de forma intermediária entre a natureza e a cultura.

Em uma cultura vista como consciência humana (e sistemas de pensamento e tecnologia), por meio das quais a humanidade garante o controle sobre a natureza, tanto homens quanto mulheres devem estar envolvidas em projetos de criação e transcendência.

1.1 A carta

O formato de correspondência foi escolhido para revelar a vida de Julie Engell-Günther a partir de seu próprio ponto de vista. Meio de comunicação muito usado em sua época, uma carta revela informações íntimas, como descrições de momentos marcantes e sentimentos. E já que Julie gostava de brincar com suas identidades, ora se vestindo de homem, ora se colocando como Mathilde diante dos textos, a ideia foi fazer a Juliane criança – nome de Julie de batismo – conversar com a Julie Engell jovem, cheia de convicções e ideologias. No momento seguinte, Juliane dialoga com a Julie Engell-Günther já casada e com elaborações mais concretas sobre as questões sociais e econômicas.

Como toda história de vida é um risco de cometer equívocos sobre quem se escreve, optei por contar a história de Julie Engell-Günther a partir de informações conseguidas em documentos e livros. A base dos textos são as pesquisas escritas sobre Julie (incluindo informações cedidas à tradutora e pesquisadora Elke Dislich pela professora doutora Eva Schöck-Quinteros, da Universidade de Bremen), mas a linguagem literária dá vez a interpretações de como sua vida teria sido.

Já que o auge que nos toca na vida de Julie é o que não foi escrito, mas o que ela pode ter pensado em tudo o que fez, a tentativa de fazer emergir suas ideologias pode ser também uma aproximação de certa realidade. Mesmo nos dias de hoje torna-se difícil compreender o que cada um de nós pensa, até alguém muito próximo de nossa família. A maneira de se expressar no mundo nem sempre é a realmente sentida.

Assim, a enunciação de Julie Engell-Günther aparece como dado para reiterar a suposição de seus pensamentos. A maneira como ela se pronuncia é a evidência. Que palavras escolheria se tivesse de escrever uma carta?

Assim, o texto está dividido em três fases:

- 1) Juliane;
- 2) Julie Engell;
- 3) Julie Engell-Günther;

Na fase adulta, está explícita na carta a auto-definição de Julie sobre seu posicionamento político. Ela se denomina como livre pensadora, ou seja, deveria acreditar que os fenômenos deveriam ser formados a partir da ciência e sem influência da tradição, autoridade ou dogma.

A amizade com Fanny Lewald (1811-1889) também indica suas tendências e afinidades. A história de Fanny é também parecida com a de Julie. Esta escritora alemã havia nascido filha de pai rígido ao ponto de determinar qual poderia ser sua leitura. Discussões religiosas eram proibidas e Fanny acabou descobrindo sozinha que era judia.

A adolescente de vida difícil torna-se escritora de sucesso e mulher apaixonada por um homem casado. Fanny não abre mão de Adolf Stahr e os amantes se casam em 1855.

Nos ensaios sobre os direitos das mulheres, ela defende o direito à educação e auto-realização de trabalho fora de casa, encarando o casamento como uma parceria de iguais, e defendendo, ainda, que as mulheres frequentem as mesmas escolas e universidades que os homens. Pela escrita, comove a classe média a se solidarizar com as mulheres da classe trabalhadora.

Ao morrer, Fanny é enterrada ao lado de Stahr, em Wiesbaden. Textos em alemão contam que ela seria lembrada pelas próximas gerações de diferentes maneiras, seja pelos homens, admirando-a como um "patriarca da Prússia

feminina" ou pelas mulheres mais jovens pela companhia na luta para igualdade de justiça.

De: Juliane Engell.

Para: Julie Engell-Günther.

Eu não nasci na capital de ideias iluministas. A Berlim urbana me seduziu na juventude. Por ora, na infância, gostava de brincar com as bonecas de pano e cabelos de fios (até bem feias), das flores e das palavras. Desde muito cedo, chamavam a minha atenção as maneiras de conversar. Gostava de ouvir as rodas de conversa dos homens mais velhos. No início, não entendia bem o que diziam, mas parava para perceber o movimento dos chapéus, o bigode e a costeleta. O jeito de versar, sorrir ou encrespar a testa.

Talvez porque a figura do pai me escapou cedo. O pai que trabalha e dá a voz firme para a educação não estava presente, mas era sempre citado nas memórias, interpelado pelas minhas vontades de contar os sonhos de menina. A vontade de viajar... Conhecer os continentes das aulas na escola. E não é que existia um país, chamado Brasil, que era o paraíso criado por Deus na terra? Sem intervenção humana, qualquer um que chegasse lá poderia começar uma vida do nada. Como não tinha nada pronto, a terra estava só esperando um dono. Rios de ouro, mata verdinha com flores de todas as cores e encantos. Animais selvagens e outros até mimosos. Eu sonhava com este reino e adormecia em cima do caderno aberto.

Se por um lado meu pai partiu cedo sem muita despedida e sem mala para um dia voltar, minha família continuava a encher as cadeiras onde as refeições surgiam de todos os sabores. Pão e leite de vaca no café da manhã. Batata e repolho no almoço. Sem muita fartura. O exagero não cabia para minha mãe, mulher de fibra e de oito filhos. Sem tempo para mostrar as covinhas quando ria, andava sempre de vestido solto e avental por cima a aquecer o fogão à lenha para nos alimentar e proteger do frio.

Sabe, Julie, quando o gosto de brincar com as bonecas de pano passou, era hora de entrar em um novo jogo. Embarquei para Berlim! Foi aí que você apareceu. Eu não era mais a Juliane da cidade calma. Cresci. Veio a decidida Julie Engell, que já assinava em rascunhos de artigos. A vida solitária, mas livre, moldou meus pensamentos.

Julie Engell, a nova eu, estava aberta a novas experiências. Arrisquei-me em amores e opiniões. Escolhi as minhas brigas. E uma das mais fortes que tive foi a viagem para um lugar tão longe, tão longe que quase morri de fome por causa da náusea da carne seca.

Sim, querida Juliane, agora é a Julie Engell quem assume esta prosa. O seu sonho de ir para o Brasil desta vez era meu. E como não realizá-lo. No ímpeto da vontade de descobrir, lancei-me ao mar que me levaria às terras perfeitas.

Sim, eu já sabia falar muitas línguas, já tinha estudado com os livre-pensadores. Mais tarde, até me chamariam de iluminista. Mas agora, meu novo desafio, doce Juliane, era viajar.

Parti sozinha, assim como saí de Sülze/Mecklenburgo para Berlim. Dos príncipes e condes que conheci, não me senti seduzida por nenhum deles. Por isso, os livros e as cartas eram minha melhor companhia. Fiz amigos em muitas partes do mundo, com quem compartilhei ideologias e angústias. A política estava sempre muito concreta em minhas ações. E participei de movimentos até bem sólidos.

Mas um assunto nas esquinas e nas rodas de debate ressoava em meus ouvidos. As decepções políticas me levaram para outros portos. Sim! O ano de minha emigração foi 1848. No Brasil, sonhei a dois por uma vida mais estável. Sonhei em me realizar como mulher, professora e escritora e lutei para que mulheres como eu também conquistassem os seus sonhos.

Na carta que escrevi para a companheira do “movimento pela emancipação feminina” Fanny Lewald, fui clara na minha determinação: “Deixei a Europa sem consultar viva alma, sem que alguém soubesse, por decisão própria”.

Finalmente, parti com o Princess Louise em direção ao Rio de Janeiro. Terra de muitos forasteiros como eu. Quando cheguei ao Brasil, venci o obstáculo da língua e da cultura estrangeira para me dedicar à educação. Como professora jovem e cheia de projetos, foi também lá que me entreguei a um grande amor. Hermann Günther era o homem que emprestaria o seu sobrenome a mim e a nossos filhos.

Antes que as crianças chegassem, partíamos para um novo desconhecido. Hermann era engenheiro e encarregado pela Sociedade Colonizadora Hamburguesa de preparar o terreno para a formação de uma colônia alemã no Sul do Brasil.

Lá, conheci de perto as condições precárias a que muitos imigrantes se sujeitavam para viver no paraíso na terra que já mencionei no início desta carta. Previ o que sentiriam muitas famílias alemãs pouco tempo depois.

Estas vivências me fizeram estudar cada vez mais sobre isto. Rabisquei muitos textos, publiquei alguns, mas nem sempre fui bem interpretada. Um pouco desiludida com as desavenças naturais de todo ser humano que ousa participar de um projeto pretensioso como este, deixei a colônia no Sul do Brasil para ir para uma cidade pequena de São Paulo chamada Limeira.

Günther foi demitido da colonizadora e eu fui acusada de ter distraído meu companheiro, de ter impedido que fizesse um bom trabalho. Mal sabem eles que até ajudei Günther a fazer o primeiro relatório que enviamos à Alemanha.

Os poderosos da época denunciaram que o local escolhido para ser o ponto inicial do povoamento não era ideal. E veja só, falaram também que o artigo que escrevi no jornal de Leipzig era uma propaganda enganosa, planejada para ludibriar os futuros colonos.

Apesar disso ter me deixado um pouco chateada, mergulhei no trabalho para esquecer. O momento que passava com as meninas era a minha salvação. Sabe, em Limeira, eu trabalhei duro em um internato para crianças. Embora distante da Alemanha, não me sentia sozinha neste lugar porque existiam muitos imigrantes como eu. Tínhamos memórias em comum e muito papo para colocar em dia sobre a situação difícil que vivia a Alemanha.

Nossos compatriotas eram recebidos em uma fazenda chamada Ibicaba com a missão de fazer uma nova América. Alguns plantavam e outros produziam artefatos muito procurados na capital.

Por estas terras brasileiras, havia fazendeiros africanos de origem portuguesa, casados com negras, que mandavam as filhas para estudar em escolas no Rio de Janeiro, porque em Portugal poderiam ser vítimas de discriminação. Quando encontrava uma dessas meninas de origem africana, gostava muito de conversar com elas.

Além disso, conquistamos a confiança de escravos libertos, que passaram a trabalhar na escola para meninas que mantinha em Limeira. Enquanto ficava boa parte do dia cuidando dos afazeres da escola ao lado destas colaboradoras, Günther dedicava-se ao árduo trabalho do planejamento e execução de novas estradas. Mesmo assim, nossa vida de casal resistia. Ao me tornar senhora Günther, tive nosso primeiro filho. Arthur nasceu no Brasil forte e saudável.

Mesmo com todas estas novidades que conto nesta carta, o Brasil já parecia desbotar nas minhas recordações. Nessas horas, o papel era meu maior confidente. Foi quando escrevi: "Sozinha – neste mundo; mesmo após uma longa viagem no mar e no Brasil. E, mesmo assim, o que há de grandioso nisso? Não temos mais nada a temer, quando nada daquilo, que angustia,

comove e atormenta outras pessoas, nos parece mais tão infinitamente valioso. Tudo depende da boa vontade de se ver as coisas com olhos claros, iluminados! Certamente, sempre tive a melhor boa vontade; no Brasil, no entanto, nos últimos tempos, já não mais queria tê-la. Foi uma batalha árdua demais”.

E voltamos. O retorno a Berlim me fez muito bem. Vivíamos como uma família e sempre encontrava tempo para os meus textos. Enviava artigos para jornais de diferentes partes do mundo. Era uma maneira de ser ouvida nas minhas angústias sobre o que via. Por um tempo, abrimos um estúdio fotográfico para fazer imagens da Corte, do príncipe Frederico Carlos. Mas você sabe como os tempos eram difíceis. Parece que tudo aconteceu ao mesmo tempo. Depois dos negócios, que já não iam bem, tivemos outra surpresa.

Nosso menino de apenas 22 anos falece. Arthur estava terminando os estudos na Inglaterra quando recebemos esta notícia. Juliane, não me cabe, aqui, entrar em detalhes sobre os motivos deste triste episódio de 1881, ano que jamais esquecerei.

O fato é que a morte de nosso filho mais velho desencadeou uma série de outros acontecimentos. Günther, é verdade, ficou muito abalado com a perda. O rompimento foi inevitável. Mais uma vez, eu trocaria meu nome. Tive de aceitar o divórcio. Günther tinha planos de casar-de de novo com uma moça 40 anos mais jovem do que ele.

Enquanto eu, querida Juliane, você sabe, já não conservava mais o viço da pele, os olhos brilhantes e o sorriso fácil de antes. Mais uma vez, deixo minha Alemanha para fugir das lembranças. Primeiro, a morte de meu pai, depois, a perda do meu filho. E o completo abandono de meu próprio marido em um momento tão inapropriado para mais despedidas.

Os livros, mais uma vez, foram meu melhor refúgio. Depois disso tudo, decidi viver uma fase foi muito produtiva, escrevia artigos sem parar e enviava cartas para redações e para pensadores que estavam refletindo sobre o que

vivia nosso país. Com Karl Kautsky, na época editor do semanário socialista “Die Neue Zeit”, tive mais do que uma relação meramente profissional. Como amigo, contei a ele detalhes dos meus dramas de mulher.

Mas escrever não era meu único ofício, para sobreviver e sustentar o caçula Reinhold, mantinha uma pequena fábrica e comércio de produtos químicos para a manutenção de armas para o exército de Berlim. A concorrência vinha forte e do próprio Günther, que tinha ficado com metade dos negócios por causa do divórcio.

Quando nossa situação financeira tornou-se desesperadora, resolvi mudar para a Suíça. Aos 64 anos, tento um novo começo como professora de um colégio internacional em Zurique. E onde pretendo ficar trabalhando até o fim.

Obs: Desta idade até a morte, em 1910, Julie Engell-Günther escreve para diferentes publicações na Europa. E morre na Basileia, na Suíça, meses após a perda do filho Reinhold.

É assim que Julie passa a ser personagem também da história brasileira, retratando o país sob um olhar destoante daquele vigente. No romance não publicado “Unterm Wendekreis des Steinbocks” (“Sob o Trópico de Capricórnio”), de 1883, ela escreveu: “Ninguém é capaz de descrever o Brasil da forma que eu aprendi a fazê-lo após dez anos de permanência nesse país, pois tenho certeza de que todos aqueles turistas e comerciantes que por lá passaram, não o conheceram como eu o conheci, que tive que ganhar o meu pão naquelas paragens. Além disso, eu o vi com o coração, não me deixei iludir e enganar por adulações, como costuma acontecer com tantos homens sabidos”.

1.2 Textos escritos por Julie Engell-Günther



Brasilianische Kinder.

Erzählung

von
J. Engel-Gömler.

Sie gehörte ihm und er ihr; das heißt nicht etwa beide sich einander, sondern jedes von ihnen gehörte einem der beiden jungen Herrschaften des Hauses. Diese waren nun zuerst „Er“, nämlich der vierzehnjährige Plegelohn und Reize des Gutbesitzers Senhor Antonio Couto de Aboates, mit dem Kaufmann Marcello, dessen Vater, der reiche Senhor Benancio de Prado, ein Vetter des Senhor Antonio gewesen und von dem dieser zum Vormunde seines einzigen Kindes und Erben bestimmt worden war. Donna „Sie“, nämlich die Senhorinha Donna Candida, Tochter erster Ehe des Senhor Antonio, die jetzt neun Jahre alt sein mochte; und als ihr Eigentum galt der vielleicht neunjährige Nege-

gleit hatte, wo sie nun als Köchin diente. Und sie stand in großer Gunst bei der jetzigen Gattin des Hausherrn, der Senhora Donna Margarida; denn sehr geschickt war sie, die schwarze Perpetua. Sie wußte alle hier beliebten Gerichte vorzüglich zu bereiten, nämlich: gefüllte und geschmorte Föhner mit Reis, Spitzfisch in Essig, schwarze Pasteten mit Speck, Rindbraten mit Kohl, Mailänder in Milch, sowie die vielen in Anden so sottenen Früchte, die mit Käse hier überaus als Dessert eine große Rolle spielen; außerdem war sie eine gute Wäscherin und Plätterin. Sie galt aber nicht allein für ungemein tüchtig und brauchbar, sondern auch für eine sehr verlässliche Person. Ihre frühere Herrin, die adeliche Libella, Marcellos Mutter, hatte sie als

Imagem 1: Brasilianische Kinder (**Crianças Brasileiras**). In: Westermanns Illustrierte Deutsche Monatshefte, LXII 374, agosto de 1887.

Fonte: Instituto Martius-Staden.

Ein Kolonistenmädchen.

Nachdruck verboten.

Brasilianische Novelle

von

J. Engel-Günter.

1.

Wer fertig ist, dem ist nichts recht zu machen;
Ein werdender wird immer dankbar sein.



Es war an einem kühlen unfreundlichen Sonntage, in der brasilianischen Provinzialhauptstadt San Paulo, wo ich seit Jahren einem Mädchen-Erziehungs-Institut (hier „Collegio“ genannt) vorstand; aber heute waren alle meine Schülerinnen und Schüler (ich hatte nämlich auf den dringenden Wunsch der Eltern auch einige Knaben bei mir aufnehmen müssen) zum Besuch bei ihren Angehörigen abwesend. So umgab mich eine wohlthuende Stille, während draußen die Glocken zur Messe riefen, und vor mir auf dem Tische der Kaffee

Imagem 3: Ein Kolonistenmädchen. Novelle aus Brasilien. **(Filha de colonos. Novela brasileira)**. In: Helvetia Illustrierte Monatsschrift zur Unterhaltung und Belehrung des Vokes, Basel, Verlag Robert Weber, 1897, p. 490-544. Fonte: Instituto Martius-Staden.

Aus dem Sklavenleben Brasiliens. Nachdruck aus dem.

Von

J. Engel-Kühler.



In Brasilien war es, in der Hauptstadt der gleichnamigen Provinz St. Paulo, wo ich eines Morgens folgenden Brief erhielt, den ich hier wortgetreu übersehe:

„Illustrißima Senhora Donna, ich muß an Sie schreiben, weil ich wohl nicht lange mehr am Leben sein werde. Ich bin gefangen und verurteilt, und ich glaube nicht, daß ich davon komme; aber ich bereue nichts; Sie wissen wohl — wenn der Padre auch noch so sehr auf mich einredet. Der Padre José ist ja nie Sklave gewesen; was kann es ihn da angehen? — Ich muß Ihnen also schreiben, Senhora Donna. Seit ich nicht

mehr in Ew. Gnaden Gewalt war, habe ich keine große Stunde mehr gehabt, und es mag ebenso gut sein, wenn ich tot bin, als wenn ich lebe. Es thut mir nur um meine arme gute Herrin leid, sehen Sie, und deswegen schreibe ich und bitte Ew. Gnaden, das zu thun, was ich nun nicht kann. Die arme Donna Brandina hat schon genug zu leiden gehabt durch den schlechten Mann, den Gott ihr gegeben hatte, ich weiß nicht warum; und nun, da sie von dem Schicksal befreit ist, bin ich nicht da und kann nicht für sie arbeiten, und ich weiß nicht, wie sie sich helfen soll. Sie kann sich nun doch nicht freuen; denn dafür war ich da, und sie ist eine Senhora und kann also nichts. Aber Sie, Senhora Donna, Sie sind nicht so, und darum bitte ich Ew. Gnaden um aller guten Heiligen willen, die Sie segnen werden, daß Sie zum Sr. Conego (Kanonikus) Cypriano gehen und ihm sagen, ich könnte nicht zu ihm kommen, aber er möchte nun das Verurtheilte für die Donna Brandina in Ordnung bringen. Wenn Sie das besorgen, Senhora Donna, wird meine arme Herrin nicht notleidern; aber sehr traurig ist es doch für sie, und ich hätte es um ihrer willen nicht thun sollen; ich konnte aber nicht anders, so ein Dummes, wie ich bin, und es wäre auch nicht verraten worden, wenn meine Tochter, das einfältige Ding, nicht so sinnlos geschrien hätte. Nun kann ich nichts mehr,

Imagem 4: Aus dem Sklavenleben Brasiliens (**Vida de escravo no Brasil**). In: Helvetia Illustrierte Monatsschrift zur Unterhaltung und Belehrung des Volkes, Basel, Verlag Robert Weber, 1901, p. 252-261. Fonte: Instituto Martius-Staden.

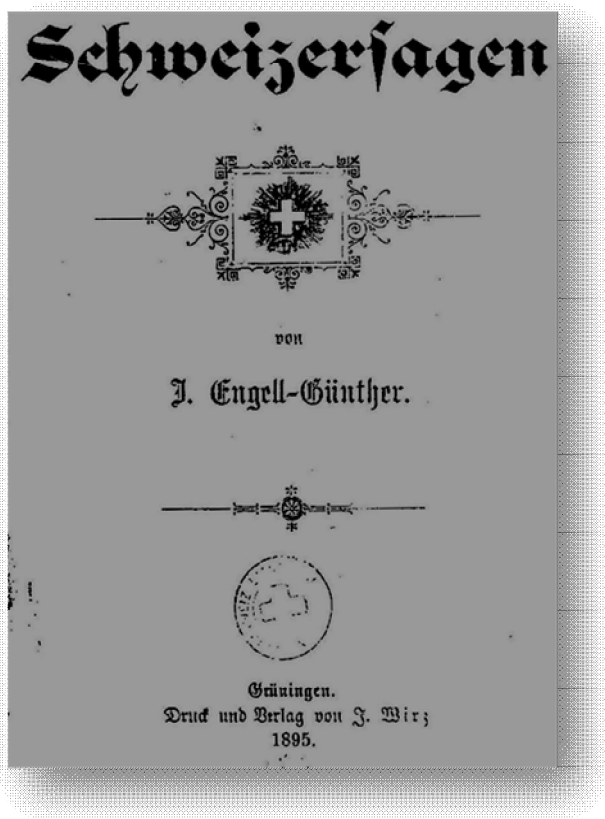


Imagem 5:

Antologia:

Schweizersagen (**Lendas Suíças**).
Grünlingen, Verlag von J. Wirz, 1895.
Fonte: cópia no acervo do Instituto
Martius-Staden do arquivo de Adolfo
Bernardo Schneider, Joinville-SC.

Noch einmal: Die Kreuzer-Sonate (**Mais uma vez: a Sonata Kreuzer**), com o pseudônimo de Luminica, Freifrau von X., Zürich, Verlags-Magazin (J. Schabelitz), 1895 e 1896. (Cópia no acervo do Instituto Martius-Staden do arquivo de Adolfo Bernardo Schneider, Joinville-SC).



Imagem 6:

Poema:

Faustiana. Splitter aus Goethe's Faust
(Faustiana. Fragmentos do Fausto de Goethe). Bamberg, Verlag und Druck der Handels-Druckerei Bamberg, 1901.

Fonte: cópia no acervo do Instituto Martius-Staden do arquivo de Adolfo Bernardo Schneider, Joinville-SC.

Crônicas:

Aus Brasilien **(Notícias do Brasil)**. In: Die Neue Zeit, Revue des geistigen und öffentlichen Lebens, Stuttgart, Johann Heinrich Wilhelm Dietz edit., 1º janeiro de 1883, p. 294-295. (Arquivo do Instituto Martius-Staden, Pasta G IVb, nº 336).



Imagem 7: Das jetzige Brasilien (**O Brasil atual**). In: Jahrbuch der Mittelschweizerischen Geographisch-Comerciellen Gesellschaft (Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central), Bd. IV, Baden (Aargau), 1889, p. 52-80.

Fonte: Instituto Martius-Staden.

Cartas:

18 Briefe an Karl Kautsky (**18 cartas a Karl Kautsky**). In: Karl Kautsky Papers, Amsterdam, International Institute on Social History, Arquivo D X 222-239, 1883-1887.

Resenha:

Julie Engell-Günther-Günther: Aus **“Sybilla Dalmar”** von Hedwig Dohm (1896) p. 287. In: HEDWIG DOHM Sibilla Dalmar, Roman. Org. Nikola Müller & Isabell Rohner. Berlin, trafo Verlag, 2006, p. 289-292.

Narrativas:

Weihnachtsabende in Brasilien. Deutsch-brasilianisches Leben und Treiben. Für die reifere deutsche Jugend (**Noites de Natal no Brasil. Impressões do cotidiano e dos costumes germano-brasileiros. Para a mocidade alemã**). Berlim, Verlag von Julius Springer, 1862.

Crítica:

Der 1. Entwurf eines neuen Bürgerlichen Gesetzbuchs von 1888 und seine Wirkung in der bürgerlichen Frauenbewegung. Kapitel 21, 1889: Dr. Löwenfeld und Julie Engell-Günther (**Primeira minuta para um novo Código Civil de 1888 e sua repercussão no Movimento Feminino Burguês. Capítulo 21, 1889: Dr. Löwenfeld e Julie Engell-Günther**). In: Riedel, Tanja-Carina: Gleiches Recht für Frau und Mann, die bürgerliche Frauengbewegung und die Entstehung des BGB. Köln, Böhlau, 2008, p. 148, 149, 150, 151, 155, 156, 157,159, 160, 162, 164, 166, 167 e 168.

Citado:

Engell-Günther, Julie. **Die rechtliche Stellung der Frau**. Nach Dr. Löwenfeld. In: Der Frauenberuf, 4. Jg. Weimar, 1890, Nr. 5, p. 153-162.

1.3 Estudos no Brasil e na Alemanha

A pesquisadora Elke Dislich³ atua no grupo Rellibra, criado pela professora Celeste Ribeiro de Souza, na tradução de um livro escrito por Julie Engell-Günther sobre os dez anos de experiências vividas no Brasil. O livro, publicado em 1862 em Berlim, foi salvo da pilha de reciclagem pela pesquisadora.

Elke avalia que encontrou poucas informações históricas sobre Julie. As fontes utilizadas pelos historiadores de Joinville – como Carlos Ficker (1965), Adolfo Bernardo Schneider e Elly Herkenhoff – eram do “Die Colonie Dona Francisca in Süd-Brasilien”, do viajante Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, publicado em 1853 em Hamburgo, pelos editores F.H. Nestler e Melle e em 1992 pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação Catarinense de Cultura.

A partir do trabalho de traduções, a pesquisadora da USP coloca que Julie Engell-Günther continua, até hoje, muito lembrada como lutadora pelos direitos das mulheres, sobretudo nos movimentos feministas (burgueses) dos países de língua alemã, como Suíça e Áustria.

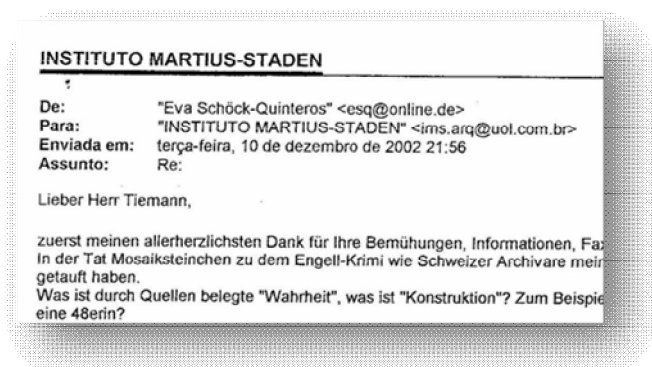
No estudo de Eva Schöck-Quinteros (Universidade de Bremen) levantado por Elke, os textos indicam que Julie poderia ser:

- a) Feminista da geração de 1848, que se definia como livre-pensadora;
- b) Chegado aos conhecimentos por meio de autoinstrução;

³ Elke Dislich foi entrevistada por e-mail.

- c) Professora no seu país de origem e no exterior;
- d) Correspondeu-se com personalidades como Karl Kautsky, Ricarda Huch, André Leo e Otto von Corvin;
- e) Mulher da burguesia que ganhou o sustento como jornalista e escritora;
- f) Comerciante, parceira nos negócios do marido e fotógrafa;
- g) Mãe de dois filhos preocupada em ocultar o ímpeto reacionário;
- h) Pensadora que lutou pela autonomia intelectual e independência financeira da mulher por meio do trabalho.

O próximo objetivo de Elke enquanto pesquisadora é analisar a possibilidade de encontrar evidências que mostrem que Julie teve conhecimento da curta vida de Alvares de Azevedo e algumas circunstâncias que envolvem a morte dele. De acordo com ela, um dos personagens parece ter sido construído a partir da biografia de Alvares de Azevedo no ensaio “Ein Kolonistenmädchen”, publicado em 1887 na revista suíça “Helvetia – Monatsschrift zur Unterhaltung und Belehrung des Volkes”, com subtítulo “Brasilianische Novelle”.



INSTITUTO MARTIUS-STADEN

De: "Eva Schöck-Quinteros" <esq@online.de>
Para: "INSTITUTO MARTIUS-STADEN" <ims.arq@uol.com.br>
Enviada em: domingo, 2 de março de 2003 10:44
Assunto: Julie Engell-Günther

Lieber Herr Tiemann,
endlich melde ich mich wieder bei Ihnen ! Die Kopien sind per Post gut angekommen

Instituto Martius-Staden

De: "Eva Schöck-Quinteros" <esq@online.de>
Para: "INSTITUTO MARTIUS-STADEN" <ims.arq@uol.com.br>
Enviada em: domingo, 25 de maio de 2003 14:37
Assunto: immer noch Julie Engell

Lieber Herr Tiemann,

Imagem 8

Correspondências trocadas no idioma alemão entre Joachim Tiemann (coordenador do Instituto Martius-Staden) e **Dra. Eva Schöck-Quinteros** (Universidade de Bremen, Alemanha) no período de 2002 e 2003 (24 p.)
Fonte: Instituto Martius-Staden.

1.4 Duas visões sobre o Brasil

Além do mapeamento dos textos escritos por Julie Engell-Günther, neste capítulo de biobibliografia serão feitas análises de trechos do livro "Noites de Natal no Brasil" (1862) e do artigo "Vida de escravo no Brasil" (1901). Entre os motivos da escolha destes dois trabalhos está a linguagem de cada um deles, que revela um tipo de personalidade muito própria, além da relação com

aspectos econômicos, sociais, religiosos e da causa negra no Brasil no período em que Julie viveu no País depois da breve passagem pela Colônia Dona Francisca. Os dois trabalhos já tinham sido traduzidos por Elke Dislich, do Grupo de Pesquisas Rellibra (Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP), em 2011. Os originais estão no Arquivo Martius-Staden, em São Paulo.

A obra “Noites de Natal no Brasil” é dividida em três partes. A primeira descreve a chegada de Julie ao Brasil e o trabalho em um Colégio de Meninas em Limeira (SP). A segunda parte do livro “Três Noites de Natal no Brasil” apresenta a viagem de Julie com o engenheiro Hermann Günther para o Sul do Brasil, onde viriam administrar as terras do príncipe de Joinville.

E a última parte trata de aspectos cotidianos do Rio de Janeiro, revelando o arrependimento sentido por Julie ao ter deixado seu país de origem. É este trecho que será analisado nesta biobibliografia.

Na noite de Natal, ao ouvir o barulho dos fogos de artifício e das ruas cariocas, Julie se lembra com saudade da Alemanha. A cena é contada com o pseudônimo de Mathilde. Da janela do quarto que abriga o Colégio de Meninas onde dá aulas e mora, ela observa o movimento no Rio de Janeiro⁴.

1.4.1 “Noites de Natal no Brasil” (1862)

“Eu, alquimista de mim mesmo. Sou um homem que se devora? Não, é que vivo em eterna mutação, com novas adaptações a meu

⁴ Este texto foi traduzido por Elke Dislich, do Grupo de Pesquisas Rellibra (Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP), em 2011.

renovado viver e nunca chego ao fim de cada um dos meus modos de existir. Vivo de esboços não acabados e vacilantes. Mas equilibro-me como posso entre mim e eu, entre mim e os homens, entre mim e Deus. Vivo em escuridão da alma, e o coração pulsando, sôfrego pelas futuras batidas que não podem parar.”

Clarice Lispector

As memórias de imigrantes são fonte de informação para a construção de um ponto de vista diferente do exposto pela historiografia tradicional. Embora sejam de natureza subjetiva, evidenciam questões muito próprias do dia-a-dia de um grupo e suas identificações.

Ao longo dos anos, homens e mulheres de muitas etnias narraram suas experiências de transição de um lugar para o outro. A “velha pátria” que havia ficado para trás sempre voltava à mente. E se o presente se mostrava difícil, a lembrança era um lugar onde se poderia viver tranquilo de novo. Vinham à mente os natais, as poesias e as músicas.

Em trechos do texto “Noites de Natal no Brasil” (1862), Julie Engell-Günther usa o codinome de Mathilde para confidenciar:

Várias coisas passam pela mente de Mathilde enquanto, junto com ela, voltamos nosso olhar para o outro lado da baía, onde os lampiões de gás acabaram de ser acesos, iluminando a bela orla da Praya Grande e de seu prolongamento, os lugarejos de Santo Domingo e Nitheroy.

Julie Engell-Gunther fala pela voz de Mathilde, seu alter-ego. As duas são uma só pessoa, são cúmplices porque sentem as mesmas coisas. Observadora, Julie/Mathilde não deixa escapar um mínimo ato da paisagem. O acender do lampião não deixa dúvidas de que vive uma noite nostálgica.

E as cores e os desenhos da geografia deslocam o leitor para junto da personagem. O marcador do tempo é o barulho da onda no cais.

Um navio a vapor atravessa várias vezes ao longo do dia, da capital para aquelas praias e de volta, transportando passageiros e carga de um lado para o outro. [...] Navios ingleses, americanos, franceses em grande quantidade, de todos os tamanhos e de todas as classes; portugueses, chineses, brasileiros, alemães, e entre estes, principalmente os hamburgueses, apresentam-se em incontáveis fileiras, um ao lado do outro, e parecem ter vindo das mais remotas plagas dessa nossa terra, para celebrarem a mais bela das festas da cristandade aqui, com o olhar voltado para o Cruzeiro do Sul, a constelação que, desde os tempos mais remotos, é tão cara a todos os navegantes.

Os olhos de Mathilde procuram uma relação com o outro. Os estrangeiros que vêm e vão fazem parte das identidades dela. Como eles se sentiriam na noite de Natal?

Este movimento nos portos relatado por Julie Engell-Günther é também parte da história da economia brasileira. O Bloqueio Continental da França ao Reino Unido tirava o Brasil Colônia do isolamento. Com a ocupação militar da França em Portugal, para o impedimento do comércio inglês com o restante da Europa, a Corte Portuguesa reforça o pacto com os ingleses, auxiliando na fuga do príncipe e sua Corte para o Brasil.

A partir do momento em que o Brasil passa a ser sede da administração de Portugal, Dom João VI assina o decreto da abertura dos portos. É quando começam as expedições científicas e os estudos sobre o Brasil ganham

espaço. O país a ser desbravado passa a ter relação mais direta com a Europa, por causa da presença da Corte.

Neste contexto, o porto do Rio de Janeiro tornava-se o mais movimentado por ser escala muito procurada por navios que navegavam pelo Atlântico, pela segurança que oferecia, por ser a sede do governo e o centro urbano agitado. (BOAVENTURA, 1996)

Porém, quantos olhares marejados de lágrimas, quantos pensamentos carregados de saudade não estarão sendo enviados, neste momento, daqueles navios para a pátria amada distante, onde se encontram os entes queridos! [...] Certamente, o mundo de Deus é belo em todos os lugares; e aqui em especial, e em todos os lugares vivem pessoas boas.

Apesar do prenúncio de desenvolvimento trazido pela nova ocupação⁵, Mathilde/Julie chora a saudade dos que ficaram na Alemanha sem perspectiva. É certo que seu novo lar é o Brasil, mas a etnia continua sendo a alemã. A ação de emigrar representou o distanciamento do país de origem, mas não da etnia. A noção de pertencimento de Mathilde/Julie é simbólica e não territorial. Língua e “raça” unem esta comunidade, que se vê como civilização una.

Porém, meu coração, aqui, continua órfão! Longe de vocês, minhas irmãs, que nascidas do mesmo tronco, estão intimamente atadas a minha alma, longe dos meus queridos, amados irmãos que, com confiança inocente acreditam no meu amor por eles, e que por isso me amam, longe de tudo que me comove e que sempre representou todo meu mundo interior, sinto-me abandonada e sozinha, neste país estrangeiro, tão distante! Amizade e confiança, os mais nobres bens que a vida pode oferecer, só podem florescer

⁵ Entre 1880 e 1920, houve um fluxo migratório intenso. Mais de 1,2 milhão de estrangeiros vieram da Europa para o Brasil (CARNEIRO, 1950).

aos poucos, se forem cuidados com paciência e perseverança incansáveis! E com que imprudência, muitas vezes, desfazemos-nos desses frutos da nossa infância, quando alcançamos uma idade mais madura!

Desta vez, em voz mais triste, Julie/Mathilde procura amparo nas lembranças da convivência em família. Podemos sentir até uma pontada de culpa por ter provocado esta distância.

Ao se aventurar por terras brasileiras, a personagem fazia parte de uma minoria vista como vulnerável pelo regime de colonização. Assim como Maria, imigrante protegida de Milkau no romance ideológico “Canaã”, de Graça Aranha (1982), Julie é a representação da fragilidade feminina na imigração. Grávida, Maria é expulsa pelos patrões e tem o filho recém-nascido devorado por porcos famintos. É quando Milkau decide fugir com Maria para Canaã, a Terra Prometida.

Fora da ficção, Graça Aranha (1982) acreditava que a mestiçagem era uma possível saída para os problemas do Brasil. Nesta época, muitos autores escrevem sobre os elementos africanos e indígenas como expressão nacional.

A partir das críticas de Franz Boas (2004) às teorias evolucionistas, a ideia da cultura dinâmica e construída na interação entre os indivíduos e sociedade vai ganhando espaço.

Para Boas (2004), embora haja ocorrência de similaridades de culturas no globo terrestre, se admitirmos o conceito evolucionista, estaremos dizendo que a civilização ocidental europeia representa um desenvolvimento cultural elevado em detrimento de outros tipos culturais primitivos, desconsiderando processos de tensões entre estas relações.

No Brasil, a mestiçagem de Gilberto Freyre (1995) é um marco para os discursos sociais da época. O autor vê com bons olhos a mestiçagem e a cultura crioula, existentes em uma “zona de confraternização” entre brancos e escravos, originando uma cultura brasileira.

1.4.2 “Vida de escravo no Brasil” (1901)

Apresentou-se à minha visão espiritual um velho segurando uma cruz, em pé na porta da senzala. De seus olhos derramavam-se lágrimas e não pude conter as emoções que a visão provocou. Da cruz que o velho segurava irradiava intensa luz, e suas lágrimas caíam na terra. A cada toque de lágrima no chão nascia um lírio, pequeno, porém perfumado. Senti a intensidade da fragrância e ouvi o ancião entoar a melodia que ainda hoje trago impressa na memória.

Médium Robson Pinheiro – sobre a visão do espírito Pai João de Aruanda

Julie Engell-Günther começa este artigo transcrevendo a carta recebida de Rosaura, uma mulher negra presa e condenada logo após a Abolição da Escravatura, em 1888. A escrava tinha trabalhado no colégio de meninas da sociedade limeirense onde dava aulas, em São Paulo.

Rosaura pedia que Julie intercedesse a certo padre para providenciar auxílio a Brandina, sua dona, agora em situação crítica. O salário de Rosaura era a única fonte de renda de dona Brandina. E Julie costumava pagar, além do combinado, uma quantia a mais para que se sentisse como trabalhadora livre.⁶

A carta da escrava presa provoca em Julie a vontade de falar sobre a situação das casas de detenção, sobretudo quando se tratava da punição de uma mulher negra. E ela não deixa de ir ao encontro de dona Brandina, após receber a correspondência, descobrindo que a mulher, sem amigos, morava

⁶ Este texto foi traduzido por Elke Dislich, do Grupo de Pesquisas Rellibra (Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP), em 2011.

em uma cabana deplorável. Julie descreve o lugar como um quartinho escuro cedido por uma família de mulatos:

A mobília me pareceu extremamente precária, mesmo para condições brasileiras. Uma esteira de palha bastante imunda cobria o chão, uma rede igualmente suja pendia em um canto, e um banquinho de três pés, que fazia a vez de mesa, completava o mobiliário, e isso era tudo.

Com a minha entrada, dona Brandina levantou-se da rede, na qual passava o dia deitada, sonhando, e que à noite lhe servia de leito, tomando uma posição sentada, ofereceu-me o lugar ao lado do seu. Eu, no entanto, dei preferência ao banquinho, e nossa conversa iniciou-se sem mais rodeios, já que ela sabia quem eu era e podia imaginar que eu viera para obter informações sobre a pobre Rosaura, o que solicitei de imediato.

Ela passou o dorso de uma das mãos sobre seus olhos lacrimejantes, secando-a em seguida no seu vestido de chita, deu um profundo suspiro e pôs-se a dizer:

“Senhora dona, como sou infeliz! Perdi tudo, e já fui muito rica, como Vossa Senhoria bem sabe. Do meu pai, recebi um dote de dez escravos e quatro escravas, quando me casei, e um belo sítio, do qual podíamos viver muito bem; mas meu marido, – que Deus me perdoe – já que está morto, devo confessar-lhe que perdeu tudo no jogo, menos a Rosaura, que não puderam tomar de mim porque me foi legada em testamento - e agora veja...”

Nesse ponto ela começou a soluçar copiosamente, de maneira que tive que esperar por um bom tempo até que continuasse a falar: “Veja o que aquela mulher tola provocou.”

A última frase de dona Brandina enche Julie Engell-Günther de preocupação. Logo em seguida, a carta revelaria que Rosaura tinha sufocado e matado a própria filha recém-nascida, que tinha nascido saudável. Dona Brandina atribui o ato injustificável de Rosaura a um comportamento típico de pessoas negras:

Pois, veja bem senhora dona, é esse o infortúnio no nosso País: não existem mais negros bons para o trabalho. Quando são tolos e ignorantes, não servem para trabalhar e quando são hábeis e esforçados, não querem mais ser escravos e cometem tolices.

A fala de dona Brandina contada por Julie Engell-Günther reflete como os negros se pensavam em relação à situação econômica do País. Já nesta época, início do século 20, começa a ser construída a imagem do pioneirismo dos colonos em oposição ao estereótipo do africano ou brasileiro rural e em condição de inferioridade racial⁷. (SEYFERTH, 1989)

No papel do civilizador, os imigrantes seriam os responsáveis pelo progresso das colônias. Neste sentido, a pureza desejada pregava os riscos de uma miscigenação, vinculada à ideia de decadência econômica, o que seria interpretado como um desastre para a nação.

Havia a esperança de que a imigração europeia fosse uma forma de "embranquecer" a população. Sentimento que parece ter influenciado Rosaura, que mata o filho para salvá-lo de um futuro incerto e, talvez, parecido com o seu. Fruto de um relacionamento com um homem branco fora do casamento, o filho não teria a condição social necessária para ascender de classe⁸.

No período em que Rosaura tinha engravidado, o Estado não oferecia condições para que os ex-escravos fossem incorporados pelo mercado formal. Além do mais, os empregadores preferiam dar trabalho aos europeus. Portanto, mesmo libertos, os escravos continuavam carregando o status de "pessoas com um dono".

É neste contexto que Julie Engell-Günther, alemã, que estaria incluída no papel de colonizador, dialoga com Brandina, dona de uma escrava que tinha

⁷ Em um contexto em que a origem racial é o valor maior, a ideologia étnica é reforçada pela propaganda da Liga Pangermânica, que pretendia fazer com que alemães do mundo fossem mobilizados a partir dos interesses do Império Alemão.

⁸ Na época da Os portugueses que colonizaram o Brasil reclamavam força de trabalho, buscando negros da África em porões dos navios negreiros. Os que sobreviviam eram comprados por fazendeiros e senhores de engenho. Por quase 300 anos, eram estas pessoas que faziam o trabalho pesado no País. A Lei Áurea, em 1888, colocou um fim à escravidão no Brasil, mas o recomeço para muitas destas pessoas foi ainda mais difícil.

acabado de assassinar o próprio filho, agora condenada a trabalhar ainda mais para cumprir pena.

As linhas seguintes da fala de dona Brandina indicam a diferença de valor entre uma menina negra e um menino negro, fator determinante para a pena estabelecida a Rosaura:

Ora, senhora, vossa senhoria sabe muito bem o que vale um escravo, principalmente agora, quando se tem tão poucos à disposição, desde que eles não podem mais ser importados. Infelizmente, no caso da criança, tratava-se de um menino, que pode ser vendido por um preço muito mais alto que o de uma menina e, portanto, levará muito mais tempo para que seu valor seja ressarcido com trabalho.

O diálogo demonstra que a forma de tratamento remetida por dona Brandina a Julie Engell-Günther continua sendo formal. Ao chamar Julie de “senhora” e “vossa senhoria”, deixa clara a formalidade da relação e o grau de hierarquia. Era esta a forma de uma mulher negra que não estudou lidar com uma mulher branca que estudou.

Rosaura seria levada para o interior da província, onde trabalharia em um canavial, até que a soma que seria paga cobrisse o valor do “prejuízo”. Provavelmente, trabalharia até a morte.

Dona Brandina, preocupada com a situação da escrava, mal havia se dado conta de que a situação dela própria poderia ser ainda pior, na pobreza e abandono. Vendo isso, o cônego Cypriano pede que dona Brandina entre para um convento, onde estará longe das preocupações do mundo e terá sustento.

É quando Julie vai visitar Rosaura em seu cárcere e descobre que a pobre escrava confiou ao cônego Cypriano um dinheiro, todo mês, para que não faltasse nada a sua dona. Valor este que poderia ser resgatado para o bem-estar dela.

Quanto a Rosaura, sua salvação seria uma dívida paga com ajuda do anjo que tinha sido ironizado por Rodowicz quase 50 anos antes. A carta acaba apresentando como foi o fim desta história para as duas mulheres:

É fácil atinar, que dona Brandina ficou radiante diante da notícia de que, graças à herança que lhe coube, livrou-se da necessidade de buscar abrigo no convento e que pouco lhe importou o fato do cônego Cypriano zangar-se, ou não.

O que mais me deixou feliz, no entanto, foi o fato de que, com auxílio do bondoso Senhor Nepomuceno, eu tivesse conseguido ressarcir a dívida que o Senhor Antonio Gomes reclamava da pobre Rosaura, com o dinheiro que havia economizado, e do qual ainda sobraram alguns cem milréis para dar de entrada para uma futura compra da alforria de sua filha.

Dessa forma, essa pobre e infeliz mulher pode voltar à sua antiga dona e trabalhar para ela na sua própria residência, o que representava a realização dos seus melhores sonhos.

E eu?! – eu disse a mim mesma: “Feliz é aquele, que aqui, no tempo oportuno, encontra alguém, que por ele interceda com justiça! – porém – pobre é aquele, a quem na hora da necessidade essa intercessão é negada!”

Para ajudar a analisar melhor a situação desta escrava que mata o próprio filho para poupá-lo de um futuro infame, recorro à pintura “Redenção de Can” do artista espanhol Modesto Brocos Y Gómes (1875), que exhibe a figura da senhora negra, africana, erguendo os braços para o alto e agradecendo a Deus pela filha ter casado com um branco e tido um filho claro – o que seria a salvação da família e da nação.



Imagem 9: Capa do livro **“Raça, ciência e sociedade”**, organização de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos.

Fonte: imagem escaneada do livro

A obra é capa do livro “Raça, ciência e sociedade”, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (1996), na qual Giralda Seyferth publicou o artigo “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”.

A imagem revela o pensamento de muitos autores do século 19^o. Eles acreditavam que a escravidão e a grande propriedade eram um impedimento à imigração e atraso ao desenvolvimento econômico. A abolição da escravatura seria indispensável para acabar com a imagem negativa do país na Europa.

Acreditava-se que os escravos eram incapazes de agir por conta própria e, por isso, não poderiam gerir com produtividade uma propriedade familiar agrícola. Havia uma preocupação na lei da naturalização e liberdade religiosa

⁹ Podem ser citados autores como A. C. Tavares Bastos, Augusto de Carvalho e J. C. de Menezes e Souza em textos apresentados à Sociedade Internacional de Imigração, em 1867, e ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1875

dos imigrantes europeus, mas os direitos dos escravos libertos não eram discutidos.

No sistema da produção de alimentos pela livre iniciativa baseado no modelo americano *farmer*, não havia espaço para negros. Eles ficaram de fora do projeto de “civilização”.

No Congresso Universal de Raças de Londres, em 1911, o delegado do governo brasileiro, J. B. Lacerda apresenta o branqueamento da raça como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de três gerações produziria uma população essencialmente branca. (LACERDA, 1911).

Sessenta anos antes, a Província de Santa Catarina tinha cerca de 80 mil habitantes. Vivendo as consequências da Guerra dos Farrapos, o Estado contabilizava em média 60 mil brancos, 4 mil negros libertos e 14 mil escravos (FICKER, 1865).

Capítulo 2

PREPARATIVOS PARA A CRIAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

Os textos de Julie Engell-Günther fazem ainda mais sentido quando contextualizados com as realidades que cercavam os novos moradores do Brasil no século 19. As razões que os levaram a emigrar foram ideológicas e econômicas. Se Julie parecia ter “caído” como um anjo nestas terras (como dizia Rodowicz em 1853), em busca de aventuras para relatar o que via, as motivações dos outros moradores que viriam eram outras.

A terra de oportunidades incitava a imaginação dos alemães. Afinal de contas, era o lugar onde sobrava solo para plantar, brilhava o sol e não havia concorrência. Somado a isso, o sentido ideológico, como o desejo de liberdade, contribuiu para a vinda de muitas levas.

O cenário sócio-político e econômico da Alemanha no período da formação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo era de pleno incentivo a quem tomasse a decisão de embarcar. A lei sobre o transporte de emigrantes foi criada em 1853 como prevenção à exploração de pessoas. Cinco anos mais tarde, saiu a lei sobre emigração do Reich, regulando a proteção ao imigrante.

Nesta época, não era permitido o transporte de cidadãos alemães que tivessem suas passagens pagas por governos estrangeiros, empresas de colonização ou similares, ou destes houvessem recebido adiantamentos. Além disso, foram proibidas as especulações na atividade de agente e vedado o recrutamento de mulheres de vida irregular. (FOUQUET, 1974, p. 73)

Como se vê, a lei revelava os perigos a que estavam expostos os emigrantes. Seria a observação sobre as mulheres um zelo em relação à formação da família, afastando, inclusive a ameaça da prostituição ou do tráfico sexual de mulheres?

Logo no início do processo migratório na região da Colônia Dona Francisca, por exemplo, a falta de um sistema de saúde para o controle de doenças tropicais tornava a presença de mulheres “desaconselhável”.

A vinda para o Brasil era pronunciada como uma saga calcada no sacrifício das mulheres e no deslocamento dos homens pela garantia do bem-estar da família. Assim, imigrantes das classes média e baixa alemã passam a ser pequenos produtores familiares, atendendo à legislação imigratória brasileira.

De qualquer forma, a criação das leis e das próprias Sociedades Colonizadoras foram bastante discutidas na época, conforme relata a própria Julie Engell-Gunther em seu texto publicado no “Jornal Ilustrado de Leipzig”. Além da circulação de publicações, cartas corriam a Europa sobre advertências e recomendações em relação à emigração. Surgiram até revistas especializadas para imigrantes, algumas financiadas pelo capital estrangeiro.

Este mesmo alerta sobre a precariedade da infraestrutura será enfatizado na crônica publicada 36 anos depois por Julie no Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central, com cópia arquivada no arquivo do Instituto Martius-Staden, em São Paulo¹⁰.

Neste artigo, Julie reitera que Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo receberam a maior parte dos alemães que emigrou para a América do Sul, somada aos suíços de fala alemã. Ela cita São Leopoldo (RS) como a mais conhecida e a primeira a ser fundada.

Alcança-se esta colônia a partir da cidade portuária de Porto Alegre, em parte navegando pelo Rio dos Sinos, e em parte por via férrea, diz Julie, especificando que a cidadezinha de São Leopoldo, situada somente a algumas horas de viagem de Porto Alegre, tinha no máximo três mil habitantes naquela época, em 1889.

São Francisco do Sul também aparece neste texto/contexto. No local, conta Julie, “moram somente alguns poucos alemães”. Sobre a Colônia Dona Francisca, ela explica que existem dois núcleos principais: Joinville e São

¹⁰ O texto traduzido do alemão para o português na íntegra está no anexo da dissertação.

Bento do Sul. O primeiro conta com uma população de aproximadamente quatro mil habitantes, enquanto que o segundo, por causa da localização saudável nas montanhas, logo terá um número ainda maior de habitantes, previa a autora. Ainda sobre a Colônia Dona Francisca/Joinville, Julie menciona o território com a minúcia de quem sentiu as impressões na retina.

Nos parágrafos seguintes, ela analisa a criação da Sociedade Colonizadora, entidade que, ao firmar contrato com o Príncipe de Joinville, também visava ao lucro. Quando vendia os lotes, colocava à disposição empréstimos, caso fosse necessário – uma maneira de arrecadar impostos dos colonos para o príncipe.

As frases deixam claro que os primeiros moradores daquela região estavam em situação pouco confortável. Floresta densa e terras pantanosas faziam do cultivo uma atividade difícil. Os problemas ficavam ainda maiores por causa das distâncias que separavam a Colônia Dona Francisca de alguma localidade mais habitada.

Ela conta que “os primeiros moradores desta região encontravam-se em situação pouco confortável. Floresta densa, matagal e terras pantanosas tornavam o cultivo do solo difícil e penoso e as grandes distâncias que as separavam de alguma localidade mais habitada traziam incontáveis perigos e transtornos. As árvores eram enormes e possuíam uma madeira extremamente dura e firme e, mesmo assim, deveriam ser derrubadas, apesar de que ninguém que lá chegara possuísse machados ou serras. A única maneira de dominar e destruir esses gigantes era através do fogo, apesar de que os diretores da Sociedade Hamburguesa de Colonização, na sua total ignorância, exigissem que as preciosas madeiras fossem embarcadas e enviadas à Europa, para serem comercializadas. – Acontece que eles não tinham noção dos altos custos da mão de obra local numa região onde a agricultura inexistia e, portanto, reinava total falta de produtos agrícolas para consumo, que precisavam ser trazidos de muito longe sem que se pudesse contar com estradas e pontes adequadas.”

Entre os momentos de dificuldade durante o processo migratório, Julie cita a criação de animais para o próprio sustento das famílias. Conforme a

jornalista, o local escolhido para as moradias era perto do rio, o que garantia o abastecimento, mas, por outro lado, tal proximidade trazia jacarés que atacavam os porcos. Os frangos eram caçados pelos sapos-boi, e os perus e suas fêmeas morriam por falta de boa alimentação ou por causa do tempo chuvoso dos meses de junho, julho e agosto. Assim, os alimentos eram comprados em São Francisco.

Como o príncipe negociou os dotes nupciais de dona Francisca com a Sociedade Colonizadora por causa de dificuldades financeiras, a ideia era fazer do local uma colônia essencialmente agrícola para fornecer produtos para a Alemanha, já que o Brasil, uma colônia portuguesa, era visto como um território vasto e rico “a ser ocupado”. Na época, havia boatos de que o próprio príncipe viesse morar na colônia, comentários que fizeram com que a corte brasileira tomasse a frente para “desenvolver” o local.

A negociação de lotes era feita ainda na Alemanha com os estímulos do governo imperial, que pretendia formar núcleos populacionais para que não faltasse força de trabalho no País. Com o fim do tráfico negreiro, esta seria uma nova oportunidade para compensar o término da utilização da mão-de-obra escrava.

O ano de 1848 foi decisivo para a colonização. A emigração dos alemães para os países livres da América expressavam os desajustamentos sociais daquele século. As guerras, as lutas políticas, o excessivo crescimento populacional, os altos impostos, e as terras concentradas nas mãos de poucos, deixavam os camponeses em situação econômica difícil. (SILVA, 1997, página 14)

As terras eram vendidas pela Sociedade Colonizadora Hamburguesa, do senador Christian Schroeder (pai de Edoard Schroeder, que mais tarde, tomaria à frente do processo iniciado por Hermann Günther).

Günther – que tinha a missão de receber das mãos do representante do príncipe de Joinville, marido de uma das irmãs de dom Pedro II, oito léguas quadradas de terra – chegou ao local com o primeiro grupo responsável pelo processo migratório, logo depois da homologação das “concessões e privilégios requeridos à corte em forma de lei”. A expedição pioneira era

formada por um grupo de nove pessoas a bordo do patacho costeiro “Dous Irmãos”, segundo a primeira edição do livro “História de Joinville – subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca” (1965), de Carlos Ficker.

O capítulo três da obra de Ficker (1965) detalha que faziam parte da expedição: Louis François Léonce Aubé (vice-cônsul da França em Santa Catarina e representante do príncipe e da princesa) e Louis Duvoisin (um francês cozinheiro e servente de Aubé, que havia emigrado para o Brasil em 1842, tinha 30 anos e era solteiro, assim como o próprio Aubé).

Além destes passageiros, vieram duas famílias contratadas por Günther no Rio de Janeiro para formar o primeiro núcleo colonial e começar a abrir brechas na mata virgem para as primeiras plantações. Eram eles: Peter Schneider (lavrador de 26 anos), Maria Catharina (mulher de Peter), Catharina Schneider (filha do casal), Ewert Sebastian von Knorring (lavrador de 33 anos), Augusta Sophia von Knorring (mulher dele) e Mathilde Elisabeth von Knorring (filha recém-nascida).

Acompanhou também esta expedição – segundo nos conta um dos primeiros cronistas, Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, no seu livro “Die Colonie Dona Francisca” (editado em 1853), a “amásia” do engenheiro Günther, de nome Julie Engell. (FICKER, 1965, página 54).

Mas as famílias escolhidas para desbravar estas terras não estariam preparadas para enfrentar os desafios da mata tropical e preparar a recepção dos imigrantes europeus. A construção de ranchos e casas de alojamento e o trabalho com a terra nas primeiras plantações requisitavam homens com experiência na lida rural. Conta a historiografia de Ficker (1965) que as duas famílias contratadas pelo engenheiro Günther não tinham estes atributos. Uma delas era a de Ewert von Knorring, jurista de saúde delicada. Diante deste quadro, o trabalho duro dos primórdios teria sido feito pelos brasileiros que já moravam nas redondezas. Foram eles que prepararam o chão para plantar mandioca, feijão e milho enquanto os colonos não chegavam de Hamburgo.

O contrato de 5 de maio de 1849 estabelecido entre o príncipe de Joinville e o senador Schroeder dizia que deveriam ser instalados na colônia pelo menos cem colonos até julho de 1850. Por causa das dificuldades

políticas na Europa, o prazo de envio dos primeiros imigrantes foi estendido até 10 de dezembro de 1851, data em que a barca norueguesa Colon deixou o porto de Hamburgo com 124 passageiros. Um segundo atraso ocorreria e o veleiro fretado só deixaria a barra nos primeiros dias de janeiro de 1851, devido aos ventos contrários.

Fazendo o caminho inverso, também em janeiro, chegaria a Hamburgo o representante da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, o cônsul Arthur Guiger. Ele trazia com ele relatórios, contas, descrições, ilustrações e notícias verbais, que o engenheiro Günther tinha enviado ao Rio de Janeiro.

A partir deste material, a Sociedade Colonizadora de 1849 teria formatado o primeiro relatório contando o que havia ocorrido na Colônia Dona Francisca antes da chegada dos primeiros colonos europeus. O documento indica o primeiro núcleo colonial (Erste Ansiedlung) às margens do rio Mathias.

Na versão de Carlos Ficker (1965), o relatório que caiu nas mãos da Sociedade Colonizadora trouxe revelações que ocasionaram o desligamento do engenheiro Günther. “É que as choupanas rústicas e as plantações escassas existentes não justificavam os gastos excessivos de dinheiro da Sociedade Colonizadora.”

Em 22 de maio de 1850, chegaram Léonce Aubé, engenheiro Guenther e demais membros da expedição pioneira. Prosseguindo viagem, o rio se foi estreitando, e grandes aves aquáticas se espantavam com as vozes e com as pancadas dos remos. Grandes árvores, com suas ricas parasitas, dobravam-se por sobre as canoas e o rio tornou-se extremamente estreito, com grandes pedras e rochas de granito nas margens lodosas e pretas. Há provas documentadas, de que no mesmo dia 22 de maio, continuavam a subir o rio Cachoeira, até chegar à embocadura dum riacho de águas puras e cristalinas. À beira do mesmo encontrava-se uma cabana rústica do cidadão francês M. Frontin, egresso da Colônia do Saí, fracassada anos antes. (...) Local de suma importância, pois daí partiu a colonização de Joinville e daí ocorreu o caminho Jurapê, mato dentro, hoje Rua 9 de Março. Na primeira planta de Joinville, desenhada em 1852 pelo engenheiro Banholzer e impressa em abril de 1853, em Hamburgo, fazendo parte do terceiro Relatório da Sociedade Colonizadora, ainda encontramos essa casa de M. Frontin na margem direita do rio Cachoeira. (FICKER, 1965, página 61).

2.1 A chegada dos imigrantes

Em carta escrita pelo representante do Príncipe de Joinville, o francês Leonce Aubé descreve como foi a chegada dos primeiros imigrantes, na margem esquerda do rio Bucarein, na futura Joinville. Os escritos eram dirigidos ao imperador dom Pedro 2º, três meses depois da vinda dos primeiros grupos de colonizadores: Leonce Aubé e o engenheiro da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, Hermann Günther, e os dois primeiros colonos, Peter Schneider e Ewert Sebastian von Knorring, acompanhados de suas famílias, e o cozinheiro de Leonce Aubé, Louis Duvoisin.

O documento dizia ainda que seriam feitas experiências de cultivo em terras que teriam sido limpas para receber os colonos, que ainda não tinham chegado. Em trecho da carta, Aubé escreveu: “As noções aproveitáveis da experiência dos habitantes da região são quase nulas, pois em São Francisco, isto é, em todo o distrito, não se cultiva senão mandioca e um pouco de arroz”.

Na listagem de imigrantes de 1851 a 1891 e 1897 a 1902, organizado em um período de 15 anos pelas historiadoras joinvilenses Elly Herkenhoff e Maria Terezinha Böbel, há um relato de que a barca norueguesa Colon, a primeira embarcação a atracar à colônia, em 1851, chegou a navegar para a Criméia (Guerra da Criméia, entre 1853 e 1854), naufragando em 1863 em local não divulgado.

A barca tinha como capitão C. Hassel e ficou ancorada no porto de Hamburgo de dezembro até o início de janeiro do ano seguinte, partindo entre 4 e 8 de janeiro de 1851 com 125 passageiros a bordo, sendo que sete deles morreriam mais tarde.

Sacrifícios, renúncias e tristezas caracterizavam a vida destes primeiros pioneiros. Atraídos pela propaganda romântica e cheios de ilusões, sentiram-se decepcionados e ludibriados, quando olhavam a clareira de 200 por mil metros na selva virgem, um vasto lodaçal, uma quantidade enorme de troncos das árvores abatidas, que, em parte, ainda jaziam no local, alguns ranchos cobertos de sapés, aqui e ali umas pequenas plantações de milho, mandioca e batata doce. (FICKER, 3.ed., 2008, página 82)

Em relatório traduzido por Rosa Herkenhoff e publicado no jornal “A Notícia” do dia 12 de maio de 1978, Benno von Frankenberg-Ludwigsdory, o então diretor da Colônia Dona Francisca, escreve ao presidente Coutinho, da Província de Santa Catarina, algumas linhas sobre o andamento da colonização em dezembro de 1852:

A Colônia conta com quatro indústrias: fábrica de tijolos, de massas alimentícias, de vinagre e charutos. Uma forja, um açougue, duas padarias, uma hospedaria, cinco vendas e grande número de artesãos, como marceneiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, tanoeiros etc. Em Joinville, Centro da colônia, encontra-se um médico e dois boticários, um pastor e um professor. A religião dominante é a protestante, 26 colonos apenas são católicos. Vossa Excelência deseja conhecer as necessidades da colônia, nas quais o poder da província poderia auxiliar. Eu lhe citarei, em primeiro lugar, a instalação de uma escola primária para as crianças, que não existe ainda e que seria inaugurada assim que o governo provincial se dignasse a pagar os vencimentos de um professor.

Cinco meses depois, chegaria a barca Emma e Louise, com 119 passageiros a bordo e dois falecimentos registrados. Naquele mesmo ano, ainda chegaria a Gloriosa, com 75 imigrantes e nenhuma morte. A Neptun foi a última a chegar naquele ano. Sob o comando de J. D. F. Toosbuy, trouxe 79 passageiros e uma morte a bordo.

Importante lembrar que este processo de imigração começa quando a Princesa Dona Francisca Carolina, irmã de dom Pedro 2º, casa-se com o príncipe de Joinville e recebe como parte do dote estas terras, colonizadas por imigrantes suíços e alemães. Com a construção da Estrada Dona Francisca, a partir de 1858, famílias de origem lusitana se juntaram a esta população, estimuladas pelas vantagens dos negócios do chamado “ouro verde”, a erva-mate que passou a ser transportada do Planalto para Joinville.



Imagem 11: Ilustração da **Colônia Dona Francisca** feita pelo viajante Rodowicz-Oswiecimsky, que mostra as mesmas casas construídas pelo casal Günther, além de outras, dois anos depois da fundação da colônia.

Fonte: imagem recebida por e-mail do Instituto Martius-Staden (SP). O desenho está no acervo particular de Hermann Wever, também de São Paulo, e foi utilizada em forma de cartão-postal pelo instituto para divulgar sua programação cultural de novembro de 2010.

2.2 Sistema de classificação falível

Busco os conceitos de Franz Boas (2004) para pensar como teria sido a chegada dos primeiros imigrantes da Colonizadora Hamburguesa às terras da Colônia Dona Francisca. A intenção é garantir que o conteúdo desta pesquisa não seja associado à teoria evolucionista vigente na segunda metade do século passado ou a qualquer outra forma de classificação e hierarquização entre

povos. É deixar claro que esta dissertação busca o distanciamento da crença em uma evolução geral e uniforme da cultura.

Afinal, se admitimos o conceito evolucionista, estamos dizendo que a civilização ocidental europeia representa um desenvolvimento cultural elevado em detrimento de outros tipos culturais, desconsiderando processos de tensões entre estas relações.

Os estudos de Franz Boas (2004) explicam que enquanto as atividades do indivíduo são determinadas, em grande parte, pelo ambiente social, estas mesmas atividades influenciam o lugar em que vive, gerando alterações na sua forma. As variações de pontos de vista e vivências do casamento são exemplos. Assim como conhecimentos que antes eram colocados em prática de forma automática e passam a ser feitos de forma sistematizada. A fala deste estudioso alemão desconstrói os discursos de exaltação de certa cultura, nega a sobreposição de culturas.

Para além do aspecto físico, o autor acredita que ninguém pode ter certos tipos de comportamentos por causa de sua formação biológica. Mesmo havendo razões orgânicas pelas quais os indivíduos diferem no comportamento mental nem todas as diferenças de reações podem ser explicadas pela anatomia. O que não explica comportamentos preconceituosos.

A estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial irá sempre levar à discriminação da raça. E embora tenhamos a tendência de dizer que os argumentos sobre a pureza são fracos, não há como negar que eles existem e precisam ser reconhecidos como um campo de tensões longe de ser resolvido com fórmulas ou sintetizado.

Esta visão é apresentada por Claude Levi-Strauss (1970) no livro “Raça e História”. Para ele, a noção de culturas arcaicas ou primitivas vem de uma interpretação linear e vertical da cultura, de modo a confundi-la com as invenções criadas para facilitar o dia a dia dos grupos.

A partir do momento que passamos a compreender que não existe cultura cumulativa em si, acaba ficando mais claro que a contribuição das culturas não consiste nas invenções particulares, mas no afastamento diferencial que apresentam entre si.

Levi-Strauss (1970) coloca que o progresso cultural é a coalizão das “culturas” (palavra que precisa ser escrita no plural). E já que a diversidade de culturas está diante, atrás e entorno de nós, como Levi-Strauss (1970) mesmo diz, “a única exigência que poderíamos fazer valer a seu respeito é que se realize sob as formas das quais cada uma seja contribuição maior à generosidade das outras”.

Capítulo 3

PERFIL EDITORIAL DO “JORNAL ILUSTRADO DE LEIPZIG”

O “Leipziger Zeitung Illustrierte” (“Jornal Ilustrado de Leipzig”), periódico alemão que publicou o primeiro artigo sobre a Colônia Dona Francisca, escrito por Julie Engell-Günther, era um semanário refinado, com papel brilhante e imagens coloridas com reproduções de pinturas, aquarelas e ilustrações. No período da guerra, dava espaço para aspectos das batalhas em grandes imagens em cor. Na aparência, tamanho e *layout* era semelhante ao “Illustrated London News”.

Além de ter circulação em Leipzig, chegava a Berlim, Viena, Budapeste e Nova York, com o conteúdo similar, mas diferenças na publicidade local. Quando os Estados Unidos entraram na guerra ao lado dos Aliados, a publicação de New York parou de circular.

Nesta fase, as notícias eram voltadas aos interesses dos leitores alemães e austro-húngaros. O “Illustrierte Zeitung” era conhecido por mostrar cenas da vida atrás das linhas de frente, soldados contentes, como se fossem para um acampamento de férias e não para a guerra.

Mas outros assuntos também predominavam no periódico, como exposições de arte, eventos culturais, tendências da moda feminina, viagens e histórias de romance seriadas.

No início, este jornal apresentava xilogravuras mais ilustrativas do que de fatos que realmente teriam acontecido. Os primórdios do fotojornalismo

datam de 1806, quando “The Times” (Londres) publicou uma imagem da carruagem funerária de Lorde Nelson.

Após este episódio, ilustrar notícias tornou-se mais comum para grandes eventos. O primeiro empreendedor a perceber que imagens de fatos atuais traziam maior repercussão e vendas foi Herbert Ingram, que logo deu início à publicação “Illustrated London News”. A ideia logo foi adotada na França pela “L’Illustration” (1843-1944) e na Alemanha, pelos “Jornal Ilustrado de Leipzig” (1843) e “Die Woche” (1899-1940). Estes jornais europeus serviram de inspiração para a criação dos primeiros periódicos no Brasil.

Seguem algumas capas do jornal do “Jornal Ilustrado de Leipzig”:



Imagem 12: o **cabeçalho “maleável”** de 15 de novembro de 1856 leva em conta as mudanças estruturais da cidade, como se pode comparar na imagem 4

Fonte: www.greatwardifferent.com/Great.../Illustrirte_Zeitung_01.htm, acessado em 21 de setembro de 2011

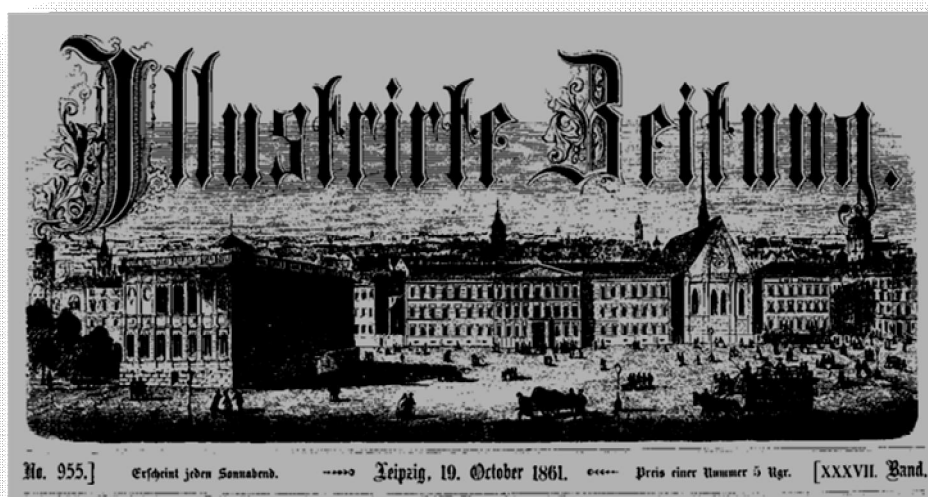


Imagem 13: na edição de 19 de outubro de 1861, é possível reconhecer, em primeiro plano, um **edifício novo em relação ao cabeçalho de 1856**

Fonte: www.greatwardifferent.com/Great.../Illustrirte_Zeitung_01.htm, acessado em 21 de setembro de 2011

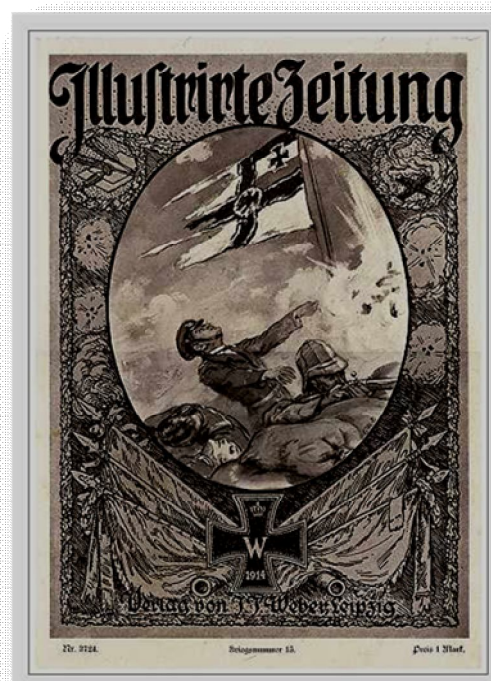


Imagem 14: a ausência de manchete no formato como conhecemos e o recurso

iconográfico como único elemento chama a atenção nesta edição em **estilo revistado**.

Imagem 15: a ideologia do nacional-socialismo, praticado pelo **partido nazista**, foi estetizada no “Illustrierte Zeitung”

Fonte:

www.greatwardifferent.com/Great../Illustrierte_Zeitung_01.htm, acessado em 21 de setembro de 2011

Apesar de conter também assuntos de moda, o “Jornal Ilustrado de Leipzig” não era uma publicação específica para este público leitor. Entre os periódicos especializados nesta área na Alemanha estavam “Die Modenwelt” e “Die Illustrierte Frauen-Zeitung”.

Revistas femininas ou ditas “para toda a família” da década de 1880 estimulavam o sentimento aristocrático da classe dominante europeia por meio de notícias da moda, divulgação do modo de vida deste círculo e cultivo de costumes da alta sociedade. A elite buscava afirmação na identificação com uma cultura tradicional e muitos dos que não faziam parte da elite desejavam ascender socialmente (SILVA, 2006).

A “Die Modenwelt” foi fundada em 1865 como uma revista de moda. Sem conteúdo artístico e literário e com um custo mais barato que a “Bazar”, o “Allgemeine Musterzeitung” e o “Hamburger Zeitschriften Jahrzeiten”.

Além de textos de interesse específico para o público feminino, “Die Illustrierte Frauen-Zeitung” oferecia muitas ilustrações que iam além da moda, mobília e decoração. Em meio à diversidade de pautas, o assunto recorrente era a admiração pela vida aristocrática. A realeza da Europa e do Brasil aparecia com freqüência nas páginas da revista, que pode ser considerada precursora do modelo editorial da britânica “Hello”, com ênfase na vida privada da aristocracia.

Na época, “Die Illustrierte Frauen-Zeitung” apresentava o trabalho de xilogravadores e cronistas que cumpriam o papel de *paparazzi*. Os mesmos quadros ou *portraits* de personalidades publicados originalmente em “Die Illustrierte Frauen-Zeitung” também apareciam na revista “A Estação”, que era

publicada no Brasil. As edições traziam textos seriados de “Quincas Borba”, de Machado de Assis. A história de Rubião e ascensão na sociedade estavam alinhadas com a tendência editorial da revista.

Enquanto isso, na Colônia Dona Francisca, a ideologia era a germanidade e mexericos de vizinhos. Um dos primeiros informativos em língua alemã a circular no Brasil foi o “Observador do Rio Mathias”,¹¹ de Karl Konstantin Knüppel, quando a Colônia Dona Francisca tinha apenas mil habitantes. Um dos artigos dos cem exemplares de papel de carta falava do descrédito do próprio conteúdo publicado. “Problemas relativos à política municipal eram alvo de polêmica, travada no rude linguajar da roça. Divergências de ordem filosófica, religiosa ou mesmo referentes à concorrência comercial, eram tratadas em nível baixo, sendo que muita matéria paga das seções ‘Escreve leitor’ e ‘A pedido’ era vexatória para colônias inteiras, inclusive para as urbanas. Os piores anúncios eram aqueles em que o marido prevenia seus amigos, para que não emprestassem dinheiro à mulher fugitiva, ou os em que um vizinho prevenia o outro para que não invadisse suas terras, pois que nelas havia instalado arapucas e colocado estrepes, não se responsabilizando pelas conseqüências.”

Além dos pormenores da vida privada, também havia, claro, notícias de fontes oficiais da época e dizeres que pretendiam estimular o amor à nova pátria, apontando caminhos para as dúvidas da “atualidade” com um *timing* de semanas ou meses. Apareciam temas como agricultura, indústria, comércio e arte.

A causa da cultura alemã também era reatualizada por professores, músicos e refugiados após a revolução de 1848. Eles visitavam as colônias brasileiras, enfatizando os valores europeus.

Por outro lado, o Brasil simbólico do século 19 foi uma construção pelo olhar do viajante. A permanência deles nestes espaços resultava em relatos diferentes daqueles escritos que tinham como base pesquisas em bibliotecas e fontes documentais.

¹¹ De acordo com Carlos Fouquet (1974), o “Observador”, da Colônia Dona Francisca, foi antecedido pelo “Colonist”, de Porto Alegre, o “Semanário para o Comércio, Ofício e Agricultura”.

Assim, a chamada “literatura de viagem” passa a ganhar status no mercado editorial. Muitos viajantes que vivenciaram a realidade brasileira descreveram o que viram em jornais e livros. Entre as obras impressas:

- “O Brasil como Império independente”, de Georg Anton Aloys Schäffer, o major Schäffer (Altona, 1824).
- “Quadro de Viagens por Terra e Mar”, de Eduard Theodor Bösche (Hamburgo, 1836).
- “Ideias para uma Associação de Proteção e Auxílio a Imigrantes Alemães ao Sul do Brasil”, de Johann Jakob Sturtz (Prússia, 1841).
- “O Brasil austral com relação à imigração e colonização alemãs”, de Dr. Blumenau (Rudolstadt, 1850).
- “Tratamento dado aos colonos na província de São Paulo”, de Thomas Davatz (Suíça, 1858).
- “Viagem pelo Sul do Brasil” e “Viagem pelo Norte do Brasil”, de Dr. Robert Avé-Lallemant (Lübeck, 1858 e 1859).
- “Viagens pela América do Sul”, de Johann Jacob Von Tschudi (Leipzig, 1866 e 1869)
- “No Brasil e na Alemanha” e “Minha Teresa – a vida agitada de uma mulher alemã”, de Gustav Stutzer (Braunschweig, 1913 e 1917)
- “Pioneiros do Brasil”, de Karl Ilg (Áustria, 1972)

Fonte: Carlos Fouquet (“O imigrante alemão”, 1974).

Dos escritos do viajante à procura de histórias exóticas no país de pau-Brasil, Hans Staden, até o jornalista Carlos von Koseritz, amigo de Dom Pedro II, ainda não encontrei grifado na historiografia brasileira o nome de mulheres que teriam escrito sobre o tema imigração. A partir desta primeira informação, é possível imaginar a repercussão na Alemanha dos textos de Julie Engell-Günther, rompendo com a tradição masculina.

Capítulo 4

A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS

Em “A ordem do discurso”, Foucault (2004) coloca que existem muitos dizeres sem receber o sentido de um autor. Tais discursos são atribuídos a conversas de todo dia, decretos ou contratos que precisam de signatários, mas não de autor.

É preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar. Talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela abrisse. (FOUCAULT, 2004, p. 6)

Certamente, a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes, muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição. (FOUCAULT, 2004, décima edição, p. 56)

Como Julie Engell-Günter é citada na historiografia como uma figura aventureira e fora dos padrões, seus discursos são evocados como um capítulo à parte na formação da colônia. A palavra “amásia”, citada por Theodor

Rodowicz-Oswiecimsky¹² (1853), reverberou durante décadas, conduzindo a interpretação do leitor para a imagem de uma mulher que não atendia às exigências morais femininas vigentes na época.

Novos pontos de vista surgem a partir destas falas, conforme trata este capítulo. As poucas informações e o recorte “colado ou remendando” aos dados oficiais dos relatórios geraram interpretações, muitas vezes, descontextualizadas. Já que, até então, quase nada se sabia do paradeiro da mulher que chegou para preparar a colônia vestida de criado.

A obra “Die Colonie Dona Francisca”, Rodowicz (1853) deu início a uma cadeia de interpretações sobre a demissão do agrimensor Hermann Günther. Trechos retirados do livro revelam a visão parcial sobre a contratação do companheiro de Julie como diretor da Colônia Dona Francisca até a sua demissão:

A nomeação do Sr. Günther para diretor da Colônia deverá ser considerado como primeiro grande erro. Seus desmandos não poderiam ficar sem conseqüências. Invejas e protecionismos não haveriam de deixar sem danos uma planta cultivada com tanto carinho e boa vontade. O primeiro jardineiro a quem se confiou tal tarefa abalaria suas delicadas raízes, quase irremediavelmente, se seus desvios não fossem descobertos a tempo. (RODOWICZ, 1853 e 1992, p. 15)

[...] O Sr. Günther foi, afinal, um grande fracasso. Se o Sr. Günther tivesse se interessado mais pela localização da Colônia, portanto, a mil metros acima do local de desembarque havia um local ideal, muitas vidas teriam sido poupadas, porque, mais acima, a vegetação era menos densa, o ar mais puro e a topografia mais apropriada para a fundação da Colônia. Além dos males que ele causou, ainda prejudicou o bom nome da Colonização pela imoralidade de sua conduta particular, de sua união toda angelical com Julie Engell. (RODOWICZ, 1853 e 1992, p. 18)

¹² Theodor Rodowicz-Oswiecimsky chegou ao lugar da colônia no dia 27 de setembro de 1851. O capitão prussiano desembarcou pelo brigue Gloriosa, com passageiros de perfis diferentes dos desejados pela Colonizadora. Motivados pelos acontecimentos conturbados da Guerra Teuto-Dinamarquesa, estes imigrantes deixaram o diretor interino Eduard Schroeder decepcionado. De acordo com o relato do próprio Rodowicz, o gestor da colonizadora teria dito: “Não esperávamos damas e cavalheiros. Aqui, só necessitamos de trabalhadores”.

A escolha da instalação da Colônia Dona Francisca foi tema de debate entre o agrimensor demitido e o coronel Antônio João Vieira, fazendeiro no local do bairro Itaum. Os dois discutiram o assunto nas edições do “Jornal do Comércio”, no Rio de Janeiro, de 1852.

O primeiro artigo da troca de acusações é escrito pelo coronel. O texto dizia: “Não foi bem escolhido o local para assento do centro colonial por ser baixo e úmido em demasia, quando a pouca distância para o Sul havia terreno elevado e enxuto, mais azado para o fim, onde hoje está construída a olaria, que foi indicado pelo Sr. Coronel Antônio João Vieira e onde até não falta a vantagem de porto próximo e cômodo, que se acha a coisa de 300 braças do rio Boqueirão”.

As acusações não ficaram sem resposta. Quatro dias depois, no mesmo jornal carioca, Günther se defendia: “Primeiro, tenho a dizer que o procurador do Sr. Príncipe de Joinville, o Sr. Leonce Aubé, achava-se presente no dia 22 de maio de 1850, e foi o dito Sr. Aubé que fez a entrega da administração, por haver escritura pública da mesma data, cujo documento eu deixo no escritório deste jornal para ser examinado por todo aquele que se interesse a esclarecer-se a respeito. Segundo: foi o Sr. Aubé tanto mais satisfeito com minha escolha do lugar onde deviam ser construídas as primeiras casas para recepção dos colonos, pelo duplo motivo de somente naquele lugar se achar a melhor água para beber e a facilidade de comunicação para o porto de São Francisco pelo Cachoeira”.

Em carta a D. Pedro II, Leonce Aubé teria confirmado que estava junto com Günther nas terras do Príncipe. Trechos da correspondência datada de 30 de agosto de 1850 foram publicados no livro “História de Joinville – subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca”.

E a própria Julie Engell-Günther escreveu quase 40 anos depois no Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central sua opinião sobre as condições das terras onde seria implantada a colônia, reiterando a

falta de mínimas condições para a instalação das primeiras casas naquele local. A descrição soa como defesa para o trabalho que Hermann Günther não conseguiu desempenhar.

Pode-se imaginar a decepção dos primeiros representantes da Sociedade Colonizadora que ali chegaram, após longa e perigosa jornada no rio, empreendida sob chuva torrencial, e que esperavam encontrar um abrigo seguro no final de sua aventura, quando se depararam com nada mais que aquela pobre cabana, semi-destruída pelo “pampeiro”, isto é, a tempestade vinda do Sul, cujo completo colapso poderia ser esperado a qualquer momento. O ímpeto juvenil desses pioneiros, no entanto, não permitiu que o bom-humor fosse abalado, e assim aquela choupana recebeu de imediato o pomposo nome de “Palácio Joinville”, e foi tomada sua posse como um abrigo oportuno, até que, passadas algumas semanas, tivesse sido possível erguer duas casas de bom tamanho, nas quais instalaram-se três jovens casais e quatro rapazes solteiros, já em bem melhores condições. (Trecho da crônica publicada no Jahrbuch der Mittelschweizerischen Geographisch-Commerciellen Gesellschaft, Bd. IV, 1889, p. 69-80 - Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

Outra informação sobre Julie Engell-Günther, baseada no livro de Rodowicz (1853 e 1992), que gera dúvida a um olhar mais apurado é a publicada no livro “Joinville – os pioneiros: documento e história: v. I – 1851 a 1866/Maria Thereza Böbel”, lançado pela Univille em 2001. A obra afirma que as gravuras publicadas no “Leipziger Illustrierte” são de autoria de Julie e que demonstram uma visão da colônia que pode ter existido somente em sua fantasia.

Uma passageira muito especial acompanhava o engenheiro Günther quando da sua vinda para o Brasil, em fins de 1849. Sobre este fato, Theodor Rodowicz nos conta, em sua obra “A Colônia D. Francisca no Sul do Brasil”, que Günther teria permanecido no Rio de Janeiro algum tempo e chegado à colônia somente em 1850. Em setembro deste ano, teria voltado ao Rio de Janeiro e providenciado, na agência da Casa Schroeder & Cia., roupas para um “pobre homem” que deveria acompanhá-lo como criado. Mais tarde, descobriu-se que o tal criado, na verdade, era uma mulher, uma berlinense de nome Julie Engell, um anjo [Engel, em alemão, significa anjo] aventureiro

que, vindo da Austrália e de passagem pelo Rio, uniu-se a Günther na volta à colônia. São dela as gravuras publicadas na “Leipziger Illustrierte” e talvez os relatórios enviados àquele jornal, mostrando uma visão da Colônia que provavelmente só existia em sua fantasia. (BÖBEL, 2001, p. 24)

O texto escrito por João Francisco da Silva no jornal “A Notícia” de 1997 mostra Julie Engell-Günther como “uma figura fascinante” e “amásia” do engenheiro Hermann Günther, contratado pela Sociedade Colonizadora Hamburguesa para receber do príncipe de Joinville, marido de uma das irmãs de dom Pedro II, as terras do projeto alemão de colonização.

O texto de “A Notícia” ainda explica que os poucos elementos disponíveis sobre esta mulher descrevem-na como culta e decidida. E, mais uma vez, é reproduzida a história de que os desenhos da formação da colônia são de autoria de Julie. Diz o artigo: “Ela é apontada como a autora dos minuciosos desenhos dos ranchos construídos para abrigar os futuros imigrantes e que ilustram a primeira publicação sobre a colônia no ‘Leipziger Illustrierte Zeitung’, em 3 de maio de 1851”. (ENGELL-GÜNTHER, 1853, p. 1)

Nas frases seguintes, João Francisco da Silva persiste na preocupação com o estado civil de Julie. Citando: “Ela teve coragem de assumir sua relação fora do casamento com o engenheiro Günther numa época em que isto era condenável em qualquer sociedade e inaceitável para a moral protestante que predominava na Alemanha”.

E um dado novo surge a partir deste texto de “A Notícia”. O jornalista coloca que autores teriam atribuído a demissão do engenheiro Günther por Eduard Schroeder (filho do senador Christian Schroeder) ao relacionamento com Julie. Fato que até hoje não pode ser comprovado.

Elke Dislich, do Grupo de Relações Linguísticas e Literárias Brasil-Alemanha (Rellibra), alocado junto à Universidade de São Paulo – USP e ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, aponta que o artigo de “A Notícia”

ainda apresenta informações diferentes das levantadas por ela, sobre o período em que o casal viveu em São Paulo e a quantidade de livros publicados por Julie.

O artigo coloca que Julie e Günther teriam se instalado até 1856 no Rio de Janeiro, investindo em um armazém de secos e molhados. E depois disso, teriam retornado à Alemanha onde Julie havia publicado seis livros. O historiador Adolfo Bernardo Schneider teria conseguido cópias de cinco deles em bibliotecas americanas.

De acordo com as pesquisas mais recentes de Elke (ainda não publicadas), depois da demissão de Hermann Günther do projeto de colonização Dona Francisca, em 1851, ele e Julie não teriam se estabelecido no Rio de Janeiro nem montado uma venda de secos e molhados. Segundo o “Almanak Laemmert” (1844-1889)¹³ – no qual estão registrados todos os estabelecimentos comerciais, com os nomes dos proprietários, ano a ano – não havia comércio no nome de Hermann e Julie no período.

Cartas e ensaios da própria Julie revelam que o casal Günther teria vivido em São Paulo de 1852 a 1856 e em seguida teria se mudado para Limeira (SP), onde esteve até a volta para a Europa em 1859.

Sobre o número de obras publicadas e citadas no artigo de “A Notícia” de 1997, após voltar à Europa, Julie escreveu mais de seis livros. A jornalista teria sido apontada como autora do maior número de trabalhos publicados no jornal “Freidenker”, de Milwaukee/Wiskonsin nos Estados Unidos, além de ter conteúdos assinados em jornais e anuários na Suíça. De acordo com Elke (do Grupo de Pesquisas Rellibra (Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP), a explicação para não ter editado seus livros na Alemanha pode ser a motivação política, conforme explícito em carta a Karl Kautsky, em 29 de janeiro de 1883:

¹³ O Almanaque Laemmert foi produzido pelos irmãos alemães Eduard e Heinrich Laemmert. Nele, estão textos sobre a corte brasileira, os ministérios e a legislação imperial, dados censitários e propagandas.

Escrevi muita coisa, no entanto, quais não foram as dificuldades contra as quais lutei até agora! A maioria dos periódicos não aceita artigos sensatos. Esteja certo de que é assim mesmo! [...] Para não passar por completamente ignorante, poderia contentar-me em contrabandear, sutilmente, por intrincados atalhos, um pouco das verdades que desejo expor. Talvez o senhor possa dignar-se a ler, no novo periódico “Der Funke”, do qual sou redatora, e de cujo primeiro número lhe enviei um exemplar: “Weihnachts-Abende in Brasilien”. Então, o senhor poderá ver, como se deve proceder para poder ser, ao menos um pouquinho, sincero. A propósito, posso assegurar-lhe que realmente vivenciei todas as coisas que descrevo no meu ensaio, exatamente da maneira como foram narradas. Só que me reservei o direito de narrá-las à minha maneira! No entanto, posso assegurar-lhe também que – até agora – obtive pouco sucesso, porque as pessoas me consideram severa demais, como me dizem. [...] Tenho que ouvir sempre o comentário dos editores: “Muito interessante, muito bom! – mas, pelo amor de Deus, que tendência.” (ENGELL-GÜNTHER, 1883)

Quanto às questões ainda insolúveis sobre o que realmente teria ocorrido na época (se a obra é uma fotografia ou xilogravura), Carlo Ginzburg (2002) lembra que os pontos em comum entre juízes e historiadores são a preocupação com a definição dos fatos e a busca pelas provas. Apesar disso, as divergências estão no fato de que os juízes dão as sentenças. Eles se ocupam de eventos que implicam nas responsabilidades de cada pessoa, enquanto que os historiadores, não. Portanto, não cabe aqui a responsabilização da informação divulgada.

A historicidade não é estanque. O constante movimento traz à superfície novas leituras e elementos que se contrapõem aos olhares que já existiam. Assim, outras histórias são replicadas, como esta contada no jornal de Joinville, 146 anos depois da fundação da cidade, e que merece menção neste capítulo.

Voltamos a Ginzburg (2002) para entender como podem funcionar as “dobras” das memórias – informações que ficam no limbo, entre o “foi assim” e o “poderia ter sido assim”. Ele coloca que, no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica. Mas a partir da transferência para o

campo da pesquisa, “as tensões entre narração e documentação reforçam a discussão sobre história, retórica e prova e levantam uma questão que interessa a todos: a convivência e o choque de culturas”.

O que é então a verdade? Um exército móbil de metáforas, metonímias, antropomorfismos, em resumo: uma suma de relações humanas que foram reforçadas poética e retoricamente, que foram deslocadas e embelezadas e que, após um longo uso, parecem, a um dado povo, sólidas, canônicas e vinculatórias. As verdades são ilusões das quais se esqueceu a natureza evasiva, são metáforas que se esgarçaram e perderam toda forma sensível, são moedas cujas imagens se apagaram e são levadas em consideração apenas como metal e não mais como moedas.

Ser verdadeiro significa servir-se das metáforas usuais. A expressão moral disso é, portanto, a seguinte: até agora temos ouvido falar apenas da obrigação de mentir segundo uma sólida convenção, ou seja: de mentir como convém a uma multidão, num estilo marcante para todos [in einem für alle verbindlichen Stile zu lügen]. (NIETZSCHE [“Sobre a verdade e a mentira em sentido extramoral”, breve ensaio inacabado e publicado postumamente em “Acerca da verdade e da mentira”, em 1903] apud GINZBURG, 2002, p. 24)

Longe de findar a complexa discussão encabeçada por Carlo Ginzburg (2002) sobre história e prova, cabe aqui citar o trecho com o qual escolhe encerrar o livro “Relações de força – história, retórica e prova”. Ginzburg (2002) reproduz uma pequena parte do livro “Conversas com Picasso”, de Brassai (1964, p. 123), fotógrafo e amigo de origem húngara:

Brassai pergunta a Picasso por que ele tinha o costume de colocar data em todas as suas obras, incluindo os desenhos menores. Picasso respondeu que gostaria de deixar uma documentação mais completa possível para que fosse utilizada no futuro por uma ciência – talvez uma ciência do homem – que consiga saber mais sobre a humanidade em geral, estudando o indivíduo que cria.

Capítulo 5

A PROPAGANDA ENGANOSA SE DESFAZ



Imagem 16: O primeiro texto sobre as terras onde seriam instalados os imigrantes de Joinville foi publicado em 1851 no “Jornal Ilustrado de Leipzig” com a assinatura de Julie Engell-Günther

Fonte: exemplares digitalizados do arquivo de Elke Dislich (SP)

A terra ou a natureza como fonte de renda fundiária, isto é, da propriedade agrícola, é bastante fetichista. Mas, por meio de uma simpática confusão de valor de uso e valor de troca, resta para a representação usual ainda o refúgio de recorrer à força produtiva da própria natureza, personificada, graças a um abracadabra, no proprietário (landbord).

Karl Marx

As primeiras impressões sobre as terras onde viveriam os imigrantes da Colônia Dona Francisca foram desenhadas em alemão gótico e impressas nas páginas do “Jornal Ilustrado de Leipzig”, permitindo a leitura apenas a leitores que dominavam este idioma. Para analisar as ideias de Julie Engell-Günther, o texto teve de ser traduzido para esta dissertação por Helena Remina Richlin em julho de 2011.

Descobrir o que Julie pensou sobre o início da cidade é reconhecer que a última linha deste processo ainda não foi escrita, é dar espaço para a multiplicidade de visões e possíveis contradições.

O que torna os escritos dela tão imprescindíveis para os dias de hoje é o fato de abordarem temas urgentes para o entendimento da cidade, como a relação com a terra, o planejamento urbano e a própria cultura.

No processo de busca por documentos para esta pesquisa, discursos contraditórios vieram à tona. No Arquivo Histórico Municipal, órgão oficial e que guarda a memória da cidade, a informação fornecida sobre Julie Engell-Günther era a de que ela tinha sido a primeira artista da cidade e teria pintado a paisagem da formação da Colônia Dona Francisca para jornais alemães como uma propaganda enganosa. Dados que não se confirmaram na pesquisa da historiografia. É por razões assim que um reexame mais atual se torna imprescindível.

Levando em consideração que a análise do discurso será feita a partir de uma tradução, sabemos dos riscos de não conseguirmos reproduzir fielmente o que Julie escreveu. E nem é isso que se espera, já que o

afastamento temporal e as implicações semânticas são fatores muito presentes.

Diferentemente do que foi dito por Rodowicz (1853) no livro “Die Colonie Dona Francisca”, o texto apresentado neste capítulo não faz uma propaganda enganosa da cidade para futuros imigrantes alemães, embora apresente a saída da Alemanha como última possibilidade para as pessoas que passam por dificuldade financeira.

Julie pode ter sido a primeira pessoa a ter consciência das dificuldades que os imigrantes teriam para transformar a mata fechada em uma paisagem habitável, deixando clara sua preocupação com a divisão de classes que existia na época, campo de estudo de seu contemporâneo Karl Marx.

Conforme será possível perceber, o tom dos escritos dela nada tem a ver com o paraíso relatado por outros viajantes de épocas anteriores, que mostravam o Brasil como um lugar de seres fantásticos.

A percepção dos europeus sobre a América estava ligada à interpretação dos textos bíblicos da época dos descobrimentos. Acreditava-se no mito da Cocanha, um local perfeito, onde havia abundância, juventude e a liberdade, ou seja, realidades bem distintas das sentidas pelos europeus na sua terra de origem. E é esta utopia que será buscada pelos imigrantes, mas que não estará exposta nos textos de Julie.

Bem antes dos escritos dela, o relato do padre capuchinho francês Claude d'Abbeville, por exemplo, já fazia menção às terras divinas brasileiras: “No inverno, a terra é estéril na Europa, e no Brasil, sempre fecunda: na Europa a terra é horrível no inverno, com a erva morta, as árvores desfolhadas, tudo seco. No Brasil é a verdura permanente, a terra está sempre adornada de belas plantas e de flores diversas e raras”.

E o padre capuchinho que tentou colonizar o Maranhão em 1612 continua: “Em suma, há no Brasil uma eterna primavera unida ao outono e ao verão. E uma tal suavidade de temperatura que em qualquer época do ano as árvores têm folhas, flores, frutos, os quais dão tal perfume à atmosfera, que os campos serão *croceis hallantes floribus hortijuvatur*. Vivem os homens longos anos. A própria terra, as águas, os animais e os peixes, o ar e os pássaros, as

flores, são diferentes dos de França em virtude do clima temperado da região. Aí não nos sentimos débeis, pesados e sonolentos, como na Europa durante os grandes calores do estio; ao contrário, sempre nos sentimos ágeis, alegres, bem-dispostos. Na Europa, o grande calor tira a vontade de comer, e no Brasil sempre temos bom apetite. E não por falta de víveres, que os há em abundância, mas são tão excelentes e é o ar temperado e tão boa a disposição do corpo que a digestão é fácil e rápida”.

Apesar de uma descrição mais realista, Julie confia que as terras da Colônia Dona Francisca são propícias para a agricultura e instalação de casas – e, talvez, este tenha sido o seu equívoco, por causa do solo alagadiço e risco de cheias ainda hoje. Informação que mais tarde também será contestada por Rodowicz (1853) na obra “Die Colonie Dona Francisca”.

As primeiras linhas do texto escrito por Julie Engell-Günther no “Jornal Ilustrado de Leipzig” dizem:

Há alguns anos, um assunto relacionado à nossa pátria alemã ocupa os ânimos em alto grau, e lá onde há importantes negociações estatais de grande importância, ele também é lembrado. Trata-se do caráter emigratório. Leis de proteção ao emigrante foram promulgadas, e por mais benéficas que sejam seus efeitos, elas não podem aconselhar, nem dar a direção desejável. Com isto, foram criadas sociedades conselheiras, que tem o intuito de facilitar a escolha do transporte e do destino imigratório, conduzindo assim a atuação dos empreendimentos imigratórios e suas colônias¹⁴.

A estas últimas soma-se ainda um segundo princípio, a saber: o especulatório, no qual, em caso de correta condução, está o principal amparo para um próspero progresso, pois, com base em condições naturais favoráveis e na superação das dificuldades, às quais alguns emigrantes estariam sujeitos, essas especulações seriam de grande interesse para os próprios emigrantes, e quem não iria aderir a elas com alegria, se reconhecesse que, na mesma

¹⁴ O texto traduzido do alemão para o português na íntegra está no anexo da dissertação. A tradução foi feita por Helena Remina Richlin, do Arquivo Histórico Municipal de Joinville.

medida em que elas têm êxito, elas também irão proporcionar os propósitos benéficos, os quais tão urgentemente apelam para tal.

Olhando para a multidão que se vê anualmente se apressando ao longínquo Ocidente, então cada coração sentimental tem que inquietar-se e pensar se grande parte dessas pessoas, notadamente a classe dos mais pobres, não está caminhando de encontro a mais amarga das frustrações de suas expectativas e de certa desgraça.

Como é possível perceber, Julie Engell-Günther descreve o contexto social, avisando para os perigos da vida em terras estrangeiras. O relato sobre a insegurança no dia-a-dia das colônias revela a deficiência de serviços públicos essenciais e a falta de verbas para a abertura de estradas, demarcação de lotes, ensino e saúde na Colônia Dona Francisca.

A previsão da situação que viveriam os proprietários das terras continua nas linhas seguintes, quando Julie escreve sobre os perigos da imigração para famílias despreparadas para o trabalho pesado do preparo das terras para a agricultura em mata densa.

Se em sua credulidade e inexperiência, e em sua desconfiança contra categorias superiores, eles [imigrantes] desavisadamente se tornarão uma vítima do mais baixo interesse próprio. Infelizmente, a experiência justificou ainda mais esta preocupação. Milhares dos mais pobres sucumbiram em desgosto e desgraça; milhares de famílias foram abruptamente separadas para escapar ao extremo, e milhares de outras, acostumadas a uma vida independente em sua terra natal, se viram obrigadas a abdicar de suas ocupações habituais e preencher suas vidas com trabalhos que antigamente desprezavam.

Ao alertar para os perigos, Julie Engell-Günther faz distinção sobre as diferentes situações para quem migra por motivos políticos dos que se mudam para outro país por pura necessidade.

Nas frases seguintes, ela reitera que os imigrantes terão duas opções: trabalhar muito para enfrentar a extrema concorrência no seu país de origem ou emigrar e, também, trabalhar muito para construir uma nova nação, longe de sua etnia mãe.

Somente por meio da colonização é possível conduzir os emigrantes mais pobres, para que garantam a sua independência, afastando deles as desgraças e os perigos, os quais não estão necessariamente relacionados à emigração, proporcionando-lhes as vantagens, que só podem ser adquiridas mediante recursos maiores e união de forças. No entanto, ainda há outra circunstância de igual importância, cujo apelo não é menor no caso da colonização. Trata-se da atual situação da emigração em si.

Apesar de Julie Engell-Günther colocar à prova o sucesso individual de cada imigrante, a partida de uma cidade “pronta”, como Hamburgo, para o solo úmido e de grandes árvores da Colônia Dona Francisca foi cheia de esperança.

O perfil do imigrante que chegava a colônia era de um trabalhador desiludido com a vida na Alemanha – um tanto quanto conturbada na política e economia, conforme continua a escrever Julie.

Sacudida pelas guerras napoleônicas, a Europa vivia um tempo de revoltas e um horizonte de expansão na indústria. Ao mesmo tempo em que borbulhavam manifestos e críticas ao capital, como as de Karl Marx.

Por isso, com toda razão, todas as sociedades, todas as folhas de emigração alertaram às famílias desprovidas de recursos, e pelo mesmo motivo a emigração consiste principalmente da parte abastada da classe baixa, de pessoas que também dispõem de recursos na terra natal, que com

dedicação e atitude têm condições de obter renda suficiente, caso não fossem igualmente, continuamente empurrados pela imensa concorrência dos mais pobres. Pesquisas detalhadas mostraram que, dos 60 a 80 mil emigrantes que anualmente deixam a Alemanha, levam com si um capital de pelo menos 15 milhões de táleres correntes da Prússia.

Esta grande perda anual de recursos nacionais foi quase que totalmente perdida pela Alemanha e só propiciou o enriquecimento de países estrangeiros e a concorrência aos produtos alemães. Uma emigração deste tipo, altamente questionável em si mesma, não deve ser um meio de ação contra a falta de empregos, pois quando os patrões emigram, o emprego não é multiplicado para os trabalhadores, pelo contrário, ele é reduzido e o mal não é suprimido, ao contrário, tende a crescer a cada ano, pois não é o número de pessoas, mas sim o capital que produz trabalho e salário pelo trabalho realizado.

Até o capital fragmentado tem este efeito, e a retirada deste manifesta suas consequências negativas em algum ponto, embora passe despercebido devido à pequena quantidade. Somente quando os desprovidos de recurso e não os abastados da classe baixa emigrarem poder-se-á esperar um resultado mais expressivo da emigração.

Por outro lado, é justamente a colonização o meio necessário de se obter as somas necessárias para a emigração, de forma a reduzir ao mínimo o montante necessário, pois ela eleva a necessidade do emigrante, de estar munido de somas significativas diante das incertezas frente às novas condições e do tempo necessário para a procura de um abrigo, o que faz com que a Alemanha seja poupada de grandes gastos, tornando possível a emigração de uma outra parte da classe dos desprovidos já anteriormente mencionada.

Se por um lado a terra natal deseja livrar-se de uma parte da classe dos mais pobres, com o intuito de reduzir os perigos inerentes à absorção do proletariado e de todas as suas condições sociais, assim também há uma certa obrigação moral de não se expulsar os seus filhos menos favorecidos, mas de

transportá-los, com cuidado paternal, a uma possível condição melhor do que aquela em que se encontravam até então, no entanto, isso só pode se dar, com segurança, por meio da colonização, por meio do traslado para aquelas faixas de terra em que o clima reduza as necessidades, onde a fartura facilita a subsistência, e onde, por meio do cultivo de produtos valorosos, o trabalho bruto traga um salário mais elevado do que aquele praticado aqui.

O texto demonstra que Julie Engell-Günther conhece a economia vivida nos dois países, com noções de sociedade e propriedade. Este sistema de colonização, regido pelo Estado, ocorreu por diferentes razões, entre elas estavam os impedimentos das fronteiras internacionais e a existência de extensas áreas de terras vistas como desabitadas, mesmo com a presença de grupos indígenas e posseiros.

Nos trechos a seguir, Julie explica em detalhes o que julga ser necessário para o sucesso de uma colônia recém-formada, como a Dona Francisca:

Quanto à escolha do local a ser colonizado, deve se levar em consideração os seguintes aspectos:

Para uma colônia na qual se devem fixar também pessoas independentes, desprovidas de recursos, faz-se necessário um torrão celeste saudável e aquecido, pois, a pá e a enxada são o arado dos desprovidos de recurso, e o braço é a sua parelha, fazendo com que ele só possa prosperar independentemente lá onde ele não precise suportar a concorrência do arado no cultivo das plantas, ao qual no cultivo do grão ele estaria infalivelmente derrotado, sendo que estas plantas não crescem em um clima frio.

Esta última frase de Julie Engell-Günther revela a importância da cultura do trabalho dos europeus, que deveriam manter suas identificações com o país

de origem. A noção de pertencimento deveria ir além do território. A cultura e a língua tornariam os laços ainda mais fortes entre as pessoas de mesma nacionalidade que migrariam.

Depois de escrever sobre o desejo do trabalho, Julie reitera a emergência do processo migratório para o bem do emigrante e da própria Alemanha:

Nós acreditamos ter apresentado essas observações gerais para elucidar a importância da colonização, tanto para o emigrante, quanto como para o bem-estar e o comércio da Alemanha, passando então para a história do plano de colonização a ser comandado.

Em 1845, já havia em Hamburgo o reconhecimento da grande importância da questão, por parte de um determinado número de homens patrióticos, e a discussão da criação de um empreendimento colonizatório. Naquele tempo, os olhos já estavam voltados para o Brasil, na convicção de que nenhuma outra terra seria capaz de oferecer, na mesma medida como esta, uma perspectiva de ampliação comercial. Tentava-se, sem restrição de custos, obter a posse de uma faixa apropriada de terras, até que, após anos seguidos e tentativas frustradas, a sociedade se dissolveu.

Quando em 1849 o Príncipe de Joinville, por meio de um procurador, decidiu se desfazer de uma parte de suas valorosas terras, localizadas na Província de Santa Catarina, no Brasil, não se conseguiu, durante uma reunião convocada para este fim, reunir novamente os membros da antiga sociedade, para que se iniciasse as negociações; expressou-se a opinião de levá-las para Frankfurt, onde, na época, o caráter da emigração deveria ser tratado como questão de Estado.

Obedecendo ao desejo de manter a questão em favor de Hamburgo, e na certeza de que as más condições do tempo teriam sido responsáveis pela ausência dos membros da antiga sociedade, os senhores C. M. Schröder e Comp., Ad. Schramm e C. W. Schröder decidiram tomar a questão para si,

neste momento crítico, para, se possível, oferecê-la à participação pública em um outro momento mais apropriado e de modo mais ordenado.

Este trecho apresenta informações sobre as tentativas de implantação de empresas colonizadoras e a confirmação de que Hamburgo guardaria os dados sobre os últimos processos, mantendo uma espécie de agência de comunicação.

A seguir, Julie descreve as características geográficas da Colônia Dona Francisca:

As propriedades do Príncipe de Joinville reuniam de modo raro todas as características anteriormente mencionadas e necessárias para uma colônia. Elas estão localizadas na zona temperada, entre 26 e 27 graus latitude sul, e, no verão, a temperatura ainda está alta o suficiente para a maturação de quase todas as plantas tropicais, sem que se tenha que padecer sob o maçante calor dos trópicos, como é o caso das demais estações do ano nas demais regiões.

Devido ao famoso clima temperado e saudável da Província de Santa Catarina, não há a necessidade de armazenar alimento para o inverno, fazendo com que o trabalhador não tenha de interromper o seu trabalho e tenha sua mesa coberta ao longo de todas as estações do ano.

A proximidade com o mar, que faz com que a maré inunde os rios da colônia, não só permite a venda destes produtos, que no interior perdem valor, mas também tem grande influência sobre os custos com transporte, no que diz respeito ao rendimento líquido das plantações, e se em algum lugar possam ser satisfeitas as esperanças nutridas pela emigração, com relação à política comercial, isto deveria ocorrer um dia lá onde o magnífico porto de São Francisco há muitos anos já teve profetizado o seu grande futuro.

Um comércio deste porte só pode basear-se em uma grande produção de artigos de troca com a terra mãe e é justamente para isto que ele oferece um vasto campo ilimitado. Não só a vasta faixa de terra, quase totalmente

desabitada, próxima ao mar, que se estende em crescente fertilidade até a serra costeira, mas também em medida ainda mais extensa além desta, está a rica área de pastagens nos planaltos de Curitiba e de Lages, que oferece espaço para a colonização, na qual milhares de alemães podem viver em prosperidade.

Os parágrafos acima demonstram uma posição muito clara de Julie Engell-Günther sobre a possibilidade de transações comerciais para os produtos cultivados pelos futuros imigrantes. Em suas previsões, justifica a escolha da instalação da Colônia Dona Francisca próxima aos rios e ao mar de São Francisco do Sul como estratégia para o escoamento das pequenas safras das propriedades agrícolas familiares.

Em sua visão, se morar perto dos rios representava riscos de inundações, era também condição essencial para a exportação e importação de produtos para e da Europa – pensamento alinhado com os interesses da própria Colonizadora de Hamburgo.

Além disso, Julie também pressentia um futuro promissor a serra costeira e aos planaltos de Curitiba e Lages, com territórios férteis para a atividade da agricultura. Fato que mais tarde se confirmou. Hoje, estas regiões tem importância econômica dentro do grande mercado brasileiro.

Como as condições impostas pelo Príncipe de Joinville parecessem aceitáveis, partindo-se do desejo de garantir uma prosperidade bem sucedida à colônia, foi celebrado um contrato entre o procurador do Príncipe e o senhor Senador C. M. Schröder em Hamburgo, que concedia a este último a autorização para entregar o empreendimento a uma sociedade de acionistas, com a condição de permanecer pessoalmente à frente dela.

De comum acordo, foi concedido o contrato ao senhor Schröder, sem condições incômodas ou ressalvas, o qual fundou uma sociedade de acionistas

com o nome de Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que irá explorar a coisa toda por conta e risco coletivo.

Em dezembro do ano passado, partiu a primeira expedição de Hamburgo e nós já temos os primeiros relatos agradáveis. Os primeiros cultivos, semeaduras e colheitas foram feitos e nos jardins se pode ver, além dos costumeiros temperos de cozinha europeus, pés de laranja e de café e videiras, onde tudo cresce primorosamente neste clima temperado, desde cana de açúcar, algodão, tabaco e até milho. Os dois prédios apresentados pelo desenho maior foram construídos há um ano pelo engenheiro, por ordem do comitê hamburguês, onde os recém-chegados encontram não só acolhida, mas também conselho e orientação, sendo protegidos contra doenças e abusos, os quais, infelizmente eram as falésias que por tanto tempo provocavam o fracasso da ventura dos emigrantes.

Cada um desses prédios mede 74 e 36 pés. O ribeirão Mathias, no qual se navega com maré do ancoradouro da cidade de São Francisco, localizado a duas léguas da colônia, possibilita aos colonos a tão importante comunicação fácil com os mares mundiais, com a capital Rio de Janeiro e com outros portos, necessária para a venda dos produtos.

Hoje, o ribeirão Mathias citado por Julie Engell-Günther está canalizado embaixo de parte do Centro da cidade. Exercendo influência sobre as marés, tem deixado aquela região alagada, principalmente nos meses de verão, com o período de fortes chuvas no fim da tarde.

Problemas que podem ter raízes na escolha das terras do agrimensor Hermann Günther, que foi demitido da Colonizadora de Hamburgo, acusado de ter preferido um local inapropriado para instalar os novos moradores.

Além de não ter conseguido cumprir os prazos estabelecidos pela Colonizadora de construção das primeiras moradias, Rodowicz (1853 e 1992) chegou a dizer que os gastos de Günther não correspondiam ao trabalho executado. Julie Engell-Günther defendeu em seu texto no Anuário da

Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central (1889) que os atrasos de entrega das obras ocorreram por falta de força de trabalho.

Estudos sobre o histórico das inundações em Joinville de 1851 a 2007 mostram que o registro mais antigo de inundação foi em 1859, oito anos após a fundação da Colônia. Atualmente, a probabilidade anual de ocorrência de inundação é de 54%, estatística ligada ao avanço da urbanização desordenada, de acordo com as pesquisas de Wivian Nereida Silveira (2007), engenheira civil e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para chegar a esta conclusão, a engenheira analisou nos jornais antigos da cidade as notícias sobre as chuvas fortes e alagamentos.

Se a escolha das terras que deram origem a Joinville foi um erro, ainda assim, é importante lembrar que a Colônia Dona Francisca servia de referência para a criação de um modelo ideal de colonização nos impressos da época – sem a exata noção de que o solo não era favorável para a ocupação urbana.

Neste período, também noticiava-se que havia o risco dos agenciadores, acusados de trazer da Europa para o Brasil imigrantes qualificados como aventureiros e comunistas em vez de agricultores interessados no sucesso da produção agrícola.

Julie persistiu na defesa da situação geográfica favorável da região da Colônia Dona Francisca. No Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central (1889), ela descreve que, naquele ano, Joinville contava com uma população de cerca de 4 mil habitantes, e São Bento do Sul, pela localização saudável nas montanhas e por ter uma estrada em bom estado, deveria receber ainda mais moradores.

E ela continua seu raciocínio sobre a geografia nos arredores da Colônia Dona Francisca e a perspectiva de comércio:

Essa localização privilegiada da colônia economiza qualquer viagem por terra e proporciona aos colonos a grande vantagem de estar isento dos

impostos alfandegários no momento da imigração, podendo trazer tudo aquilo que lhes seja desejável para mobiliar a casa, cuja falta muitas vezes é tão dolorosamente sentida na colonização de outras colônias localizadas no interior.

Apesar disto, essa terra tem a vantagem característica de o planalto do interior estar bem mais próximo da costa neste ponto, do que no caso de qualquer outro porto, uma vez que a terra de cima está a somente um grau de distância, proporcionando, assim que os meios de comunicação estejam estabelecidos, um espaço de produção maravilhoso para um agricultor que se localiza mais para o Norte, em um planalto frutífero que se descortina no plano de fundo de nossa ilustração e é irrigado pelas águas oriundas do Uruguai e do La Plata.

Como fontes de renda há também os produtos que podem ser obtidos das belas florestas localizadas ao pé da serra, bem como dos peixes obtidos dos rios e dos mares; em todo caso, a caça proporciona o sustento dos colonos, por meio de pouco esforço, assim que eles pisam o solo. Uma descrição mais precisa e detalhada a respeito do estado da colônia está contida em uma obra do Dr. Blumenau, publicada por Fröbel, em Rudolstadt, em 1850, e há outros relatos junto ao comitê em Hamburgo, onde também é possível fazer as inscrições para as travessias.

A próxima expedição ocorrerá a 1 de maio com o navio Emma e Louise, e, mais tarde, partirão mensalmente outros navios e o novo escritório construído para proteger o emigrante, que foi construído no prédio patriótico de Hamburgo, que será o ponto de negociação, de onde serão divulgados para a imprensa tudo o que se conhece a respeito da colônia.

A pequena ilustração (na página a seguir) representa uma das moradias adaptadas ao clima, com quatro cômodos, que podem ser disponibilizadas aos colonos, juntamente com 50 morgos de terra em condições de cultivo a um preço de 250 táleres Corrente da Prússia.



Imagem 17: Reprodução da imagem da Colônia Dona Francisca atribuída a Julie Engell-Günther e publicada no “Jornal Ilustrado de Leipzig” (1853, no detalhe)

Fonte: “Jornal Ilustrado de Leipzig”



Imagem 18: **A visão de Eugênio Colin** sobre as primeiras casas da Colônia Dona Francisca (obra inspirada na imagem atribuída a Julie Engell-Günther e publicada na edição do “Jornal Ilustrado de Leipzig” de 3 de maio de 1853). Trabalho está exposto no Arquivo Histórico Municipal de Joinville

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Joinville

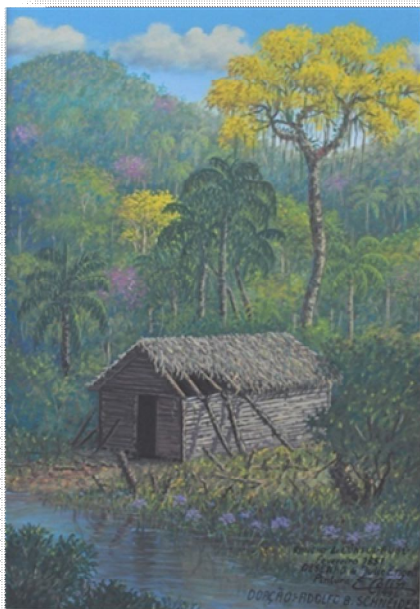


Imagem 19: **Segunda obra de Eugênio Colin** sobre a Colônia Dona Francisca que está no Arquivo de Joinville

Estudos mostram que as obras que aparecem estampadas junto com o artigo do “Jornal Ilustrado de Leipzig” podem não ser pinturas de Julie Engell, mas uma foto ou imagem meramente ilustrativa. Nos anos 2000, o trabalho ganhou cores novas pelas mãos do artista Eugênio Colin e hoje está nas paredes do Arquivo Histórico de Joinville.

A obra “História de Joinville – subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca”, de Carlos Ficker, lançada em primeira edição já em 1965, conta que há outra versão sobre a origem das ilustrações.

Como não se tem notícia dos dotes artísticos de Julie Engell-Günther, mas sabe-se pelas pesquisas feitas na Universidade de Bremen que ela teria apreciação por fotografia, por dedução simples, pode-se imaginar que as imagens publicadas na “Leipziger Illustrierte” podem ser fotografias e não desenhos.

Reforça a hipótese o fato de que os traços ricos em detalhes só poderiam ter sido feitos por alguém que conhecesse muito bem aquele espaço onde aparecem as duas primeiras casas construídas na colônia. Lembrando que a imagem fornece minúcias da construção dos ranchos e palmeiras em volta – Julie até escreve em outros textos sobre a grande quantidade de árvores desta espécie plantadas no local e fala das deliciosas receitas feitas com o palmito, seja como salada ou ingrediente para pratos quentes. A figura também revela com precisão a localização das casas, próximas ao rio e com uma ponte rústica. Algo que a fotografia poderia apresentar facilmente.

Ficker (1965, p. 60) é categórico: “Não é hipótese quando afirmamos: ‘existe muita possibilidade de que os originais não eram desenhos e sim fotografias daguerreótipos, invenção recente do francês Daguerre’”.

Para provar a fala, a pesquisa de Ficker (1965) avança até uma carta enviada ao imperador dom Pedro II, datada de 30 de agosto de 1850, na qual

Léonce Aubé escreve que tinha trazido da França uma máquina para daguerreotipar – equipamento primitivo para fazer fotos.

Pois as nítidas imagens seriam úteis para acompanhar os primeiros relatórios do engenheiro Hermann Günther a Hamburgo, em outubro ou novembro do mesmo ano. Além do grau de detalhamento da imagem, precisaria ser levado em consideração o tempo que a produção de uma xilogravura tomaria. A viagem da colônia ao Rio de Janeiro e do Rio a Hamburgo inviabilizaria a publicação no “*Illustrierte Zeitung*”. Isto sem contar o tempo necessário para a produção das xilogravuras.

O próprio Ficker (1965), no livro “História de Joinville – subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca” (1965), diz que os desenhos exibidos no artigo que foi publicado em 1851 no “*Illustrierte Zeitung*”, de Leipzig, tinham sentido somente ilustrativo, já que as choupanas rústicas do engenheiro Günther e dos colonos que vieram do Rio de Janeiro não correspondiam aos gastos da Sociedade Colonizadora e muito menos aos relatórios enviados pelo engenheiro.

A ideia de que as imagens seriam desenhos inspirou, inclusive, a criação de novas obras. Duas pinturas de Eugênio Colin¹⁵ (conforme as figuras 2 e 3) são baseadas no registro. As obras feitas por Colin – artista nascido em 1916, que teve como forte estímulo a influência de Fritz Alt – estão nas paredes da sala da direção do Arquivo Histórico de Joinville.

As pinturas foram uma encomenda do historiador Adolfo Bernardo Schneider para que ficassem expostas ao público, remetendo aos desenhos originais e atribuídos a Julie há mais de 150 anos. Célio Colin, genro e sobrinho do artista Eugênio Colin, cuida do espólio do artista e mantém o desejo de ver as obras feitas por ele mais visíveis ao espectador dentro do próprio Arquivo Histórico de Joinville, saindo da sala da administração.

¹⁵ Eugênio Colin foi considerado o melhor pintor paisagista paranaense de natureza viva pela União Brasileira dos Escritores (PR) e um dos melhores paisagistas brasileiros pelo Conservatório Brasileiro de Música. Ele também foi apontado como *hors concours* na 1ª Mostra de Paisagens Urbanas promovida pelo Museu de Arte de Joinville (MAJ). O artista morreu em 2005, aos 88 anos, deixando à cidade histórias e imagens de paisagens passadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção literária de uma mulher de textos praticamente desconhecidos no Brasil é o que está em discussão nesta dissertação. Literatura produzida em um país que tinha acabado de se tornar independente.

Poderia-se dizer que houve um processo de invisibilidade ou até desinteresse que estas obras fossem acessadas. Afinal, era necessário que fosse construído um conceito oficial único da fundação de Joinville. A história da cidade pronunciada por homens com cargos e títulos.

Além de propiciar olhares plurais sobre um mesmo assunto, o conteúdo escrito por imigrantes como Julie Engell-Günther tem valor conceitual e estético com potencial de estudo em qualquer tempo. Por isso, sua recepção não pode ser datada.

Julie tinha uma produção textual intensa. Mesmo hoje, estudos sobre os trabalhos dela são analisados em São Paulo (USP) e na Alemanha (Universidade de Bremen). Em Joinville, Adolfo Bernardo Schneider traduziu textos da autora que agora fazem parte de um acervo particular. A documentação do Instituto Martius-Staden, em São Paulo, também é acessada, demonstrando que o pensamento de Julie continua atual e que a figura dela ainda causa interesse de uma gama de diferentes pesquisadores.

Portanto, ao evocarmos seu histórico, faz-se necessária a observação de alguns conceitos de memória do historiador francês contemporâneo Pierre Nora (1993). Com trabalhos na área de identidades e memória, Nora tem seu nome vinculado à Nova História (*Nouvelle Histoire*). O estudioso faz distinção entre memória e história.

Para ele, a memória é aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; alimentando-se de lembranças vagas e particulares, é deformada e vulnerável. É múltipla, plural ou individualizada. E a história é um registro, é escrito, impessoal, representação do passado. Pertence a todos e a ninguém.

As cartas e fotos por encontrar e textos por traduzir indicam que os textos escritos por Julie ainda vão possibilitar estudos dos mais variados aspectos. As informações contidas nesta dissertação são apenas um recorte da obra da jornalista. Mas a simples abertura para discussões proporcionou novas perspectivas para pensarmos o lugar em que vivemos e as histórias que ouvimos sobre este lugar. E muitos dos testemunhos não conferem com as imagens consagradas.

Os relatos de vida passam a ser mais considerados nas ciências humanas nos anos 70, quando o sujeito é ouvido pela ciência não mais como um ser alienado ou contaminado por ideologias dominantes. Nesta fase, autores como Giddens (1987) também passam a entender melhor este tipo de fonte de informação.

A aproximação de quem lê a vida de quem a escreve promove uma síntese do meio social. A memória individual também leva a uma história social, porém, há de se buscar a compreensão das identidades que possam estar refletidas no texto. Cabe ao pesquisador entender qual estatuto teórico atribuir ao sujeito, que dê um fundamento legítimo, ou seja, ético e científico, ao trabalho de pesquisa. (HOULE, 2008, p. 321).

A importância das histórias dos relatos de vida nas ciências humanas cresce à medida que se obrigam a exibir sua credibilidade metodológica e de qual cientificidade são capazes (HOULE, 2008, p. 318).

Essa redescoberta das histórias de vida é proporcional às ciências humanas, isto é, polissêmica, pelo fato de que as ciências humanas são consideradas uma a uma, e também pela fluidez dos objetos de pesquisa no interior de cada uma dessas disciplinas. [...] Do relato de vida ao relato de vida, a mesa está posta para inúmeras pesquisas que só podem ser explicadas pela variedade dos objetos de pesquisa que lhes são atribuídos, e nas acepções as mais diversas possíveis. Os historiadores fazem a história, os literatos a literatura e os

sociólogos a sociologia, evidentemente; contudo, o horizonte traçado desde o relato de vida até o relato da vida, permite propor um novo olhar sobre o objeto de cada uma dessas disciplinas, tanto quanto sobre o seu objetivo. Thompson (1978) trata da questão na história: Quem faz a história? Sobre quem se escreve a história? Como se escreve a história? O que é, então, a literatura? Mais exatamente, no que ela se tornou? (HOULE, 2008, p. 319)

Questões como “o sentido” que o interlocutor atribui à vida podem ser percebidos pelo estudioso a partir das palavras que não foram escritas. A responsabilidade do pesquisador passa a ser cruzar as informações.

Os momentos de dificuldade, euforia e angústias íntimas eram contados, debatidos e descritos a partir da visão de quem viveu estas experiências. Sentimentos que faziam sentido por serem também consideradas conhecimento.

Enquanto a sociologia clássica de Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx estava centrada nos processos históricos como a industrialização e o capitalismo, os sociólogos da universidade de Chicago redigiam etnografias sobre imigrantes e negros de Chicago – um campo quase sempre desconsiderado pelos dizeres da sociologia clássica.

Na Escola de Chicago, o saber espontâneo e sem a intervenção do olhar do pesquisador, nu e cru, brotava da correspondência entre os imigrantes poloneses e suas famílias. Tais elementos permitiram uma abordagem de diferentes pontos de vista da ciência. (HOULE, 2008)

As correspondências, os relatos ou histórias de vida são saberes válidos como base de dados. Julie Engell viveu na Colônia Dona Francisca, experienciou os conflitos, o clima, o medo, a saudade. Longe de uma escrita que descreve o pensamento vigente, ou “senso comum” da época, a jornalista/escritora apresenta noções destoantes das encontradas na colônia.

O antropólogo Ginzburg (2002) defende que é possível responder as questões da história por meio dos relatos de vida. Por meio da chamada micro-história, o italiano joga luz sobre um caso, personagem ou ambiente.

Quando perguntado sobre “este jeito de fazer pesquisa”, durante uma entrevista após palestra no evento Fronteiras do Pensamento, no Rio Grande do Sul, em 2011, ele coloca que “a micro-história é o rótulo que tem sido usado com o objetivo de definir o tipo de trabalho feito por um grupo de historiadores italianos no final da década de 1970, para a publicação dos *Quaderni Storici*. O termo é frequentemente mal compreendido, no sentido de que o prefixo micro tem sido interpretado como referente às pessoas marginais. Mas é o contrário. ‘Micro’ está, nesse caso, relacionado ao microscópio. É o pensamento analítico que tipifica este tipo de história”.

No caso da memória de Julie Engell-Günther, sua história não foi reconstituída fielmente ao que viveu ou representou. É justamente a fluidez da memória que faz com que haja lapsos de esquecimentos também na rememoração feita por meio de seus escritos, já que, na hora da produção de um texto, a própria autora pode criar a imagem de si que acredita ser mais conveniente, suavizando ou sublinhando características em linguagem subliminar.

Achard (1999) ajuda a reconhecer estas lacunas no livro “O papel da memória”. Para ele, é a estruturação do discurso que vai construir a materialidade de certa memória social. O que caracteriza a palavra é a sua unidade, sua unidade a si mesma, que possibilita o reconhecimento de contextos diversos.

Por outro lado, a palavra é vista, também por Achard (1999), como uma unidade simbólica cujo reconhecimento e identificação permitem definir em termos de repetição. Cada nova ocorrência esta unidade fornece novos contextos. E para darmos sentido a ela, é preciso admitir que estas repetições estão tomadas de regularidade.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha, então, sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re) construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitam as formas que permitem sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que este implícito (re) construído tenha existido em algum lugar com discurso autônomo. (ACHARD, 1999, p. 13)

O que diferencia o analista do discurso do indivíduo histórico é o deslocamento. Achard acredita que o analista do discurso tenta dar conta do fato de que a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação.

Os textos de Julie Engell-Günther analisados nesta dissertação operam por meio de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social. Assim, há uma diferenciação de memórias e produção de sentidos a partir das restrições de uma forma única.

Em diálogo com Achard (1999) na mesa redonda *Linguagem e Sociedade*, na Escola Normal Superior de Paris, em 1983, Pêcheux (1997) avalia que a memória não pode ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas são transcendentais históricos e cujo conteúdo é um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é, necessariamente, um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos e regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos. E baseado na ideia de que a memória não pode ser um frasco sem exterior, Pêcheux (1997) conversa também com Orlandi (1997), que diz que há “furos” na memória – lugares que podem desaparecer porque toda uma região de sentidos, uma formação discursiva, pode ser apagada, silenciada ou interdita.

Ao apresentarmos a visão particular de Julie, considerada como síntese, é possível imaginar como também se sentiram os outros imigrantes da época, na

amplitude social. A própria jornalista tentou prever como seria a vida deles na “nova América”.

Para além do campo hipotético de como teria sido o encontro entre Julie e a comunidade local, o que vale a pena perceber é como o discurso sobre a Colônia Dona Francisca circulou na Alemanha, em 1851, mantendo contato com quem desejasse vir ao Brasil.

Entre os muitos gêneros escritos por ela, há os poemas, crônicas e contos, nos quais as questões centrais são as emoções e os sentimentos da autora e também há construções descritivas, aproximando do estilo jornalístico europeu.

Mas nem sempre o espírito da mulher de muitas posições e opiniões era aceito. A ideologia de livre-pensadora e defensora da mulher que tem família, mas também trabalha, aparece em muitas de suas produções, incluindo artigos e crônicas.

Toda esta tendência foi, muitas vezes, negligenciada por editores da Alemanha, que recusaram a publicação de artigos que mais tarde ganharam espaço em outros periódicos da Suíça ou Estados Unidos.

Se os textos de Julie permitem uma análise dos dizeres e não-dizeres, sua presença na colônia deixa aberta para a reflexão categorias étnicas, fundiárias e sociais, bases do processo migratório no Sul do Brasil.

A partir dos conceitos do “entre lugar” e do papel do colonizador de Bhabha (1998), busca-se entender que significados – culturas e identificações – surgiriam para este primeiro grupo que veio à colônia.

Na perspectiva de Bhabha (1998), o sujeito se constrói a partir do olhar do colonizador. Se o trabalho duro na mata fechada era feito por moradores locais, brasileiros colonizados, de que forma os imigrantes participariam desta nova cidade?

Ao saírem de uma condição de moradores de uma “cidade pronta”, como Hamburgo, por exemplo, trataram de construir os seus espaços na colônia

ainda sem infraestrutura. Sua cultura era praticada em locais de lazer como a Sociedade Harmonia-Lyra, onde se assistia a apresentações musicais e peças de teatro. Eles construíram bibliotecas para leitura e troca de livros em alemão e igrejas para cultivar suas orações. Adaptaram receitas com ingredientes tropicais.

Ao longo dos anos, estes modos de viver foram assistidos por estes outros moradores, chamados de “colonizados” por Bhabha (1998). Foram os colonizadores que ocuparam os cargos políticos, que abriam lojas e fábricas, que iam estudar fora e voltavam com ideias para construir casas, pontes e estradas. Aos poucos, seus sobrenomes foram marcando ruas, dando nomes a estádios, hospitais e escolas.

Mas uma gama de teorias críticas contemporâneas sugere que não é com eles que aprendemos nossas lições mais duradouras. E sim com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento.

A perspectiva pós-colonial – como vem sendo desenvolvida por historiadores culturais e teóricos da literatura – abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento ou teoria da “dependência” Como modo de análise, ela tenta revisar aquelas pedagogias nacionalistas ou nativistas que estabelecem a relação do Terceiro Mundo com o Primeiro Mundo em uma estrutura binária de oposição. (BHABHA, 1998, p. 241)

Para o Bhabha (1998), os discursos críticos pós-coloniais exigem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a outridade (alteridade). Que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais.

É por isso que a história se faz com muito interlocutores, sobretudo pela voz de Rosaura. Mulher negra liberta que mata o filho para não vê-lo sofrer como ex-escravo. Essas falas silenciadas pela história formal são representadas por Julie Engell-Günther.

A educadora que não viu na cor impedimento para viver havia sido a menina que cresceu sem ouvir o nome pronunciado pelo pai. A pensadora que denunciou a violência étnica e de classe social, era também a mãe que perderia dois filhos e morreria longe da terra natal, sem dinheiro ou prestígio. A jornalista de muitos nomes – como os índios Xavantes – sonhou em estar no Brasil. Quando chegou ao país, passando pela Colônia Dona Francisca, ganhou o título de “amásia”...

Mas 160 anos depois, é lembrada como o que realmente foi:

uma mulher.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. et. al. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1982.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOAS, Franz. Os métodos da etnologia. In: CASTRO, Celso (org.) **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. Pág. 41-52.
- BÖBEL, Maria Thereza. **Joinville – os pioneiros: documento e história: v. I – 1851 a 1866**/Maria Thereza Böbel, Raquel S. Thiago. Joinville: Univille, 2001.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. [cap 5. Da representação à construção]
- CARNEIRO, J. F. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: FBF, Cadeira de Geografia, Publicação avulsa n. 2, 1950.
- Crônica publicada no Jahrbuch der Mittelschweizerischen Geographisch-Commerciellen Gesellschaft (Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central), Bd. IV, 1889, pg. 69-80 (Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)
- Correspondência trocada no idioma alemão entre Joachim Tiemann (coordenador do Instituto Martius-Staden) e dra. Eva Schöck-Quinteros (Universidade de Bremen, Alemanha) no período de 15/11/2002 a 25/09/2003 (24 p.)
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. **Artigo publicado na revista “Contingentia”**. v. 5, n. 1, maio de 2010.
- CORRÊA, Mariza. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. v. 1. 278 p.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 1999.
- DaMATTA, Roberto. Antropologia e história. In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981. Pp. 86-106.

DENZIN, Norman. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre, 2006.

DISLICH, Elke. **Julie Engell-Günther: memória de um perfil feminista**. Trabalho apresentado na mesa redonda sobre literatura brasileira de expressão alemã do Programa de Pós-graduação em Língua e Literatura Alemã da USP.

DURHAM, Eunice. O Nativo em carne e osso. In: **A Reconstituição da Realidade**. São Paulo: Ática, 1978. Pp. 45-87.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século 21: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Teresa Cristina Montero. **Eu sou uma pergunta: uma biografia de Clarice Lispector**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FICKER, Carlos. **História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca**. 1. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FICKER, Carlos. **História de Joinville – crônica da Colônia Dona Francisca**. 3. ed. Joinville: Letra d'Água, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Décima edição. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**/Edgardo Castro; tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. São Paulo: Record, 30ª edição, 1995.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Pp 13-44.

GEERTZ, Clifford. **Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita (11-39). Estar aqui: de quem é a vida afinal? (169-193)**. In: Obras e Vidas - Antropólogo como autor. 3 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. Tradução de Roneide Venâncio Majer, Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective [1985].** Victoria: Deakin University Press, 1993.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições.** Tradução de Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HAMMERSLEY, M. **What's wrong with ethnography?:** methodological explorations. London: Routledge, 1992.

HERKENHOFF, Elly. **Julie Engell.** Blumenau: Blumenau em cadernos. Tomo 28 – n. 2, fevereiro de 1977 (6 p.)

HERKENHOFF, Elly. **Minha estada na colônia Dona Francisca.** Joinville: A Notícia, 08/03/1977 (1 p.)

HERKENHOFF, Elly. **Em cada coração uma saudade.** Joinville: A Notícia, 26/02/1978 (1 p.)

HERKENHOFF, Elly. **Julie Engell - 1.** Joinville: A Notícia, 08/07/1976 (1 p.)

HERKENHOFF, Elly. **Julie Engell - 2.** Joinville: A Notícia, 10/07/1976 (1 p.)

HERKENHOFF, Elly. **Julie Engell - 3.** Joinville: A Notícia, 13/07/1976 (1 p.)

HOULE, Gilles. **A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica.** Tradução de Ana Cristina Nasser. In. SALLUM JÚNIOR, Basílio (coord.). A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 317-334.

JACOBS, Germano. **Era uma vez um simples caminho...** Joinville, A Notícia, 12/04/1987 (1 p.)

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Trad.: de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

Jornal Folha Livre. Joinville. 01/05/1887. n. 15. p. 3.

LACERDA, J. B. **Sur les Métis au Brésil.** Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan et al. **Raça e Ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970. Pp 231-270.

MACHADO, Diego Finder. Artigo **Tênués**: memórias e etnicidades em uma cidade cosmopolita. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de História Oral de 2008 da Unisinos.

MARX, Karl. O rendimento e suas fontes. In: **Para a crítica da economia política**. 2. ed. Traduções de Edgard Malagodi et. al. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MAUSS, Marcel. Métodos de observação. In: **Manual de etnografia**. Lisboa: Dom Quixote. Pp 27-35.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

MCEWAN, Ian. **Reparação**. Trad.: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MOSIMANN, João Carlos. **Catarinenses – gênese e história**. Florianópolis: edição do autor, 2010.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa**: características, usos e possibilidades. Cadernos de pesquisa em administração. São Paulo, v.1, p. 103-113. 1996.

NORA, Pierre. **Projeto História**. Trad.: Yara Aun Khoury. São Paulo, n. 10, páginas 7-28, dez. 1993.

ORLANDI E. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas – SP: Pontes, 2001.

ORTNER, Sherry. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** In: ROSALDO, Michelle Z; LAMPHERE, Louise (Orgs.). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, p. 95-120.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi Campinas SP: Unicamp 1988.

REITER, Rayna R. Introduction. In: **Toward an Anthropology of Women**. New York and London: Monthly Review Press, 1975, p. 11-16.

RICHARDSON, Robert Jarry et. al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Tradução de Júlia Chella. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992.

ROMERO, Silvio. **O allemanismo no Sul do Brasil**. Seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro, 1906.

REITER, Rayna R. Introduction. In: ***Toward an Anthropology of Women***. New York and London: Monthly Review Press, 1975, p. 11-16.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Wer war vor 125 Jahren in Joinville dabei?** São Paulo: Deutsche Zeitung, 07/03/1976) (1 p.)

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Zur Gründung Joinville's – Wer war eigentlich dabei?** G II b, 369/54 (1 p.)

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Vor 125 Jahren – Wer war dabei?** São Paulo: Brasil-Post, 06/03/1976 (1 p.)

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Brasília, Série antropologia, 1998.

SEYFERTH, Giralda. "**Nacionalismo e identidade étnica**". Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

____Giralda. "**Colonização e conflito**". Rio de Janeiro, PPGAS Comunicação, 1988.

____Giralda. "**Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia**". Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 1988.

____Giralda. "**A Liga pangermânica e o 'perigo alemão' no Brasil**". História: Questões & Debates, ano 10, 1989.

SILVA, Ana Cláudia Suriani da. Quincas Borba, ou o declínio do folhetim. In: **Ensaio Premiado: a obra de Machado de Assis**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, Bandeirante, 2006.

SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século 19**. Dissertação de mestrado em história da Brasil defendida em 1997 pela Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVEIRA, Wivian Nereida & KOBAYAMA, Masato. **Histórico de inundação em Joinville/SC – Brasil, no período de 1851-2007.** Artigo apresentado no XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 2007. 16 p.

SOMMER, Friedrich. **Vom Matthias-Strom zum Tieté.** Ein Betrag zur 100 Jahr-Feier von Joinville (I.). 25/03/1951. (3 p.)

SOMMER, Friedrich. **Vom Matthias-Strom zum Tieté.** Ein Betrag zur 100 Jahr-Feier von Joinville (I.). 07/04/1951. (3 p.)

STRATHERN, Marilyn. Um lugar no debate feminista. In: **O gênero da dádiva.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 53-77.

ANEXO

MEMORIAL

Escrever ou editar uma reportagem em quase nada se assemelha à feitura de uma dissertação de mestrado. O fator tempo, nas duas ocasiões, também varia, assim como a linguagem, o lugar de quem redige e até o público leitor ou interesses de pesquisa.

É exatamente por isso que a experiência no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) me pareceu tão diferente de tudo o que estava acostumada a viver. Frente a frente com a tela do computador, não há segredos a guardar. Unem-se as partes de tudo o que se ouviu, leu, viu. Por onde começar? Onde chegar? E quais autores articular? Hierarquizar o infinito de informações produzidas e estocadas e seguir um conceito ou teoria coerente é o desafio do pesquisador.

Por muitas vezes, meu ponto de vista de jornalista recebeu a interferência das ideias da repórter/editora de cultura do jornal “A Notícia”. Mesmo assim, nesta dissertação, as referências da comunicação não são foco central. A metodologia utilizada é a baseada nas ideias da análise do discurso.

Mas o traço mais forte da formação jornalística a ser percebido neste trabalho é a verve da pesquisa. A obstinação pela informação são paixão e tato afinado somente na labuta dura da reportagem: sem dúvida, a parte mais fascinante da produção de um jornal diário. A possibilidade de trabalhar com a notícia de todo dia e ver o planejamento da manhã concretizado nas páginas do dia seguinte traz algum aprendizado.

Assim como a oportunidade de trocas de experiência com leitores e jornalistas do Sul do Brasil ajudou na construção de uma postura ética no sentido mais fiel da palavra, já que esta só se confirma a partir das decisões tomadas a cada novo conflito apresentado.

O cuidado com a fonte, a dedicação em ouvir o outro lado, o esforço empenhado do despertar da pauta à finalização do texto e da diagramação... A tarefa que mais me fazia feliz na vida de repórter de cultura do “Jornal de Santa Catarina”, em Blumenau, de 2003 a 2005, era a parte das entrevistas, quando visitava a casa de artistas para conhecer seu pensamento e provocações. E a

sensação de satisfação virou projeto. Em parceria com o artista César Otacílio Gomes, em 2005, foi lançada a revista/cartilha “Arte catarinense – para crianças e adolescentes”, no Museu de Arte de Santa Catarina, em Florianópolis. A obra, que recebeu incentivo do governo do Estado, foi distribuída em escolas catarinenses e, hoje, é indicação de leitura para concursos do magistério em prefeituras do Estado.



Capa da revista/cartilha lançada pela autora desta dissertação, com ilustrações do artista de Blumenau César Otacílio Gomes

Fonte: acervo da pesquisadora

Em agosto de 2006, a revista/cartilha recebeu análise da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – Diretoria de Educação Básica e Profissional e Gerência de Educação de Jovens e Adultos, com parecer assinado pelo professor Juarez da Silva Thiesen e Elisabete Duarte Borges Paixão: "O livro possibilita o conhecimento de parte da produção artística catarinense e apropriação dos significados presentes nas obras através da contextualização e da leitura de imagens. O conteúdo pode ser utilizado como referência para o desenvolvimento de atividades que desafiem para o estudo, a pesquisa, a produção. Com base na análise acima e de acordo com os

pressupostos teóricos-metodológicos da Proposta Curricular de SC – Arte, a referida obra, se constitui em um importante material didático para o ensino/aprendizagem de Artes".

A fase de produção da revista-cartilha foi a mais envolvente do projeto, quando os pesquisadores visitaram as cidades dos artistas – de Norte ao Sul –, tentando entender as obras e a relação com o público. Muitos deles convidavam os autores a sentar para almoçar ou tomar café, sem cerimônias ao abrir a porta da casa ou ateliê.

Olhando para trás, alguns deles já não estão entre nós, motivo pelo qual se faz ainda mais urgente o trabalho de divulgação destes nomes do nosso Estado. A produção da revista/cartilha – com seus textos e interatividade sobre a vida e obra de artistas como Victor Meirelles, Luiz Henrique Schwanke, Fernando Lindote, Martinho de Haro e Hassis – despertou em mim a vontade de aprender mais sobre arte.

Como dialogar com tanta gente que vive e respira arte sem conhecer um pouco mais do que a constitui? O desafio parecia claro: o caminho é estudar. Foi aí que surgiu a vontade de fazer a especialização. As aulas preencheram algumas lacunas teóricas, reforçaram o gosto pela arte e trouxeram consistentes amizades.

A experiência nesta área ajudou no processo de seleção para uma vaga na coordenação do “AN Escola” – projeto educacional referência no Brasil do jornal “A Notícia”. Como o tema já era tópico abordado no projeto de conclusão de graduação e pós-graduação da pesquisadora, tornou-se mais fácil a adaptação na nova função. Em 2006, partia, então, de Blumenau para Joinville.

Foi breve a temporada de capacitações para professores sobre jornal e educação, edição do caderno temático e trabalho na busca de adesão de novas escolas ao projeto. Seis meses mais tarde, o ritmo acelerado e sedutor da rotina do jornal diário chamaria de novo para o ambiente da redação.

Como negar a chance de trabalhar na edição do caderno de cultura “Anexo”? O suplemento sempre foi o preferido nos tempos de faculdade. O texto e edição de Néri Pedroso e as ilustrações de Fábio Abreu nas páginas

standard deixavam qualquer leitor vidrado. Eu estava no ambiente que desejava, trabalhando com jornalismo e arte.

Além do trabalho de edição do “Anexo”, também era uma das responsáveis por produzir o caderno “Ideias”, que publica artigos acadêmicos sobre temas da atualidade ou conteúdos derivados de teses e dissertações. Como complemento do caderno impresso, foi criado um blog hospedado no site AN.com.br, espaço para falar de arte, cinema e literatura.

Com a compra do jornal “A Notícia” pelo Grupo RBS, a unidade de Joinville teve alterações estruturais, tanto na área humana quanto na tecnológica. A vinda do editor-chefe Nilson Vargas, com passagens pela agência RBS e “Veja Online”, trouxe um novo modelo de gestão. O formato do jornal também mudou, novos cadernos temáticos surgiram e outros foram reformulados no seu planejamento gráfico.

Nesta fase, o editor de área do caderno “Anexo”, Fabiano Melato, foi transferido para o site do “Diário Catarinense”, ficando sob a minha responsabilidade a edição e coordenação de equipe da família “Anexo” – “D”, “Ideias”, “Mais”, “Viver Bem”, “Morar”, “Viajar”, “Saborear”.

Em 2009, com a saída de Nilson Vargas para a gestão da redação do “Diário Catarinense”, fui convidada para atuar como editora de produção do jornal “A Notícia”, juntamente com Domingos Aquino (editor-chefe) e Suzana Klein (editora executiva) onde permaneci até julho de 2011.

Além da organização diária de pautas e gestão da equipe de reportagem, havia a chance de produção de capa/contracapa das edições e participação nas decisões de novos projetos, como cursos voltados para os profissionais da redação, divulgação das ações para os outros veículos da RBS e coordenação das reuniões do Conselho do Leitor – grupo formado por leitores que se reúne mensalmente para discutir o conteúdo jornalístico.

O trabalho no jornal diário foi conciliado com as aulas do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Momentos que auxiliaram na formatação e pesquisa desta dissertação. Mas a partir de julho de 2011, resolvi dedicar-me integralmente à dissertação, participando mais ativamente de eventos científicos como Seminário Integrado e Interinstitucional (Siica).

Na quinta edição do encontro, participei como espectadora de palestras e comunicações, além de fazer contatos com outros pesquisadores da área. Mas já em 2010, havia apresentado o gérmen desta pesquisa no Siica, organizado em parceria com órgãos como Capes/MinC, recebendo contribuições para o desenvolvimento do trabalho.

Neste processo, as disciplinas oferecidas no mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade ajudaram a refazer percursos e a anotar atentamente o entorno. Os professores eram como guias, reposicionando pensamentos, conduzindo atitudes e provocando conhecimento mais aprofundado sobre cada um no jogo do olhar para si e olhar o outro.

No segundo semestre de 2011, cursei duas disciplinas isoladas no doutorado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. A primeira foi no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (antropologia cultural) e a outra, no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (estudos em gênero). As aulas eram das professoras Raquel Mombelli e Miriam Grossi.

Raquel é doutora e mestre em antropologia social pela UFSC. É pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (Nuer/UFSC), no qual desenvolve pesquisas nas áreas de etnicidade, identidade étnica, quilombos, comunidades negras e patrimônio cultural. É também pesquisadora vinculada ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (UFAM), pesquisando sobre comunidades e povos tradicionais em Santa Catarina. Desde novembro de 2010, é bolsista Prodoc/Capes junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Miriam é doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle – Université de Paris V (1988), pós-doutora no Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), na University of California-Berkeley e na École des hautes études en sciences sociales (EHESS) (2009/2010).

As aulas da professora Raquel tinham o objetivo de instrumentalizar os alunos com alguns conceitos fundamentais da antropologia, apresentando os debates no interior da antropologia contemporânea, em particular sobre o conceito de cultura e de etnografia.

As aulas da professora Miriam aprofundaram as teorias de gênero, com exposição e debates de temas atuais e relevantes, a partir dos interesses dos alunos, relacionados a seus projetos de tese. Este conteúdo foi mobilizado pela mestranda para a construção do anteprojeto de inscrição no doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPICH) da UFSC. Neste estágio, a perspectiva de continuar analisando as obras de Julie. Desta vez, com recorte nos textos sobre a mulher.

As duas disciplinas ajudaram no melhor entendimento do objeto de análise da autora em questão e contextos. O estudo dos escritos de Julie Engell conduz à história da própria pesquisadora, também jornalista, descendente de imigrantes alemães, vivendo na pós-modernidade e no mesmo ponto geográfico por onde Julie passou. Neste sentido, estranhar o familiar será um desafio, assim como a crítica de uma matriz cultural única.

Afastando-se do exercício egocêntrico ou balizado pela mera curiosidade, a pesquisa toma o cuidado para não invadir a intimidade da personagem.

Ao pesquisar o outro, não é possível que o aprisionemos nos nossos próprios conceitos. E se as linguagens são aproximações da realidade, é necessário deixar o outro no seu mistério, sem violação. Pois é respeitando e mantendo a personagem autora dos textos sobre a formação da Colônia Dona Francisca no seu mais doce mistério que esta pesquisa se desvela. E embora Julie Engell pareça existir como uma metáfora na colônia, ela existiu na realidade, desintegrando arquétipos e inspirando novas relações de alteridade.

DUAS TRADUÇÕES DE TEXTOS DE JULIE ENGELL-GÜNTHER

As primeiras impressões das terras onde seriam instalados os imigrantes de Joinville vêm do artigo publicado em 1851 no “Illustrirte Zeitung” com a assinatura de Julie Engell-Günther:

A Colônia Dona Francisca na Província de Santa Catarina, Brasil

Há alguns anos, um assunto relacionado à nossa pátria alemã ocupa os ânimos em alto grau, e lá onde há importantes negociações estatais de grande importância, ele também é lembrado. Trata-se do caráter emigratório. Leis de proteção ao emigrante foram promulgadas, e por mais benéficos que sejam seus efeitos, elas não podem aconselhar, nem dar a direção desejável. Com isto, foram criadas sociedades conselheiras, que tem o intuito de facilitar a escolha do transporte e do destino imigratório, conduzindo assim a atuação dos empreendimentos imigratórios e suas colônias. A estas últimas soma-se ainda um segundo princípio, a saber: o especulatório, no qual, em caso de correta condução, está o principal amparo para um próspero progresso, pois, com base em condições naturais favoráveis e na superação das dificuldades, às quais alguns emigrantes estariam sujeitos, essas especulações seriam de grande interesse para os próprios emigrantes, e quem não iria aderir a elas com alegria, se reconhecesse que, na mesma medida em que elas têm êxito, elas também irão proporcionar os propósitos benéficos, os quais tão urgentemente apelam para tal.

Olhando para a multidão que se vê anualmente se apressando ao longínquo Ocidente, então cada coração sentimental tem que inquietar-se e pensar se grande parte dessas pessoas, notadamente a classe dos mais pobres, não está caminhando de encontro a mais amarga das frustrações de suas expectativas e de uma certa desgraça.

Se em sua credulidade e inexperiência, e em sua desconfiança contra categorias superiores, eles desavisadamente se tornarão uma vítima do mais baixo interesse próprio. Infelizmente, a experiência justificou ainda mais esta preocupação. Milhares dos mais pobres sucumbiram em desgosto e desgraça; milhares de famílias foram abruptamente separadas para escapar ao extremo, e milhares de outras, acostumadas a uma vida independente em sua terra natal, se viram obrigadas a abdicar de suas ocupações habituais e preencher suas vidas com trabalhos que antigamente desprezavam.

Somente por meio da colonização é possível conduzir os emigrantes mais pobres, para que garantam a sua independência, afastando deles as desgraças e os perigos, os quais não estão necessariamente relacionados à emigração, proporcionando-lhes as vantagens, que só podem ser adquiridas mediante recursos maiores e união de forças. No entanto, ainda há outra circunstância de igual importância, cujo apelo não é menor no caso da colonização. Trata-se da atual situação da emigração em si.

Se a observarmos a partir de certo número de pessoas das classes instruídas, as quais, entre outros, tinham motivos políticos para emigrar, isso mostra que a grande maioria dos emigrantes pertence a classe baixa e deixa seu torrão natal devido ao descontentamento que tem em relação à sua condição material.

Em todo caso, mesmo que um equívoco entre emprego e necessidade tenha seu fundamento na falta de capital, ao dividir desigualmente as forças de trabalho, ou até mesmo em exigências muito elevadas, mesmo assim, a manifestação não é uma realidade que deva ser negada. Da mesma forma, é certo que por meio da redução das forças de trabalho por meio da emigração, as chances de emprego podem aumentar e se tornam mais fáceis aos remanescentes, e esta convicção também fez com que, de modo geral, a emigração pudesse ser vislumbrada como o meio apropriado para se solucionar a falta de emprego; o que em grau elevado ela realmente poderia vir a ser.

No entanto, mesmo parecendo que as condições assim o exijam, fazendo com que uma parte da população deixe a terra natal, fica evidente a questão: quem deve emigrar para que o desejado efeito seja produzido? A Alemanha não sofria com a abundância de pessoas, só com uma superlotação da classe baixa, e com a acirrada concorrência desta classe, havia um grande número de pessoas sem emprego e sem recursos.

Muitos destes, para os quais o futuro não sorri, que apesar de toda a sua vontade de trabalhar, não tem a perspectiva de reunir recursos nos dias em que tem forças, dos quais possa usufruir nos dias de velhice e de fraqueza, aos quais vislumbram com desânimo total. A estes é que a emigração seria um benefício, uma vez que a sua condição iria poder melhorar e não piorar aos poucos, e devido às suas poucas exigências, iriam se sentir felizes diante das circunstâncias, ao contrário daqueles para os quais elas não são o suficiente, diante das condições relativamente seguras em que aqui se encontram. No entanto, também são estes, os quais, em número elevado, pesam ameaçadoramente sobre a terra natal, e cujo afastamento da terra natal é importante, tanto para eles, quanto para o bem estar da terra natal.

Esta classe não é o proletariado, no entanto, está a um passo do naufrágio moral, do qual surge o proletariado. Isto faz com que seja ainda mais urgente o apelo de promover a emigração dos desprovidos de recursos, pois, antigamente, quando os senhores recrutantes davam abrigo ao proletariado, havia um número bem menor deles do que há agora.

No entanto, enquanto a emigração ficar abandonada à própria sorte, serão justamente estes os que menos emigrarão, aos quais a emigração seria um enorme benefício, pois mesmo que eles tenham como arcar com os recursos da viagem, eles não teriam como empreender uma emigração, sem colocar em risco levemente a sua sorte e a dos seus, uma vez que lhes faltam as significativas somas, das quais eles necessitam para a colonização de uma terra totalmente desconhecida e para o seu próprio sustento ao longo do primeiro ano de permanência nela.

Por isso, com toda razão, todas as sociedades, todas as folhas de emigração alertaram às famílias desprovidas de recursos quanto à emigração, e pelo mesmo motivo a emigração consiste principalmente da parte abastada da classe baixa, de pessoas que também dispõe de recursos na terra natal, que com dedicação e atitude tem condições de obter renda suficiente, caso não fossem igualmente, continuamente empurrados pela imensa concorrência dos mais pobres. Pesquisas detalhadas mostraram que, dos 60 a 80.000 emigrantes que anualmente deixam a Alemanha, levam com si um capital de pelo menos 15 Milhões de táleres correntes da Prússia. Esta grande perda anual de recursos nacionais foi quase que totalmente perdida pela Alemanha e só propiciou o enriquecimento de países estrangeiros e a concorrência aos produtos alemães. Uma emigração deste tipo, altamente questionável em si mesma, não deve ser um meio de ação contra a falta de empregos, pois quando os patrões emigram, o emprego não é multiplicado para os trabalhadores, pelo contrário, ele é reduzido e o mal não é suprimido, ao contrário, tende a crescer a cada ano, pois não é o número de pessoas, mas sim o capital que produz trabalho e salário pelo trabalho realizado.

Até o capital fragmentado tem este efeito, e a retirada deste manifesta suas consequências negativas em algum ponto, embora passe despercebido devido à pequena quantidade. Somente quando os desprovidos de recurso e não os abastados da classe baixa emigrarem poder-se-á esperar um resultado mais expressivo da emigração.

Por outro lado, é justamente a colonização o meio necessário de se obter as somas necessárias para a emigração, de forma a reduzir ao mínimo o montante necessário, pois ela eleva a necessidade do emigrante, de estar munido de somas significativas diante das incertezas frente às novas condições e do tempo necessário para a procura de um abrigo, o que faz com que a Alemanha seja poupada de grandes gastos, tornando possível a emigração de uma outra parte da classe dos desprovidos já anteriormente mencionada.

Se por um lado a terra natal deseja livrar-se de uma parte da classe dos mais pobres, com o intuito de reduzir os perigos inerentes à absorção do proletariado e de todas as suas condições sociais, assim também há uma certa obrigação moral de não se expulsar os seus filhos menos favorecidos, mas de transportá-los, com cuidado paternal, a uma possível condição melhor do que aquela em que se encontravam até então, no entanto, isso só pode se dar, com segurança, por meio da colonização, por meio do traslado para aquelas faixas de terra em que o clima reduza as necessidades, onde a fartura facilita a subsistência, e onde, por meio do cultivo de produtos valorosos, o trabalho bruto traga um salário mais elevado do que aquele praticado aqui.

Mas enquanto se tiver de recuar diante dos enormes sacrifícios que um empreendimento destes parece exigir, não se pode pensar na realização deste em uma proporção significativa, por isso, é que a tarefa mais elevada e mais importante de uma sociedade colonizadora é encontrar os meios em que se possa realizar o traslado das pessoas desprovidas de recurso, sem que haja sacrifícios, mas sim vantagens. Então, e só então será possível obter as grandes somas de qualquer forma tão necessárias para tal.

Quanto mais acessível uma colônia for aos desprovidos de recursos, mais próximo se estará do objetivo, e a experiência mostra, que só se pode adiantar aos emigrantes, aquilo de que necessitam no momento da sua chegada à colônia, sem que sejam esmagados pelo peso da dívida e sem que tenha que lhes seja exigido o pagamento total da subvenção por eles recebida; só assim será possível a emigração de uma classe que aqui se encontra em uma situação de aperto, a qual, neste momento, não pode emigrar e que não priva a terra natal de um capital expressivo.

Esses tipos de organizações também iriam servir em alto grau para facilitar e tornar a colonização mais atrativa para pessoas mais abastadas, pois, por meio da existência de um certo número da população desprovida de recursos, estaria resolvido o principal empecilho, que é a colonização de regiões despovoadas por parte dos mais abastados devido à falta de mão de obra. Esta não se obtém da classe mais abastada, mesmo daquela de

posições mais baixas, porque estas pessoas, mesmo em sua terra natal, não estavam acostumadas a realizá-las por si mesmas ou a se deixar servir por seus filhos, estão ainda menos propensas a fazê-lo em sua nova condição, por mais que o sustento lhes seja muito mais fácil de ser obtido, do que o é aqui.

Os colonos abastados só podem ser ajudados por aqueles, que aqui já viviam em uma condição de dependência e estão acostumados a servir. É só entre eles que se encontram os trabalhadores assalariados necessários, sem o qual a condução de uma grande economia não é possível de ser feita.

É deprimente perceber que a grande maioria dos emigrantes, seduzidos por inúmeros recursos, não opta por sair pelos portos alemães, para alcançar sua nova pátria, e que por isso, só poucos utilizam da legislação apropriada dos portos alemães, capaz de proteger os emigrantes dos perigos, os quais eles nem sequer imaginam existir.

É igualmente deprimente ver que, devido a estas circunstâncias, o prejuízo de capital resultante desta emigração se torna substancialmente maior; e seguramente pode-se afirmar que a Alemanha deixaria de perder milhões, se a emigração só ocorresse por meio dos seus portos. E mesmo que as sociedades colonizadoras não possam provocar isso em toda a sua amplitude, a sua influência sobre isto é de grande importância, porque elas atraem a corrente emigratória para si, podendo direcioná-la para os portos alemães.

Quanto à escolha do local a ser colonizado, deve se levar em consideração os seguintes aspectos:

Para uma colônia na qual se devem fixar também pessoas independentes, desprovidas de recursos, faz-se necessário um torrão celeste saudável e aquecido, pois, a pá e a enxada são o arado dos desprovidos de recurso, e o braço é a sua parelha, fazendo com que ele só possa prosperar independentemente lá onde ele não precise suportar a concorrência do arado no cultivo das plantas, ao qual no cultivo do grão ele estaria infalivelmente derrotado, sendo que estas plantas não crescem em um clima frio.

Para se ter em vista uma ampliação das relações comerciais com a terra natal, necessita-se igualmente destes produtos e de um clima em que eles cresçam, pois, caso se quisesse conduzir a colonização em um lugar com um clima injusto, no qual os produtos obtidos não sejam diferentes dos nossos, ir-se-ia obter uma concorrência, em vez de uma troca, reduzindo a possibilidade de comércio em vez de ampliá-la.

E para que os frutos dos esforços dos colonos não sejam atrofiados pelos custos do transporte longínquo; para que a possibilidade de rico ganho comercial, marítimo e de negócios também possa atrair empreendedores abastados para as colônias, é muito importante obter uma faixa de terra próxima ao mar, em uma terra, na qual um governo sólido e regrado exerça a proteção e a confiança, e na qual o alemão possa permanecer alemão.

Nós acreditamos ter tido que apresentar essas observações gerais, para elucidar a importância da colonização, tanto para o emigrante, bem como para o bem estar e o comércio da Alemanha, passando então para a história do plano de colonização a ser comandado.

Em 1845, já havia em Hamburgo o reconhecimento da grande importância da questão, por parte de um determinado número de homens patrióticos, e a discussão da criação de um empreendimento colonizatório. Naquele tempo, os olhos já estavam voltados para o Brasil, na convicção de que nenhuma outra terra seria capaz de oferecer, na mesma medida como esta, uma perspectiva de ampliação comercial. Tentava-se, sem restrição de custos, obter a posse de uma faixa apropriada de terras, até que, após anos seguidos e tentativas frustradas, a sociedade se dissolveu.

Quando em 1849 o Príncipe de Joinville, por meio de um procurador, decidiu se desfazer de uma parte de suas valorosas terras, localizadas na Província de Santa Catarina, no Brasil, não se conseguiu, durante uma reunião convocada para este fim, reunir novamente os membros da antiga sociedade, para que se iniciasse as negociações; expressou-se a opinião de levá-las para

Frankfurt, onde, na época, o caráter da emigração deveria ser tratado como questão de Estado.

Obedecendo ao desejo de manter a questão em favor de Hamburgo, e na certeza de que as más condições do tempo teriam sido responsáveis pela ausência dos membros da antiga sociedade, os senhores C. M. Schröder e Comp., Ad. Schramm e C. W. Schröder decidiram tomar a questão para si, neste momento crítico, para, se possível, oferecê-la à participação pública em um outro momento mais apropriado e de modo mais ordenado.

As propriedades do Príncipe de Joinville reuniam de modo raro, todas as características anteriormente mencionadas e necessárias para uma colônia. Elas estão localizadas na zona temperada, entre 26 e 27 graus latitude sul, e, no verão, a temperatura ainda esta alta o suficiente para a maturação de quase todas as plantas tropicais, sem que se tenha que padecer sob o maçante calor dos trópicos, como é o caso das demais estações do ano nas demais regiões.

Devido ao famoso clima temperado e saudável da Província de Santa Catarina, não há a necessidade de armazenar alimento para o inverno, fazendo com que o trabalhador não tenha de interromper o seu trabalho e tenha sua mesa coberta ao longo de todas as estações do ano.

A proximidade com o mar, que faz com que a maré inunde os rios da colônia, não só permite a venda destes produtos, que no interior perdem valor, mas também tem grande influência sobre os custos com transporte, no que diz respeito ao rendimento líquido das plantações, e se em algum lugar possam ser satisfeitas as esperanças nutridas pela emigração, com relação à política comercial, isto deveria ocorrer um dia lá onde o magnífico porto de São Francisco há muitos anos já teve profetizado o seu grande futuro.

Um comércio deste porte só pode basear-se em uma grande produção de artigos de troca com a terra mãe e é justamente para isto que ele oferece um vasto campo ilimitado. Não só a vasta faixa de terra, quase totalmente desabitada, próxima ao mar, que se estende em crescente fertilidade até a serra costeira, mas também em medida ainda mais extensa além desta, está a

rica área de pastagens nos planaltos de Curitiba e de Lages, que oferece espaço para a colonização, na qual milhares de alemães podem viver em prosperidade.

Como as condições impostas pelo Príncipe de Joinville parecessem aceitáveis, partindo-se do desejo de garantir uma prosperidade bem sucedida à colônia, foi celebrado um contrato entre o procurador do Príncipe e o senhor Senador C. M. Schröder em Hamburgo, que concedia a este último a autorização para entregar o empreendimento a uma sociedade de acionistas, com a condição de permanecer pessoalmente à frente dela.

De comum acordo, foi concedido o contrato ao senhor Schröder, sem condições incômodas ou ressalvas, o qual fundou uma sociedade de acionistas com o nome de Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que irá explorar a coisa toda por conta e risco coletivo.

Em dezembro do ano passado, partiu a primeira expedição de Hamburgo e nós já temos os primeiros relatos agradáveis. Os primeiros cultivos, sementeiras e colheitas foram feitos e nos jardins se pode ver, além dos costumeiros temperos de cozinha europeus, pés de laranja e de café e videiras, onde tudo cresce primorosamente neste clima temperado, desde cana de açúcar, algodão, tabaco e até milho. Os dois prédios apresentados pelo desenho maior foram construídos há um ano pelo engenheiro, por ordem do comitê hamburguês, onde os recém-chegados encontram não só acolhida, mas também conselho e orientação, sendo protegidos contra doenças e abusos, os quais, infelizmente eram as falácias que por tanto tempo provocavam o fracasso da ventura dos emigrantes.

Cada um desses prédios mede 74 e 36 pés. O ribeirão Mathias, no qual se navega com maré do ancoradouro da cidade de São Francisco, localizado a duas léguas da colônia, possibilita aos colonos a tão importante comunicação fácil com os mares mundiais, com a capital Rio de Janeiro e com outros portos, necessária para a venda dos produtos.

Essa localização privilegiada da colônia economiza qualquer viagem por terra e proporciona aos colonos a grande vantagem de estar isento dos impostos alfandegários no momento da imigração, podendo trazer tudo aquilo que lhes seja desejável para mobiliar a casa, cuja falta muitas vezes é tão dolorosamente sentida na colonização de outras colônias localizadas no interior.

Apesar disto, essa terra tem a vantagem característica de o planalto do interior estar bem mais próximo da costa neste ponto, do que no caso de qualquer outro porto, uma vez que a terra de cima está a somente um grau de distância, proporcionando, assim que os meios de comunicação estejam estabelecidos, um espaço de produção maravilhoso para um agricultor que se localiza mais para o norte, em um planalto frutífero que se descortina no plano de fundo de nossa ilustração e é irrigado pelas águas oriundas do Uruguai e do La Plata.

Como fontes de renda há também os produtos que podem ser obtidos das belas florestas localizadas ao pé da serra, bem como dos peixes obtidos dos rios e dos mares; em todo caso, a caça proporciona o sustento dos colonos, por meio de pouco esforço, assim que eles pisam o solo. Uma descrição mais precisa e detalhada a respeito do estado da colônia está contida em uma obra do Dr. Blumenau, publicada por Fröbel, em Rudolstadt, em 1850, e há outros relatos junto ao comitê em Hamburgo, aonde também é possível fazer as inscrições para as travessias.

A próxima expedição ocorrerá a 1 de maio com o navio Emma e Louise, e, mais tarde, partirão mensalmente outros navios e o novo escritório construído para proteger o emigrante, que foi construído no prédio patriótico de Hamburgo, será o ponto de negociação, de onde serão divulgados para a imprensa tudo o que se conhece a respeito da colônia.

A pequena ilustração representa uma das moradias adaptadas ao clima, com quatro cômodos, que podem ser disponibilizadas aos colonos, juntamente

com 50 morgos de terra em condições de cultivo a um preço de 250 táleres correntes da Prússia.

Tradução: msc. Helena Remina Richlin.

Crônica publicada no Jahrbuch der Mittelschweizerischen Geographisch-Commerciellen Gesellschaft (Anuário da Sociedade Geográfica Comercial da Suíça Central), Bd. IV, 1889, p. 69-80 (Arquivo do Instituto Martius-Staden, São Paulo)

No Sul do Brasil.

De J. Engell-Günther.

Os distritos de clima mais ameno, isto é, aqueles localizados na zona meridional do Brasil, a saber, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Francisco e São Paulo, abrigam a maior parte dos alemães que emigraram para a América do Sul, aos quais, naturalmente, acrescentam-se também os suíços de fala alemã. Esses, no entanto, conseguiram preservar de alguma forma seus costumes e tradições, bem como a língua pátria, somente nos lugares em que convivem em maior número, e onde possuem condições de manter uma escola alemã.

Existem várias localidades com essas características, sendo São Leopoldo, - a mais conhecida e a primeira a ser fundada -, a mais importante. Alcança-se essa colônia a partir da cidade portuária de Porto Alegre, em parte navegando pelo Rio dos Sinos, e em parte por via férrea, que ainda percorre uma distância muito curta, mas é a única existente naquela província. A cidade de Porto Alegre recebeu este nome com razão, devido à sua localização extraordinariamente bela entre morros verdejantes na foz do Rio Jacuí e de mais outros quatro cursos de água que deságuam na baía, chamada de Lagoa dos Patos.

Ela conta, entre seus 30.000 habitantes com 3.000 alemães, entre os quais alguns encontram-se em situação financeira bastante privilegiada, uma vez que ocupam cargos de chefia em casas comerciais e empreendimentos industriais. A cidadezinha de São Leopoldo, que dista somente algumas horas de viagem de Porto Alegre, possui no máximo 3.000 habitantes e constitui a sede principal da colônia de mesmo nome, onde, já no ano de 1828, imigrantes alemães foram instalados, com o objetivo principal de constituírem um baluarte para a proteção da fronteira com o Uruguai. Não faltaram conflitos causados por índios errantes e vaqueiros semi-selvagens (vindos do Uruguai e de outras paragens); e mesmo assim esses alemães conseguiram procriar-se e no decorrer dos anos, em parte, chegar a uma situação de prosperidade admirável.

As casas nessa pequena localidade são quase todas de um andar, destacando ainda mais o Colégio dos Jesuítas, ao lado da nova igreja católica, construída em estilo gótico, em frente ao Convento Franciscano habitado por doze freiras. Todas essas edificações distinguem-se pelo tamanho e a imponência das suas construções; e principalmente o colégio e o convento assemelham-se a verdadeiros palácios. Doze padres jesuítas dirigem um Instituto de Ensino para meninos com inúmeros alunos, instalado em uma das alas, e as 12 freiras franciscanas ministram aulas a cerca de cem alunas internas e o mesmo número de externas.

O diretor do Colégio dos Jesuítas (há dez anos atrás) era um suíço-alemão de nome Simmer, que costumava explicar a todos os visitantes daquela instituição que “eram ministradas com muito mais freqüência aulas de música e de educação física, do que aulas de religião, as quais, nas classes mais avançadas eram suprimidas completamente.”

Acontece que essa situação certamente traz alguma preocupação, principalmente porque mesmo os alemães protestantes ficam encantados em saber que seus filhos encontram-se tão bem cuidados, quando os jesuítas, na realidade, no Brasil não poderiam nem atuar abertamente, o que, no entanto,

não os impede de publicar um jornal, que até recentemente era redigido por um Padre Mathias e que possui muitos assinantes.

Em contrapartida o pastor protestante bastante ortodoxo de nome Rotermond também publicou um jornal e foi diretor de um colégio particular, de maneira que ocorreram inúmeras “disputas, nem sempre tão cristãs” entre os dois partidos, que se projetaram também para os assentamentos de alemães nas redondezas.

Os caminhos entre essas pequenas localidades são descritos como muito precários, como aqueles que existiram, talvez há mil anos atrás, na Floresta Negra e em outras regiões montanhosas da Alemanha. Toda a região é coberta por espessa mata que chega até às margens dos rios, e não se vêem nem caminhos, nem pontes.

Somente aqui e ali podem ser encontradas clareiras que algum colono abriu e queimou, e onde construiu uma moradia feita de tábuas; e ainda hoje seus produtos precisam ser levados até as feiras no lombo de burros, que em tropas de dez a vinte cabeças seguem em fila pelos picos e desfiladeiros cobertos de mata virgem. E mesmo assim as pessoas parecem satisfeitas, porque acreditam que possuir ao menos um pequeno pedaço de chão que podem chamar de seu.

Acredita-se que num Distrito, que aqui abrange muitas milhas, tenham-se estabelecido aproximadamente 50.000 alemães e suíços-alemães; e caso as estradas entre as diversas colônias fossem melhores, o número de assentados poderia aumentar consideravelmente e seu desenvolvimento ser bastante favorecido. Mesmo assim não é de se esperar que, mesmo na melhor das hipóteses, em algum tempo seja possível estabelecer-se aqui um tipo de Nova Alemanha.

Os descendentes dos alemães na província do Rio Grande do Sul são e sempre serão, como em outras partes do país – brasileiros, apesar de, em algumas ocasiões, tratarem os nativos com desprezo. Com o intuito de parecerem mais distintos que aqueles, não medem esforços para imitar seus

padrões brasileiros em todas as situações. Mesmo que nesse intento nem sempre sejam bem sucedidos, o mesmo certamente não ocorre com seus filhos; eles podem, portanto, exercer alguma influência sobre os costumes e condições locais, mas, mesmo assim, nunca impor sua cultura.

O segundo maior núcleo de colonização alemã é a localidade de Blumenau, conhecida pelo nome do seu fundador Dr. Hermann Blumenau, fundada há cerca de quarenta anos nas margens do Rio Itajaí na província de Santa Catarina, e que hoje conta com 10.000 habitantes alemães e suíços, bem como 5.000 brasileiros e italianos.

Afirma-se que nos dias de hoje os colonos não são mais tão ambiciosos e trabalhadores quanto outrora; mas essa opinião decorre provavelmente da velha história da estagnação nos negócios que se verifica em todos os setores e que cada um gosta de imputar ao outro, sem compreender que a causa só poderá ser encontrada nas coisas que o indivíduo sozinho não poderá mudar. O solo aqui é muito fértil e o clima, como em todo o sul do Brasil, excelente; infelizmente o que falta são boas estradas, e os rios, que sempre são tão úteis, aqui trazem enchentes, uma vez que seu curso não foi retificado e conduzido de maneira apropriada.

Um pouco mais ao norte encontramos a pequena cidade portuária de São Francisco, onde moram somente alguns poucos alemães, e a partir da qual, no entanto, chega-se, com um navio a vapor, que cruza a baía de oito milhas de largura e depois entra por um rio, à assim chamada Colônia Dona Francisca, cujos núcleos principais hoje são conhecidos como Joinville e São Bento.

O primeiro conta com uma população de aproximadamente 4.000 habitantes, enquanto que o segundo, devido à sua localização saudável nas montanhas e porque uma estrada de rodagem em muito bom estado leva até lá, em breve terá um número ainda maior de habitantes, em sua maior parte alemães. O lugar, no ano de 1850, era ainda uma mata virgem cerrada. A alguns quilômetros de distância da costa, já havia lá, no entanto, um casebre

de madeira coberto com folhas de palmeira, cujas dimensões não eram maiores que as de um cômodo mediano e cujo teto em parte já havia sido destruído pela ação da chuva e do vento.

As terras onde o casebre havia sido construído, provavelmente por um caçador de onça, faziam parte do dote da Princesa Donna Francisca e, mais tarde, foram entregues ao seu esposo, o Príncipe de Joinville, por ocasião do casamento. Nas condições em que se encontravam naquela ocasião, aquelas terras não possuíam quase nenhum valor. Não era possível extrair-se qualquer renda daquele local, uma vez que, em parte, era exposto, principalmente pelo lado das montanhas, a ataques de animais e homens selvagens, e sofria, do outro lado, com as inundações.

Como se sabe, a família dos Príncipes de Orleans sempre souberam defender bem seus próprios interesses e seus membros sabiam calcular, enquanto que na mesma época, em Hamburgo, era constituída uma Sociedade Colonizadora, que também tinha em vista bons lucros, firmando um contrato com o Príncipe de Joinville, através do qual ela se garantia o direito, - mas assumia também a obrigação -, de colonizar essa área francamente inóspita. Foram, então, enviados cidadãos alemães para aquele lugar, aos quais foram oferecidos lotes para compra, tornando-os assim proprietários das respectivas áreas, colocando, porém, à sua disposição nada mais que empréstimos, caso esses fossem desejados, enquanto que o Príncipe obtinha, assim, a possibilidade de arrecadar impostos dos colonos, o que hoje, provavelmente já tenha acabado.

Os primeiros moradores daquela região, portanto, encontravam-se em situação pouco confortável. Floresta densa, matagal e terras pantanosas tornavam o cultivo do solo difícil e penoso e as grandes distâncias que as separavam de alguma localidade mais habitada traziam incontáveis perigos e transtornos. As árvores eram enormes e possuíam uma madeira extremamente dura e firme e, mesmo assim, deveriam ser derrubadas, apesar de que ninguém que lá chegara possuísse machados ou serras.

A única maneira de dominar e destruir esses gigantes era através do fogo, apesar de que os diretores da Sociedade Hamburguesa de Colonização, na sua total ignorância, exigissem que as preciosas madeiras fossem embarcadas e enviadas à Europa, para serem comercializadas. – Acontece que eles não tinham noção dos altos custos da mão de obra local numa região onde a agricultura inexistia e, portanto, reinava total falta de produtos agrícolas para consumo, que precisavam ser trazidos de muito longe sem que se pudesse contar com estradas e pontes adequadas.

Aquele casebre, do qual já falamos, fora declarado, no contrato mencionado, como propriedade exclusiva da Sociedade Colonizadora, sendo que o respectivo parágrafo possuía o seguinte teor: “Todas as construções que se encontram no território pertencente ao Príncipe de Joinville, passam para as mãos do Senador Schröder e respectivos sócios (a saber, na sua condição de Diretoria da Sociedade em questão)” – Pode-se imaginar a decepção dos primeiros representantes da Sociedade Colonizadora que ali chegaram, após longa e perigosa jornada no rio, empreendida sob chuva torrencial, e que esperavam encontrar um abrigo seguro no final de sua aventura, quando se depararam com nada mais que aquela pobre cabana, semi-destruída pelo “pampeiro”, isto é, a tempestade vinda do sul, cujo completo colapso poderia ser esperado a qualquer momento.

O ímpeto juvenil desses pioneiros, no entanto, não permitiu que o bom-humor fosse abalado, e assim aquela choupana recebeu de imediato o pomposo nome de “Palácio Joinville”, e foi tomada sua posse como um abrigo oportuno, até que, passadas algumas semanas, tivesse sido possível erguer duas casas de bom tamanho, nas quais instalaram-se três jovens casais e quatro rapazes solteiros, já em bem melhores condições.

Talvez ainda hoje seja interessante conhecer mais de perto esse grupo tão heterogêneo dos primeiros colonos. O verdadeiro chefe entre eles era um engenheiro civil originário da Prússia, o qual havia sido contratado pela Sociedade Colonizadora Hamburguesa para fazer o levantamento topográfico das suas terras e entregá-las aos colonos interessados. Esse engenheiro veio

acompanhado de sua mulher, que então teve que se submeter às mesmas privações e agruras como todos os outros, o que ela, no entanto, assumiu com muita compreensão e boa vontade.

Nessa questão, ela até sobressaiu-se em relação às suas companheiras, apesar de que talvez se pudesse esperar o contrário, uma vez que sempre trabalhara como professora, enquanto que as outras duas haviam se ocupado com prendas domésticas. Uma delas havia sido criada particular da Baronesa K., e nessa função ganhara o afeto do filho da mesma, acompanhando-o, como sua esposa, na viagem para o Brasil, apesar de que ela, bem como seu marido, provavelmente não se tivessem dado conta das dificuldades que representa uma vida na selva. Por agora, no entanto, encontravam-se naquele local e tinham que adaptar-se da melhor maneira possível às condições existentes. Menos ainda conseguia conformar-se com as novas condições a mulher do P., que, como ele, nunca antes havia deixado o lugarejo onde nascera, apesar de ter crescido no campo.

Seu marido aprendeu na Europa a lidar com a terra com auxílio de bois e cavalos e sua Kathi sabia alimentar com forragem as vacas e ordenhá-las, tratar dos porcos, dos carneiros e dos gansos, cuidar da horta, bem como semear, cortar e tecer o linho e o cânhamo. Tudo isso, no entanto, de nada lhes servia nesse novo ambiente, uma vez que faltavam todas e quaisquer condições para isso, e porque agora o único objetivo só podia ser aquele de dominar as forças daquela natureza inóspita e selvagem e dela retirar o mínimo para uma sobrevivência digna, da melhor maneira possível, no que uma mente vigorosa e a habilidade na superação de dificuldade muitas vezes eram determinantes.

Como já foi dito, a primeira providência a ser tomada era a de abrir uma clareira, trabalho para o qual havia a necessidade de contratar-se mão de obra local, que, no entanto, tinha que ser trazida de longe, uma vez que esses trabalhadores eram especializados na derrubada dos gigantes da floresta em tempo relativamente curto, mas que, para tanto, cobravam altos salários. Sob o seu comando, também os novos colonos tinham que amarrar seus machados

bem afiados em longos cabos e acostumar-se a acertar, com movimentos largos, sempre o mesmo local no tronco da árvore a ser derrubada, até que se abrisse uma fenda que chegava aproximadamente ao meio da circunferência do tronco em questão. Reduzia-se em muito o esforço desse trabalho, quando um número grande de árvores era derrubado de uma vez pelo peso de uma árvore maior, cujo tronco é cortado quase totalmente.

Tão logo se obtenha uma área de bom tamanho para plantar, após a queimada dos galhos e troncos, inicia-se o trabalho de arar e revolver a terra para que se possa fazer ao menos, num curto período de tempo, o plantio de um pouco de milho, mandioca e arroz, além de feijão preto. Além disso são plantados brotos de bananeiras e limoeiros e conseguem-se algumas galinhas e porcos, que podem ser alimentados facilmente com os restos da mesa, porém precisam ser vigiados para que não destruam as plantações, que já sofrem com o ataque das formigas, papagaios, macacos e de muitos outros seres rastejantes e esvoaçantes.

É natural que as primeiras moradias fossem construídas nas proximidades do rio, a fim de garantir o abastecimento constante com água fresca: como a ribanceira era bastante íngreme, o trabalho de carregar os baldes cheios até as casas representava um esforço muito grande; e esse trabalho quase sempre era incumbência das mulheres, uma vez que os homens raramente permaneciam na redondeza das casas e não se dispunham a interromper suas respectivas atividades.

O que tornava a situação mais grave era o fato de que justamente naquele local viviam alguns jacarés, que não ousavam atacar os humanos, mas costumavam perseguir os porcos; como também o desaparecimento do pequeno bando de patos, que tanta alegria traziam a Lili (a esposa do engenheiro), pudesse lhes ser imputado. Os frangos, por outro lado, na maioria das vezes, eram caçados pelos sapos-boi, e os perus e suas fêmeas morriam por falta de boa alimentação, ou devido ao tempo chuvoso constante, como costuma acontecer nessa região, principalmente na época mais fria do ano – nos meses de junho, julho e agosto, portanto. No geral chove muito mais do

que na Europa, e a umidade do ar é tão grande que mofo, ferrugem e putrefação são a consequência, contra cujos efeitos danosos é difícil precaver-se. Tão logo, porém, o sol volta a brilhar, o calor torna-se sufocante; durante os três meses dezembro, janeiro e fevereiro não cai quase nenhuma gota de chuva do céu para amenizar as altas temperaturas, trazendo muitas vezes as mais diferentes doenças, apesar de que nessas regiões não existem registros de surtos de febre amarela, ao contrário do que acontece em Santos, no Rio de Janeiro e na Bahia, onde sua presença já se tornou hóspede cativo.

Como de início não era possível produzir-se nenhum tipo de alimento, torna-se evidente que esses tinham que ser comprados na cidadezinha de São Francisco a oito milhas alemãs de distância, como o único local de venda de mercadorias do Distrito, e trazidos de barco ou canoa até o assentamento; juntamente com o dinheiro de cobre necessário para o pagamento dos trabalhadores brasileiros.

A fim de, para essas viagens, aproveitar de maneira adequada a maré alta e a maré baixa, o Sr. G. (uma vez por mês) punha-se a caminho muito cedo, por volta das duas ou três horas da manhã, antes do nascer do sol, e saía de canoa, juntamente com sua mulher e mais dois brasileiros na direção da vasta baía. Quando o vento e as condições climáticas mostravam-se razoavelmente favoráveis, chegava-se à cidade por volta das 10 horas da manhã, efetuavam-se as compras necessárias e os negócios, para, por volta das 4 horas da tarde, tornar-se a embarcar, a fim de enfrentar, agora, a parte mais perigosa da jornada.

É que à tarde, levantava-se uma brisa vinda do mar, e fazia-se, então, uso da vela para avançar com mais rapidez. Como, no entanto, uma rajada de vento, dessa forma, poderia facilmente tombar a embarcação, cabia a Lili a incumbência de segurar firmemente com as mãos a corda que prendia a vela a fim de mantê-la segura contra a fúria da tormenta. O perigo permanecia grande, e a tensão não era pouca, quando se observava a aproximação da tempestade como um enorme novelo escuro e impunha-se a necessidade de encontrar um meio de dela escapar.

Tão logo a chuva começava a desabar e os raios, sem trégua, cortavam as nuvens ameaçadoras, recolhia-se a vela, e dona Lili literalmente mantinha as mãos ocupadas, retirando com um balde a água que entrava no barco, uma vez que seu marido estava ocupado com o leme e os brasileiros com os remos. Muitas vezes parecia impossível manter o barco com sua pesada carga flutuando, e os dois camaradas começavam a rogar para todos os Santos por proteção naquela tormenta.

Finalmente eles pediam também à mulher estrangeira que invocasse seus próprios Santos por ajuda; e quando Lili confessou a eles que desconhecia tais Santos, eles irrompiam em lamentações: “Que país será aquele, que não conhece nenhum Santo, dos quais existem tantos! Talvez eles não tenham achado o caminho até lá! Senão sua presença teria que ser sentida!”

Apesar de tudo, à noite, chegava-se ao rio sem ter sofrido maiores danos, tendo, porém, que lutar ainda com pedras, galhos e rochas que entrementes haviam obstruído o leito navegável. Era então necessário fazer uso de alavancas improvisadas de troncos, ou descarregar e tornar a carregar parcialmente o barco, com o corpo encharcado, para finalmente, depois de cerca de vinte quatro horas de trabalho duro, chegar, sem ter sofrido maiores danos, em casa, para procurar descanso sobre um leito duro feito de junco, com um rolo em baixo da nuca, que servia de travesseiro. Uma grande capa usada pelos brasileiros, chamada de poncho, fazia as vezes de cobertor, quando não se dispunha de alguma manta de lã.

Pode-se levantar a pergunta, por que Lili normalmente participava dessas empreitadas? – Em primeiro lugar para ajudar nas compras dos mantimentos e também para não expor seu marido sozinho a todos aqueles perigos, uma vez que ficou provado que ela exercia um papel importante na superação dos mesmos. Acontecia porém também que às vezes sua presença em casa era indispensável para o bem estar de todos, o que ocorreu, por exemplo, no Natal do ano de 1850, quando permaneceu no assentamento junto

com as outras mulheres, enquanto que os homens, já no dia anterior haviam partido para a cidade, de onde deveriam voltar hoje, no dia 24 de dezembro.

Com o intuito de preparar uma festa que fizesse lembrar um pouco aquela de seu país natal, Lili já havia procurado um pinheiro delgado na mata, que agora foi cortado com auxílio das duas outras mulheres e levado até a casa principal. Então ele foi fixado no chão de barro batido e enfeitado com velas (das quais ainda havia uma reserva). Além de algumas bandeirolas e flores confeccionadas de papel colorido não havia nenhum outro enfeite, mas ela ficou satisfeita com seu esforço de ter conseguido montar uma árvore de natal mesmo sob condições tão adversas no meio da floresta virgem.

O jantar assim festivamente iluminado não poderia deixar a desejar e, portanto, ela tinha que se apressar em preparar o que fosse possível. O porco abatido já no dia anterior fora cortado em partes e essas cozidas e assadas de diversas maneiras e, em parte, colocadas em vinagre para que pudessem ser conservadas por algum tempo. Arroz e feijão foram refogados e colocados em lugar quente para terminar o cozimento, foi preparado um pouco de pão de milho (misturado com farinha de trigo) e assado na brasa, mas a coroação do banquete seria uma salada de palmito.

Infelizmente, para tanto, várias dessas rainhas do mundo vegetal tiveram que ceder seus brotos mais tenros e, com isso, serem condenadas à morte; mas Lili acreditava que em honra dessa festa tão especial, ser-lhe-ia permitido cometer essa barbárie, que em outros lugares é praticada inúmeras vezes sem motivo especial algum, sem que isso doa na consciência de ninguém. A delicadeza dessas tenras folhas de palmeira é realmente muito tentadora, de maneira que elas não são usadas somente no preparo de saladas, mas entram na composição de inúmeros pratos quentes, ou são mesmo consumidas cruas. É triste, no entanto, que essas práticas exigem o sacrifício dessa árvore tão nobre. Mais triste ainda é que nas pequenas localidades brasileiras por ocasião da Páscoa, essas palmeiras são cortadas em massa para a construção de aléias para a passagem das procissões, que duram somente alguns dias.

Entrementes, também nesta tarde, uma terrível tempestade se formava, e as mulheres, cujos homens provavelmente ainda se encontravam no mar na frágil canoa, não tinham coragem nem de imaginar os perigos que eles estavam correndo. Os trovões, que sem cessar ribombavam nas encostas das montanhas, e os inúmeros raios, mesmo com o cair da noite não tinham abrandado; e, em vão, Lili aguçava os ouvidos em direção da floresta, a fim de ouvir os tiros que haviam sido combinados, com os quais seu marido anunciava seu retorno ao desembarcadouro naquele ponto onde o rio deixava de ser navegável.

Finalmente – finalmente, porém, a tempestade amainou e, então, também foi possível ouvir-se os três disparos da espingarda, sinal para que fossem acesas as velas na árvore de natal e aberta a grande porta de entrada. Certamente foi uma surpresa duplamente gratificante para os recém-chegados, encontrar seu caminho tão bem iluminado e, emocionada, Lili ouviu o canto de marceneiro, que sempre se destacava entre seus companheiros pela bela voz, apesar de que as letras para ele não eram importantes e com muita determinação sempre repetia o canto:

(N.T.: Não é possível traduzir a letra da música na forma gramatical usada.)

„Sterbend will ich „Dich“ vergeben:

Denn noch sterbend lieb' ich „Dir“!

Was ist ohne „Dir“ mein Leben?

Was ist Seligkeit für „mir“?

Mais ainda que nossos colonos, foram os brasileiros que retornaram com eles aqueles que se mostraram mais emocionados com essa Festa Natalina tão original, uma vez que nunca haviam presenciado nada igual; e depois que todos estavam razoavelmente recompostos e fortalecidos, eles pediram

permissão para expressarem sua gratidão entoando um “terço”, uma canção de três versos. Uma improvisação muito usada por aqui, neste caso soava da seguinte forma, em tradução livre:

“Chuvas de bênçãos que caem do céu
Protejam-vos em todos os vossos caminhos!
Que nenhuma dor ou aflição vos perturbe;
Que a felicidade resplandeça como o brilho destas velas!
É isso que vos desejamos de todo coração.”

Esses versos são cantados por um só cantador, acompanhado de violão, enquanto que o coro repete sempre o último verso com grande ênfase; e é bastante comum terminar a cantoria com a palavra “coração”, - provavelmente porque se quer expressar sempre um sentimento vivo de gratidão e alegria.

Foi assim que os nossos colonos acolheram a apresentação e retribuíram a gentileza dos seus convidados nativos com um hino cantado em alta voz “Daí graças ao Senhor”, e em seguida todos se desejaram felicidades e foram logo procurar seus leitos para o merecido descanso.

Antes, porém, que irrompesse o novo ano, esses tão felizes e valentes pioneiros sofreram o ataque de índios selvagens, que espalhou muito medo e preocupação. Esses índios deixaram inúmeros rastros por toda a redondeza e roubaram animais e produtos das plantações, não tiveram, no entanto, ainda coragem para atacar as construções recém-construídas. A situação, no entanto, mostrou-se tão preocupante que logo os brasileiros e em seguida também o barão com sua Alfhild, bem como P. com sua Kathi mudaram-se para a cidade de São Francisco.

Somente o engenheiro G. e sua Lili permaneceram no assentamento, uma vez que acreditavam ser importante manter a posição, porque, de outra forma, os índios destruiriam tudo o que já havia sido construído. Uma vez que a chuva não dava trégua, eles não podiam fazer uso dos arcos e flechas, enquanto que o nosso casal estava muito bem equipado com espingardas, que de tempos em tempos disparavam, somente para mostrar que em caso de luta saberiam muito bem como se defender.

Por outro lado, as noites, que proporcionavam a oportunidade de uma entrada pelo telhado, não eram agradáveis, uma vez que nem os mais selvagens dos cães de guarda conseguiam afugentar os índios, sendo necessário que sempre um dos nossos pioneiros tinha que montar guarda. O primeiro socorro aos sitiados veio através do caçador de tigres, François, que em Paris havia sido aguadeiro, não conhecia o medo e enfrentava qualquer silvícola com sua longa espingarda em punho; e por fim também apareceram forças militares brasileiras, forçando os índios a baterem em retirada.

Tradução: Elke Dislich – Grupo de Pesquisas Rellibra (Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã-USP)

SP 25/04/2011